

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ricardo Kemmerich

**TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE UM IMIGRANTE ITALIANO:  
ANTÔNIO CERETTA (1877-1943)**

**Santa Maria, RS**

**2018**

**Ricardo Kemmerich**

**TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE UM IMIGRANTE ITALIANO: ANTÔNIO  
CERETTA (1877-1943)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Ramos Soares

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS

2018

Kemmerich, Ricardo

TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE UM IMIGRANTE ITALIANO: ANTÔNIO CERETTA (1887 - 1943) / Ricardo Kemmerich.- 2018.

121 p.; 30 cm

Orientador: André Luís Ramos Soares

Coorientadora: Maria Medianeira Padoin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2018

1. Memória 2. Identidade 3. Imigração Italiana I. Ramos Soares, André Luís II. Padoin, Maria Medianeira III. Título.

**Ricardo Kemmerich**

**TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE UM IMIGRANTE ITALIANO: ANTÔNIO  
CERETTA (1877-1943)**

Dissertação apresentada ao Curso de **Pós-Graduação em História**, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2018:

---

André Luís Ramos Soares, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

---

Maria Medianeira Padoin, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)  
(Coorientadora)

---

Roselene Moreira Gomes Pommer, Dr<sup>a</sup>. (CTISM/UFSM)

---

Maíra Inês Vendrame, Dr<sup>a</sup>. (UNISINOS)

Santa Maria, RS  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à CAPES pelo auxílio através de concessão de bolsa de pesquisa. Também agradeço todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho - aos meus orientadores André e Maria Medianeira, aos arquivistas do Arquivo Palotino, do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma e do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. Sou grato à professora Roselene Pommer por ter me incentivado a seguir na pesquisa e, ao “guardião da memória” polesinense, Aléssio Borin por ter me iniciado na história da Quarta Colônia e da imigração italiana para o Rio Grande do Sul.

Gostaria de agradecer especialmente aqueles que ajudaram no processo de transcrição das memórias do imigrante Antônio Ceretta. Desse modo agradeço à Zípora Rosauero, à Taís Tomazi e ao Rossano Dias. Obrigado.

Sou muito grato aos meus pais Tânia e Luceno, à minha companheira Gabriela e aos meus irmãos Eduardo, Nícolas e Candice. Aos meus amigos por compreenderem minha ausência. Muito obrigado.

## RESUMO

### TRAJETÓRIA E MEMÓRIA DE UM IMIGRANTE ITALIANO: ANTÔNIO CERETTA (1877-1943)

AUTOR: Ricardo Kemmerich

ORIENTADOR: André Luís Ramos Soares

COORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin

O presente trabalho intitulado “Trajetória e Memória de um imigrante italiano: Antônio Ceretta (1877 – 1943)” está inserido na Linha de Pesquisa “Memória e Patrimônio”, do curso de Mestrado de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM), e recebeu apoio financeiro através de bolsa CAPES/DS. A pesquisa consistiu em analisar e compreender, a partir da construção da trajetória histórica do imigrante italiano Antônio Ceretta, suas impressões acerca do processo de imigração e colonização italiana na região da Quarta Colônia Imperial de imigração italiana no Rio Grande do Sul, por meio de seus manuscritos. Seus relatos são compostos por um conjunto documental de seis cadernos manuscritos sobre o desenvolvimento das comunidades em que viveu, e cuja ênfase dá-se em torno da estruturação dos espaços religiosos, especialmente os esforços dos colonos para a fixação de padres na comunidade de Vale Vêneto, bem como sobre a sua atuação como professor e catequista na comunidade de São João do Polêsine. Seus manuscritos foram escritos no início da década de 1940, registrando suas impressões e vivências de um contexto de amplas transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, de distintos regimes políticos, o Brasil Império, a Primeira República e a Ditadura Estadonovista. Suas memórias apontam a permanência de conflitos oriundos do processo da unificação italiana que precedeu o processo migratório e a crescente intervenção do Estado brasileiro nas áreas de colonização a partir da atuação da Igreja Católica e do processo escolar, em um esforço de integrar os imigrantes italianos à dita cultura nacional brasileira. Em suas memórias são ressaltadas a profunda religiosidade dos imigrantes italianos e o cotidiano de muito trabalho. A despeito do contexto da produção de suas memórias escritas no período do Estado Novo e a campanha de nacionalização, suas impressões não parecem indicar um relacionamento hostil com relação ao Estado. Demonstam o papel da Igreja Católica como um repositório protetor da memória imigrante, em um contexto de negação das origens estrangeiras, fazendo do reforço da religiosidade católica nas zonas de colonização italiana o elemento de assimilação nacional. Para a realização desta dissertação foram utilizados como fontes os manuscritos do imigrante Antônio Ceretta que estão alocados no AHPNSC, registros de pagamentos e despesas de funcionários e material iconográfico do AHMCS, fotos, escritos, genealogias e reportagens do CPG-NP além de bibliografia sobre o tema da imigração italiana na região da Quarta Colônia.

**Palavras-chave:** Memória. Identidade. Imigração italiana.

## ABSTRACT

### TRAJECTORY AND MEMORY OF AN ITALIAN IMMIGRANT: ANTÔNIO CERETTA (1877-1943)

AUTHOR: Ricardo Kemmerich  
ORIENTADOR: André Luís Ramos Soares  
COORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin

The present work, entitled "Trajectory and Memory of an Italian Immigrant: Antônio Ceretta (1877 - 1943)" is inserted within the "Memory and Heritage" Research Line of the Postgraduate Course in History of the Universidade Federal de Santa Maria (PPGH- UFSM). In this Line are the researches that undertake reflections around the historically constituted memory. The present research receive fictitious support through CAPES / DS scholarship. The research consisted of understanding, through the construction of the historical trajectory of the Italian immigrant Antônio Ceretta, his memory impressions about the process of immigration and Italian colonization in the region of the Quarta Colônia in Rio Grande do Sul. His memories are set in six handwritten notebooks about the development of the communities in which he lived, and whose emphasis is on the structuring of religious spaces, especially the colonists' efforts to establish priests residing in the community of Vale Vêneto and their role as teacher and catechist in the community of São João do Polêsine. His manuscripts were written in the early 1940's, following a context of broad political, economic and social transformations in southern Brazil, crossing different political regimes, Brazil Empire, the First Republic and the Dictatorship of Estado Novo. His memoirs show a continuation of conflicts arising from the process of Italian unification that preceded the migratory process and increasing intervention of the Brazilian State in the areas of colonization from the updating of the Catholic Church and the school process in an effort to integrate Italian immigrants into the Brazilian national culture. In his memoirs are emphasized the deep religiosity of Italian immigrants and the daily routine of hard working. Despite the context of the production of his written memoirs, the Estado Novo and the nationalization campaign, his impressions do not seem to indicate a hostile relationship with the State and demonstrate the role of the Catholic Church as a protective repository of immigrant memory in a context of denial of foreign origins, making the reinforcement of Catholic religiosity in the zones of Italian colonization the element of national assimilation. In order to carry out this work, the manuscripts of the immigrant Antônio Ceretta were used as sources in the AHPNSC, records of payments and expenses of staff and iconographic material of the AHMCS, photos, writings, genealogies and reports of the CPG-NP besides bibliography on the theme of Italian immigration in the region of the Quarta Colônia.

**Key-words:** Memory. Identity. Italian Immigration.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do início do Manuscrito “História de Vale Veneto (1877 – 1886)”.....	27
Figura 2 – Imagem de página do Manuscrito escrito em 1894 “História de Vale Veneto [Vale Veneta] (1877 – 1886)” .....	27
Figura 3 – Imagem da página inicial do Manuscrito “História de São João do Polesine” .....	28
Figura 4 - Declaração de Antônio Ceretta no último caderno do Manuscrito “História de Vale Veneto (1877 – 1943)” .....	31
Figura 5 - Mapa atual da Itália. As áreas destacadas constituem os principais locais da emigração italiana para o Sul do Brasil.....	34
Figura 6 - Mapa atual do Estado do Rio Grande do Sul. As áreas destacadas correspondem aos locais dos núcleos coloniais criados a partir de 1875. ....	35
Figura 7 - Processo de unificação italiana (1815 - 1870). ....	45
Figura 8 - Mapa da Colônia Silveira Martins e a divisão dos lotes coloniais em 1878.....	57
Figura 9 - Carreta de imigrantes. ....	60
Figura 10 - Estrada Geral Colônia Silveira Martins - Santa Maria, 1882. ....	67
Figura 11 - Capela São Francisco de Assis em Vale Vêneto.....	70
Figura 12 - Primeira capela em São João do Polêsine em 1898. ....	87
Figura 13- Professor Antônio Ceretta e seus alunos junto a Capela São João Batista (s.d.). ....	101
Figura 14 - Noviciado Vicente Palotti em São João do Polêsine após sua inauguração em 1938. ....	103
Figura 15 - Realização de congresso decorrente da fundação da Vocação dos Moços Católicos em 1926 em São João do Polêsine. ....	104
Figura 16 - Congresso Eucarístico realizado em São João do Polêsine em janeiro de 1939. A foto foi retirada da janela do Seminário Maior Vicente Palotti.....	105

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 O PASSADO COMO REPRESENTAÇÃO DO “NÓS”: “aqui registramos somente para mostrar de qual fé era animado o povo de então e para que sirva de exemplo aos presentes e aos futuros”</b> .....	<b>17</b>
1.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA .....	19
1.2 UMA JORNADA ESCRITA: memórias de um imigrante italiano .....	25
1.3 A MEMÓRIA DE UMA “LONGA VIAGEM” .....	33
1.4 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO E A IGREJA .....	37
<b>2 “O BRAZIL, GRANDIOSO E RICO PAIZ DA AMERICA MERIDIONAL”</b> .....	<b>41</b>
2.1 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: Antônio Ceretta e o mundo em transformação .....	42
2.2 POR QUE MIGRAR PARA A AMÉRICA? “Onde poderá trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vessações dos patrões” .....	47
2.3 UM MUNDO LONGE DA “CIVILIZAÇÃO”: “Os homens tiram dos caixões suas ferramentas; põe o cabo aos machados e se metem lá no mato” .....	56
2.5 VALE VÊNETO, TREVISIO E POLÊSINE: migrando em terras tupiniquins .....	75
<b>3 DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO: “Naqueles tempos os nossos governantes não se sentiam queimar o coração desta chama de nacionalismo atual”</b> .....	<b>90</b>
3.1 ENTRE O “CADERNO” E A “CRUZ” .....	92
<b>4 CONCLUSÃO</b> .....	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>114</b>
BIBLIOGRÁFICAS .....	114
DOCUMENTAIS .....	118
<b>ANEXO A – MUSEU COLONIAL VERGÍLIO BORIN</b> .....	<b>120</b>
<b>ANEXO B – ANTÔNIO CERETTA (s.d.)</b> .....	<b>121</b>
<b>ANEXO C – COMUNIDADE DE VALE VÊNETO</b> .....	<b>122</b>

*Não sabeis que quem fazem a historia do mundo, são homens e não o mundo?*  
Antônio Ceretta

## INTRODUÇÃO

O século XIX talvez tenha sido o período de maiores convulsões e transformações políticas, econômicas e sociais. Foi a transição definitiva do Antigo Regime em direção a construção do Estado-nação moderno ao modo como nos é hoje familiar, e cujos motes intelectuais alicerçam-se nos ideais liberais e republicanos. As forças revolucionárias desencadeadas pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa levaram a luta pela libertação na Europa dos estados emergentes do controle da Igreja Católica e ao desenvolvimento do nacionalismo sob influência do Romantismo. Ao mesmo tempo, ocorria a revolução industrial e tecnológica, a construção de ferrovias, a explosão demográfica e a interconexão dos mercados internacionais. Estas são apenas algumas das transformações que ocorreram durante o século XIX de forma nunca antes registrada pela humanidade.

No bojo destas transformações, não somente como subproduto, mas também enquanto processo, destacaram-se as grandes migrações de pessoas, especialmente da Europa em direção às Américas. Sob a perspectiva de um entendimento “macro”, ou global, depreende-se que essas migrações fizeram parte de um rearranjo político, econômico e social, que buscou um novo equilíbrio dentro do concerto das nações e do mercado internacional. Em uma perspectiva “micro”, tais migrações representam estratégias de indivíduos e de famílias inteiras tentando sobreviver ou melhorar suas vidas diante do horizonte de possibilidades que se apresentavam para cada um neste contexto conturbado.

Todas essas transformações foram vivenciadas por indivíduos ordinários, muitas vezes subtraídos dos livros de História porque encontram-se dispersos, diluídos nas massas anônimas. Assim, a intenção deste trabalho é refletir acerca desse processo migratório de europeus para a América, especificamente de italianos para o Brasil, a partir da construção da trajetória histórica<sup>1</sup> do imigrante italiano Antônio Ceretta com base no registro escrito de suas memórias. Por isto, este trabalho é sobre a trajetória e a memória de um imigrante italiano.

Quando somos apresentados a um novo mundo, cujas culturas variam local e temporalmente, talvez seja através do patrimônio cultural o nosso primeiro contato com sua história e memória. Isso se dá porque é através do patrimônio cultural que externalizamos

---

<sup>1</sup> O passado por ser estruturalmente ausente, somente poderia ser “construído” ou “reconstruído” através da representação. Nesse sentido, o passado é somente uma representação ficcional possibilitada mediante o narrar. O uso da “trajetória” em história, consiste em uma perspectiva metodológica que se desenvolveu a partir do final da década de 60, com as publicações da revista italiana “Quaderni Storici”, sendo comumente denominada no Brasil de *microhistória*. Por uma questão teórico metodológica, optou-se pela utilização dos termos “construção da trajetória histórica”. Para saber mais sobre as relações entre o narrar, as representações ficcionais e a História, conferir Rüsen (2015). Sobre os usos de trajetória, ver Bordieu (2006), Levi (2006, 2015) e Karsburg (2015).

aquilo que define o “nós” diante dos “outros” conforme nossas balizas culturais são construídas socialmente no tempo, ou seja, historicamente. Essas operações são muitas vezes inconscientes e por isso mesmo não comportam em si mesmas as denominações “patrimônio cultural” ou “histórico”. Entretanto farão sempre uma referência ao passado ou à origem de si, do grupo, do outro, etc. como forma de testemunhos. Muitos desses testemunhos são constituídos de relatos passados de geração em geração, sendo materializados através da gastronomia, das expressões e dos dialetos, ou encontram-se ancorados em objetos, cujos usos tornaram-se anacrônicos, daí a expressão de Nora sobre a memória “enraizar-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (1993, p. 9).

São esses referenciais que possibilitam, segundo Le Goff, a distinção entre passado e presente, uma operação fundamental da consciência<sup>2</sup> e da ciência histórica (2003, p. 207). Seja a origem, o saudosismo ou a norma, as representações do passado têm como principal efeito produzir nos grupos e nos indivíduos uma filiação e uma coesão do presente com o passado, ao mesmo tempo em que serve de ancoragem do presente em direção ao futuro. Essa característica confere aos documentos, matéria prima do saber histórico, o *status* de monumentos: são *documentos monumentos*, pois referenciam um passado que é projetado em direção ao futuro, conforme Le Goff (2003).

De acordo com Lúcia Lippi (2008) quem diz patrimônio diz herança. Segundo ela, quando falamos de *patrimônio*, a noção que temos confunde-se muitas vezes com a de propriedade herdada. O que de fato é verdade em termos. Para ela, quando lidamos com o *patrimônio*, estamos lidando com *história*, *memória* e *identidade*, “conceitos inter-relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2008, p. 114). Praticamente indissociáveis dentro das Ciências Humanas, são esses conceitos que orientaram as reflexões aqui empreendidas.

Penso ser esta uma retrospectiva necessária, pois foi a partir desse caminho que acabei, por acaso, adentrando no universo dos estudos das migrações, especialmente a italiana para o Brasil meridional no último quartel do século XIX, e conseqüentemente, de suas representações mnemônicas no presente.

---

<sup>2</sup> Conforme Martins, “a formação do ser humano, enquanto tal, depende de uma consciência histórica clara e de sua articulação com a cultura ambiente que envolve cada agente. No presente, a consciência histórica é o plano em que se articula o passado (inevitável, pois já foi), tal como é percebido e historicizado, com o futuro, enquanto possibilidade aberta de mudança e realização” (2017, p. 10).

Por volta de 2014 fui convidado pela professora Dra. Roselene Moreira Gomes Pommer<sup>3</sup> a fazer parte do Programa de Extensão em Educação para a Quarta Colônia de Imigração Italiana (Programa EDUQCII)<sup>4</sup>, nas proximidades de Santa Maria, em um pequeno município de nome curioso, sabidamente formado por descendentes de imigrantes italianos, São João do Polêsine. O objetivo do programa era recolher algumas informações a respeito do passado da comunidade para a elaboração de um pequeno memorial<sup>5</sup>.

Em uma de nossas primeiras visitas ao município de Polêsine fomos orientados a conversar com o Sr. Aléssio Borin (68 anos), habitante do lugar, afim de visitar seu museu<sup>6</sup>, um espaço de memória local. Aléssio integra aquilo que alguns historiadores denominam “guardião da memória” (POLLAK, 1989), ou seja, alguém investido da tarefa de preservar e contar a história comunitária.

Recordo-me de olhar com atenção algumas casas de aparência antiga e pesada que sempre se apresentavam no trajeto da Universidade em direção ao Polêsine e pensar que em cada uma haveria pelo menos uma história.

Partindo do centro da cidade de Polêsine em direção à zona rural (o que não demorou muito), cruzamos a denominada Linha Bonita, estrada que corta o campo aberto em direção ao Sul. Acompanhando a estrada para quem olha à direita, há uma pequena escola desativada, parecida com uma “brizoleta”, e cujo nome homenageia o protagonista desta história até então desconhecido por mim - antiga Escola Anjo da Guarda, hoje denominada Escola Municipal Antônio Ceretta. Seguindo a estrada, chegamos a chamada Vila Ceolin. Lá somos recebidos por um senhor de chapéu de palha que nos aguarda em frente a uma antiga fábrica de móveis sob medida. Junto a fábrica há uma porta em metal com básculas de vidro cuja chave pendia em um prego preso à parede.

Aberta a porta, fomos surpreendidos com um cenário carregado de experiências. Centenas de ferramentas e utensílios, que anteriormente faziam parte do cotidiano de italianos e descendentes vindos ao Brasil, repousavam nas estantes que seguiam toda sala junto as paredes. Retiradas de seus usos tradicionais e investidas de uma aura simbólica, eram para nós pacientemente apresentadas uma a uma.

Para algumas pessoas aquilo tudo era “lixo”, confessou-nos o sr. Aléssio Borin (depoimento fornecido em novembro de 2014). Já para ele, aqueles objetos “eram um

---

<sup>3</sup> Docente e pesquisadora do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM/UFSM).

<sup>4</sup> Criado em 2011 e extinto em 2016, o programa foi uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria juntamente com as prefeituras municipais de Ivorá, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, no interior do Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Acessível em: <http://saojoaodopolesine.rs.gov.br/memorial/>. Acesso em dezembro de 2016.

<sup>6</sup> Conferir anexo A.

patrimônio”. Aléssio disse-nos sabiamente que hoje, para as pessoas que não têm consciência do passado, aquelas “coisas velhas eram na verdade novidades”. Elas contavam a história da Quarta Colônia. Para mim aquilo tudo era novidade.

A Quarta Colônia de que Aléssio Borin relatou, faz referência a um dos quatro núcleos de colonização italiana criados a partir de 1875 pelo Governo Imperial brasileiro na Província de São Pedro do Rio Grande, hoje Rio Grande do Sul.

Tudo o que estava ali fazia menção à trajetória e ao cotidiano dos colonizadores italianos e seus descendentes: o passado imigrante representado através dos objetos. Esse passado imigrante ancora-se nas memórias familiares, construídas ao longo do tempo e que foi sendo ressignificado pelas novas gerações, sob diferentes vieses em contextos bastante divergentes.

Dentre as peças museais, estavam as memórias manuscritas do imigrante italiano Antônio Ceretta, “*A História de São João do Polêsine: desde o início de sua colonização até o ano de 1936 escrita pelo professor Antônio Ceretta*”<sup>7</sup>. De fato, essas Memórias, eram fotocópias dos cadernos manuscritos que originalmente se encontram no acervo permanente do Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, conhecido como Arquivo Palotino em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Além de suas memórias sobre a comunidade de São João do Polêsine, ainda existem os relatos escritos acerca da história dos primeiros anos da comunidade de Vale Vêneto, a *Historia de Vale Veneto (1877-1886)*, também no acervo do Arquivo Palotino.

Antônio Ceretta estabeleceu-se na Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana em 1880 com sua família, quando tinha doze anos de idade, na comunidade de Vale Vêneto, tornando-se anos mais tarde mestre escola<sup>8</sup> na comunidade de São João do Polêsine, onde viveu de 1895 até 1943. Durante este período, Ceretta vivenciou diferentes conjunturas políticas, econômicas e sociais no Brasil meridional, dedicando quarenta anos de vida ao ensino como professor e catequista em sua comunidade. Nos seus manuscritos, o imigrante registrou a história das comunidades em que viveu, Vale Vêneto e São João do Polêsine, no intuito de “lembrar aos presentes e aos futuros” a trajetória dos imigrantes, especialmente no que se refere ao estabelecimento da religião católica como importante fator para a consolidação das comunidades de imigrantes italianos.

---

<sup>7</sup> Os manuscritos sobre a história de São João do Polêsine foram transcritos e publicados pela Gráfica da UFSM em parceria com o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, e distribuídos para a comunidade polesinense na 60ª Festa Regional do Arroz no ano de 2015 em São João do Polêsine.

<sup>8</sup> Segundo Luchese (2011) mestre escola designa aquele professor que trabalha com a alfabetização, equivalente ao ensino primário da primeira à quarta série do ensino fundamental.

Escritos no início da década de 1940, as temporalidades que permeiam esses documentos se referem ao tempo de vida de Antônio Ceretta como um conjunto de experiências acumuladas durante um processo de amplas transformações políticas, econômicas e sociais que se estenderam desde o final do Império (1889), perpassando a Primeira República, e o Estado Novo (1889 – 1945) no Brasil.

Para a análise das memórias contidas nos referidos documentos, busco fundamentos em Candau (2011) e Catroga (2015). Assim, compreendo que a memória possui uma profunda relação com os processos identitários de indivíduos e grupos, de modo que, podemos tomar as memórias do imigrante italiano como importantes referenciais para se averiguar como se deram a manutenção e a reprodução identitárias de imigrantes italianos e descendentes, a partir da contextualização da trajetória da vida do imigrante Antônio Ceretta. Antônio viu crescer as preocupações do Estado brasileiro em fomentar o desenvolvimento de uma identidade nacional, onde a religiosidade parece ter tido papel fundamental.

A partir do exposto, esta pesquisa consiste em analisar e compreender as memórias registradas na forma de manuscritos, a partir da construção da trajetória histórica do imigrante italiano Antônio Ceretta, suas impressões acerca do processo de imigração e colonização italiana na região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul.

Para tanto, este trabalho se dividirá em três capítulos distintos, orientando-se temporalmente em torno da narrativa presente nas memórias de Antônio Ceretta. No primeiro capítulo “O PASSADO COMO REPRESENTAÇÃO DO NÓS”, serão discutidos alguns aspectos teóricos acerca do modo como se configurou a memória acerca da imigração e colonização italiana na região da chamada Quarta Colônia em seus diferentes contextos, demonstrando a importância da religiosidade na consolidação das memórias sobre a imigração e colonização italiana. Neste capítulo serão apresentadas as principais fontes documentais desta pesquisa, os manuscritos memorialistas do imigrante Antônio Ceretta, bem como as relações e os nexos existentes entre a memória, a identidade e a História.

Nos dois capítulos subsequentes serão construídas a trajetória histórica do imigrante italiano Antônio Ceretta, explorando os contextos em que viveu de modo a compreender o conteúdo de suas memórias. O segundo capítulo “O BRAZIL GRANDIOZO, RICO PAIZ DA AMERICA MERIDIONAL” aborda o espaço temporal relativo ao início do processo migratório da Europa em direção ao Brasil, explorando as estratégias empreendidas pelas famílias no intuito de migrarem em busca de terras e de uma vida melhor no contexto do Brasil Império. Desse modo, pretende-se a partir disso, identificar os conflitos que permaneceram no Brasil, advindo de uma Itália recém unificada, dividida pelas convicções

religiosas e políticas e que acabaram se manifestando em torno das organizações espontâneas dos espaços de sociabilidade religiosa e laboral. Nesse sentido, pretende-se também averiguar de que maneira Antônio Ceretta manteve relações com as lideranças locais e que lhe permitiram mais tarde, inserir-se na comunidade de Polêsine como professor e catequista.

No terceiro e último capítulo “DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO” serão averiguadas as ações no que diz respeito ao reforço da religiosidade católica e da intervenção no processo escolar nas áreas coloniais pelo Estado brasileiro, no intuito de integrar esses imigrantes conforme as ações políticas que visavam elaborar e reforçar uma identidade nacional, que se construía no período. Assim, neste capítulo, se averiguarão a partir da construção da trajetória histórica do imigrante Antônio Ceretta, suas estratégias de sobrevivência no contexto das transformações que se operaram em torno da Primeira República e do Estado Novo (1889 – 1945), contextualizando a produção de seus manuscritos num período em que se gestou a construção da identidade nacional brasileira.

Para a realização desta pesquisa também foram utilizadas como fontes as memórias escritas de outros dois imigrantes italianos, estabelecidos no Brasil meridional no mesmo período, Julio Lorenzoni e Andrea Pozzobon<sup>9</sup>. Além de suas memórias, foram utilizadas documentação diversa, recolhida em três arquivos distintos como mapas, fotos, reportagens, genealogias, recenseamentos e folhas de pagamentos, escritos e registro de terras do Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul (AHMCS), do Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (AHPNSC) e do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG-NP), todos na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Durante o processo de pesquisa, o auxílio recebido através de concessão de bolsa de Pesquisa CAPES/DS foi fundamental para a concretização deste trabalho.

---

<sup>9</sup> As memórias de Julio Lorenzoni fazem referências até o ano de 1914 e foram traduzidas por sua filha, Arminda Lorenzoni Parreira e publicadas em 1975 durante as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul e se intitulam “Memórias de um Imigrante Italiano”. As memórias de Andrea Pozzobon foram traduzidas e publicadas por seu sobrinho Zolá Pozzobon em 1996 e se intitulam “Uma Odisséia na América”.

## **1 O PASSADO COMO REPRESENTAÇÃO DO “NÓS”: “aqui registramos somente para mostrar de qual fé era animado o povo de então e para que sirva de exemplo aos presentes e aos futuros”<sup>10</sup>**

A Quarta Colônia<sup>11</sup> de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul é uma territorialidade simbólica formada por diversos municípios da região central do Estado, onde os aspectos imigrantistas são ressaltados como baluarte das identificações locais. Essa imigração faz referência aos italianos que se estabeleceram na região a partir do último quartel do século XIX. Dentre esses imigrantes, esteve Antônio Ceretta<sup>12</sup>, um menino de doze anos de idade que migrou junto com seus pais e quatro irmãos da Itália, em 1880, para a comunidade de Vale Vêneto<sup>13</sup>, hoje município de São João do Polêsine.

Sua família, assim como muitíssimas outras, deixaram os limites de suas paróquias em busca de uma vida melhor na esperança de “fazer a América”, incentivados pelas propagandas e as promessas de adquirirem terras no além-mar. Quando essas famílias decidiam migrar, se “amontoavam nos navios” dos portos de Gênova em direção à América, onde eram guiados pelos faróis dos litorais, que ao longo da costa de três continentes, indicavam a existência de um mundo infinitamente maior<sup>14</sup>. “O mundo era enorme, quanta terra!” Porém, essa viagem não foi nenhum cruzeiro de luxo, a travessia foi árdua e as perdas foram duras. Muitos morreram nos navios, especialmente os mais velhos e as crianças<sup>15</sup>.

Conforme os relatos dos imigrantes Antônio Ceretta e Julio Lorenzoni<sup>16</sup>, quando os imigrantes chegavam aos núcleos coloniais a desolação apenas aumentava: foram eles “apinhados” nos chamados “barracões”, “abandonados no mato virgem” e cerrado, completamente “isolados da civilização”. Na ausência de alternativas, tiveram de resistir: os

<sup>10</sup> Memórias de Antônio Ceretta, A História de Vale Vêneto, 1941?, p. 58, caderno II.

<sup>11</sup> Faz referência ao antigo núcleo colonial criado durante o Império, a Colônia Silveira Martins. Foi emancipado do estatuto de colônia imperial em 1884, sendo seus territórios desmembrados entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul através do Decreto 1570 de 21/04/1886. Desse modo, a comunidade de Silveira Martins ficou pertencente ao município de Santa Maria, como 4º Distrito, Vale Vêneto e São João do Polêsine, ocupados em 1878 e 1893 respectivamente, ficaram pertencentes ao município de Cachoeira do Sul como 5º Distrito. Hoje, Vale Vêneto é distrito turístico do município de São João do Polêsine, emancipado em 1992, e não possui mais vínculo administrativo com Cachoeira do Sul.

<sup>12</sup> Ver anexo B.

<sup>13</sup> Conferir anexo C.

<sup>14</sup> Julio Lorenzoni e Andrea Pozzobon foram alguns dos imigrantes que também deixaram relatos escritos acerca de suas experiências durante o processo de partida da Itália em direção à América. Durante a travessia, os imigrantes ainda bastante jovens descrevem os diversos portos por onde atracavam os “vapores” que levavam os futuros colonos ao Brasil meridional.

<sup>15</sup> As mortes de imigrantes durante a travessia e o processo colonizador no Brasil são referenciadas nas memórias de Antônio Ceretta (1868- 1943) e Julio Lorenzoni (1863 – 1934).

<sup>16</sup> Os dois imigrantes relatam as dificuldades durante a travessia e o estabelecimento dos imigrantes na zona colonial. Para saber mais, conferir (CERETTA, 1941?; LORENZONI, 1975)

italianos sustidos pela fé católica, rezavam o terço em família e buscavam em Deus as forças para continuar, pois durante os primeiros anos a “única religião que conservavam aqueles pobres colonos era a do coração<sup>17</sup>”. Aos poucos e com muito trabalho derrubavam o mato e iniciavam as lavouras. Logo as famílias cresciam, as colheitas abundavam e as pequenas capelas tornavam-se frondosas igrejas.

Mais importante do que a sucessão dos acontecimentos narrados, são as cargas simbólicas atribuídas aos fatos. Nesse sentido, a carga simbólica se refere aos valores incorporados dentro da narrativa acerca do processo migratório. Quais valores podemos destacar nessa narrativa? Aqui pode-se destacar três: os valores da *fé* (católica), da família (união familiar e o senso de comunidade e, dependendo do contexto, de *pátria*) e do *trabalho* (duro e expiatório, sendo durante o período republicano associado ao “progresso”). Segundo Santin (1999), a história dos imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul durante os primeiros tempos, se apresenta monótona, idêntica e repetitiva:

As desilusões diante de um mundo desconhecido, o sentimento de abandono, o refúgio em Deus, as lembranças do mundo familiar deixado para trás; depois o contentamento diante da abundância das colheitas e das mesas fartas; por fim o apego diante de uma nova pátria que ia lentamente surgindo (1999, p. 15).

Assim, foi a partir desses três elementos, a fé (católica), a família (que se estendia à comunidade e pátria) e o trabalho (sob regência da “ordem”), que se construiu no Rio Grande do Sul a memória e a identidade de imigrantes e descendentes sobre o processo da imigração e da colonização italiana. Tais princípios foram trazidos junto com os imigrantes e compunham alguns dos elementos centrais da cultura camponesa das zonas rurais do norte da Itália. No Brasil esses valores foram reforçados em contextos distintos, inicialmente pela Igreja durante o regime imperial e posteriormente também pelo Estado, durante o regime republicano.

Após a proclamação da República a Igreja passou a estabelecer as mediações entre o Estado e os imigrantes com o objetivo de transformá-los em brasileiros ordeiros e obedientes às leis cívicas da “Nova Pátria” (MARIN, 2007, p. 183). Durante o Estado Novo (1937 -1945) as políticas de nacionalização passaram a reprimir qualquer manifestação cultural de estrangeiros. Nesse período, na ausência da possibilidade das manifestações culturais de origem imigrante

---

<sup>17</sup> LORENZONI, 1975, p. 76.

o discurso católico, ao instituir uma identidade para os imigrantes e descendentes, procurava atribuir-lhe uma essência na qual todos deveriam reconhecer-se. O catolicismo era a religião dos antepassados, o melhor legado às novas gerações, elemento mantenedor da ordem e do progresso porque disciplinava e moralizava o homem e a sociedade” (MARIN, 2007, p. 191).

Nesse sentido, este capítulo visa refletir acerca do modo como se configurou a memória acerca da imigração e colonização na região da chamada Quarta Colônia em seus diferentes contextos, demonstrando a importância da religiosidade, especialmente da Igreja Católica, na consolidação das memórias sobre a imigração e colonização italiana e sobre quais elementos se estruturam a identidade ítalo-brasileira. Como mote, parte-se dos escritos elaborados pelo imigrante italiano Antônio Ceretta no início da década de 1940. A análise qualitativa de suas memórias permitirá compreender o modo como se produziram e construíram as memórias e as identidades nas áreas de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Para tanto, este capítulo se dividirá em quatro partes. Primeiramente será apresentado o mote teórico que embasou este trabalho, e cujo princípio parte da relação e dos nexos existentes entre a memória e a identidade, sejam suas manifestações coletivas ou individuais. Na segunda parte serão apresentados os manuscritos escritos pelo imigrante Antônio Ceretta, fonte documental central para a realização desse estudo. Compreender esses manuscritos como *documentos monumentos*, ajuda a entender que a escrita, enquanto uma forma de “exteriorização da memória”, ou seja, um suporte -permite sua transmissão memorial. A terceira parte faz menção justamente ao modo como essa transmissão acabou embasando os referenciais identitários imigrantistas, cuja memória de uma “longa viagem” referencia uma “origem comum” – traduzida na *italianidade*. A quarta parte faz referência aos “usos” da memória. Aqui serão apresentadas as relações entre a Igreja Católica e a memória da colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul.

### 1.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E HISTÓRIA

Catroga (2015) afirma que há um relativo consenso acerca do papel da recordação, ou seja, aquele associado à memória ou as formas de se recordar, na gênese das identidades pessoais e sociais (p. 9). Para Candau “memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução” (2012, p. 19). Mas o que é a memória? O que é identidade e o que a História tem a ver com esses conceitos?

Para a compreensão dessa relação é necessário partir do princípio que esses conceitos são *representações*<sup>18</sup>. Portanto, quando se fala em *memória* fala-se na representação de uma *faculdade* que pode manifestar-se tanto em nível do indivíduo, como em nível de grupo. Assim como quando se fala em *identidade* fala-se da representação de um *estado* do indivíduo ou grupo de indivíduos (CANDAU, 2012, p. 21).

Todavia, a forma como a memória se manifesta e quais seus níveis de ação, levaram sociólogos e antropólogos a desenvolverem uma taxonomia própria. Aqui será tomado como referência a de Candau (2012), onde qualifica a memória a partir de três níveis de atuação: *protomemória*, a *memória* e a *metamemória*.

A *protomemória* consiste naquela que faz referência aos automatismos sociais, “a memória procedural – a memória repetitiva ou *memória hábito* de Bergson” onde “o exercício do julgamento não é realizado” (CANDAU, 2012, p. 22). É aquela que permite que se fale um idioma sem a necessidade de se pensar no idioma que se está falando, ou que se caminhe sem que para isso se necessite pensar previamente o passo que se dará, e que se prosseguirá ao próximo passo etc. A *memória* propriamente dita é uma “memória de recordação<sup>19</sup> ou reconhecimento: evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes à uma memória enciclopédica” (CANDAU, 2012, p. 23).

Por fim, a *metamemória*. Ela é compreendida como a representação que cada indivíduo ou grupo faz de sua própria *memória*, o conhecimento que se tem dela e o que se diz sobre ela. Como a História, por exemplo. Sua dimensão está associada ao modo como um indivíduo ou grupo se filia ao seu passado, referindo-se à construção explícita da identidade. É uma memória ostensiva e reivindicada (CANDAU, 2012, p. 23).

---

<sup>18</sup> Conforme Catroga, “na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das *representações* (ou *re-presentificações*) do pretérito (2015, p. 11). Chartier (2002) denomina a *representação* como correlação de uma imagem presente por um objeto ausente por lhe estar conforme. Assim, “há um duplo sentido atribuído à *representação*: tornar presente a ausência, mas também exibir a sua própria presença como imagem, assim constitui aquele que olha como sujeito que olha” [...] ou seja, [...] é “uma relação decifrável entre o signo visível, e o que ele significa” (CHARTIER, 2002, p. 165-166).

<sup>19</sup> Assmann faz a distinção entre as duas operações da memória. Numa, a memória é qualificada como *ars* (arte) e consiste numa técnica de armazenar determinada informação para ser recuperada posteriormente, tal como foi armazenada. Ela denomina esse processo de “armazenamento”. A outra operação qualificada como *vis* (potência) é a recordação. Segundo Assmann “a recordação procede basicamente de forma reconstrutiva: sempre começa do presente e avança inevitavelmente para um deslocamento, uma deformação, uma distorção, uma revalorização e uma renovação do que foi lembrado até o momento de sua recuperação. Assim, nesse intervalo de latência, a lembrança não está guardada em um repositório seguro, e sim sujeita a um processo de transformação. A palavra “potência” indica, no caso, que a memória não deve ser compreendida como um recipiente protetor, mas como uma força imanente, como uma energia com leis próprias. Essa energia pode dificultar a recuperação da informação – como no caso do esquecimento – ou bloqueá-la como no caso da repressão (2011, p. 34).

A *identidade* como um estado de consciência de si no mundo efetiva-se, portanto, “numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver” (RÜSEN, 2001, p. 87). Ou seja, é “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo num quadro de uma relação dialógica com o outro” (CANDAUI, 2012, p. 9). Mas o que significa isso? Que a memória pode modificar-se, e com ela a identidade também.

A *protomemória* e a *memória* são faculdades do indivíduo que o permitem estar no mundo e conferir-lhe sentido. A *metamemória* é uma representação dessas faculdades. Assim, quando um grupo pretende representar sua identidade, seu estado de estar no mundo, o faz a partir de memórias que representem este estado de pertencimento – a *metamemória*.

Memória e História certamente não são sinônimos, apesar de compartilharem algumas características em comum. Por exemplo, o fato de serem uma evocação do passado a partir do presente. Nesse sentido, tanto a memória como a História são “seleções” e configuram-se a partir das tensões entre o “lembrar e o “esquecer”. Essa evocação pode apresentar-se como uma manifestação do indivíduo, ou a aparência de uma aspiração coletiva de se recordar. Tanto História como a memória têm a ambição cognitiva de corresponderem a verdade. A História dá-se a partir da produção de um conhecimento controlado, cujo objeto de estudo é atravessado por linhas de análise que tem a pretensão de delinear um passado real sob os auspícios da formalidade metodológica e científica. Já a memória é, acima de tudo, uma “reconstrução continuamente atualizada do passado mais do que uma constituição fiel do mesmo” (CANDAUI, 2012, p. 9).

Apesar disso, para quem as recorda, suas memórias não são menos realistas do que a História, porque são ancoradas, a princípio, numa realidade que expirou, e cuja contiguidade permanece como rastros contínuos de vida em direção à uma *totalização existencial*<sup>20</sup>. Sua pretensão cognitiva, portanto, é afetiva. Dessa maneira, aquilo que é compreendido como verdade (verdades históricas) depende da idoneidade do evocador da memória – assim, num sentido a memória é verdadeira (porque, a princípio sua representação do passado é fiel) pela referência de autoridade de algum tipo - pelo respeito ou pela crença de quem lembra e diz que aquilo que se lembra é verdade. Noutro sentido, a História, ao contrário da memória, é

---

<sup>20</sup> A *totalização existencial* consiste num “ato de memória que investe de sentido os traços mnésicos, por vezes subitamente, como nos casos dos acessos de memória. Em função de objetivos e relações no presente, esse ato de memória organiza os traços mnésicos deixados pelo passado: ele os unifica e os torna coerentes a fim de que possam fundar uma imagem satisfatória de si mesmo (CANDAUI, 2012, p. 77).

verdadeira porque tem o aval da ciência, ou seja, sua evocação desprende-se do sujeito e dos juízos<sup>21</sup>.

Assim, quem lembra, lembra sempre a partir de um contexto, pois imerso em um universo social e cultural. Seja esse contexto as memórias compartilhadas no grupo ou a própria História, como no caso, da História ensinada nas escolas. Nesse sentido, a História nas sociedades modernas cuja difusão da escrita tende à universalidade, ajuda a delinear a memória dos grupos que apelam à ciência, para legitimar ou referendar uma parte do passado grupal. Nessa perspectiva, a escrita da História sobre determinado tema, ou seja, a historiografia “também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re) fundação de grupos” (CATROGA, 2015, p. 73). Por conseguinte, é um trabalho de “enquadramento”, onde a memória se alimenta do material fornecido pela História, cujas interpretações do passado que se pretende registrar “se integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (POLLAK, 1989, p. 9).

É nessa esteira de entendimento que se pretende dialogar com a Memória e a História: pois como lembra Assmann (2011) “uma memória de grupo não dispõe de qualquer base orgânica e por isso é impensável, em sentido literal” (p. 145), o que vai ao encontro do que Halbwachs (1990) propunha quase um século atrás ao afirmar que são os indivíduos que lembram no grupo e não o grupo que lembra. Assim, aquilo que o indivíduo lembra, respeita balizas decorrentes dos chamados *quadros sociais*. A memória ganha força ou se enfraquece conforme a anuência do grupo de quem recorda (governo, comunidade, família, etc), endossando ou não o que é lembrado. Ou seja, as lembranças necessitam de uma comunidade afetiva para subsistir (HALBWACHS, 1990).

Apesar do Brasil ser um país formado quase que exclusivamente por imigrantes, somente após as comemorações de “centenários de imigração europeia” é que se pôde observar na historiografia grande apelo por parte de historiadores para a revitalização da memória imigrante e de seu patrimônio cultural<sup>22</sup>. O que de fato é curioso, pois talvez seja importante lembrar que, se alguém regressar o suficiente no tempo, todos os grupos humanos foram migrantes (emigrantes e imigrantes) em algum determinado período da História. Afinal,

---

<sup>21</sup> Para saber mais sobre as discussões sobre o conceito de verdade em História, conferir a obra “Teoria da História: uma teoria da História como Ciência” (RÜSEN, 2015).

<sup>22</sup> Prats define o patrimônio cultural como uma invenção e uma construção social, que consistem em legitimar referenciais simbólicos a partir de fontes de autoridade que partem de três processos distintos: político, econômico e científico (1998, p. 63-64). O patrimônio cultural são “representações simbólicas das versões de identidade” (PRATS, 1998, p. 67).

o ser humano não despontou, embora às vezes pareça dentro dos discursos nacionalistas, como flores no solo em que pisa. Nesse sentido, o Brasil não só foi território de migrantes, como também recebeu imigrantes de vários lugares do planeta. Assim,

Se identidade, memória e patrimônio são as três palavras-chave da consciência contemporânea – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade (CANDAU, 2012, p. 18).

No Rio Grande do Sul, a conjuntura das comemorações do Centenário da Imigração Italiana no ano de 1975, propiciou uma explosão no campo da produção historiográfica sobre o tema. A maioria destas obras é considerada por Vendrame (2007) como “tradicional” e, cuja representação do imigrante italiano correspondia à uma maneira idealizada de tratar a imigração. Nela enalteciam a cultura dos colonos, sua profunda fé, sua disposição para o trabalho e sua índole ordeira e pacífica (VENDRAME, 2007, p. 28)<sup>23</sup>.

Ao falar-se de uma revitalização de memória pressupõe-se então um período de obscurecimento ou amnésia parcial. Esse enfraquecimento da memória imigrante decorreu das políticas públicas de cultura e memória de um Brasil nacionalista da Primeira República ao Estado Novo (1889-1945). Nesse período iniciou um processo lento, no entanto crescente, da construção de uma identidade nacional, atingindo seu ápice durante o Estado Novo. Durante a ditadura Vargas repousou o estigma da negação às origens estrangeiras em um país em construção, cuja representação da identidade nacional não aceitaria mais de uma noção de pertencimento (ZANINI, 2005, p. 120).

Na região central do Rio Grande do Sul, não se poderia pensar que a produção historiográfica sobre o tema imigração, não obedecesse às regras de um jogo que começou em nível nacional. Sua revalorização partiu, então, de uma conjuntura favorável que desencadeou a irrupção de uma “memória subterrânea” que foi contida por um Estado dominador e nacionalizante, em uma oposição entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989). Dessa maneira, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado” (POLLAK, 1989, p. 8). Segundo Zanini

a revivificação de uma identidade étnica italiana como algo positivo começou a se processar no estado do Rio Grande do Sul como um todo, a partir de 1975, quando

---

<sup>23</sup> Essa discussão é apresentada na obra “Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)”, de Maíra Inês Vendrame (2007, p. 28 – 31).

feito um século do início da colonização italiana no Estado. Na data foram promovidos festejos e publicações literárias que começaram a dar voz ao sentimento de italianidade que estava latente (2006, p. 197).

Esse processo de revalorização da memória imigrante iniciou-se a partir de memorialistas religiosos em consequência da atuação histórica da Igreja Católica nas zonas de colonização italiana na região central do Rio Grande do Sul. Para Manfio “o Centenário da Imigração Italiana tinha o propósito de exaltar a figura do imigrante e colono italiano, sua participação na formação econômica, social, política e cultural no Rio Grande do Sul” (2015, p. 94). Todavia, na região central do Estado “logo agregou-se uma dimensão religiosa, aquela que enfatiza a religiosidade dos colonos italianos e sua vinculação com a Igreja Católica” (MANFIO, 2015, p. 94-95). Na região da Quarta Colônia, quem organizou os festejos do Centenário da imigração italiana, foi o padre Luiz Sponchiado<sup>24</sup>, cujos resultados originaram um dos mais importantes espaços de memória acerca do processo migratório e colonizador de italianos para o Brasil Meridional, o Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG-NP)<sup>25</sup>. Essa vertente memorialista procurou representar a identidade dos imigrantes a partir de características “essencialistas” e “primordialistas”, construídas a partir de ações políticas que visaram projetos regionais de integração<sup>26</sup>.

Conforme Stefanello, o padre representou a memória da imigração e colonização italiana na região a partir de um “tripé” composto pela fé cristã, pela crença no trabalho e pelo apego a família (STEFANELLO, 2015, p. 175). Para Stefanello (2015) “o conjunto documental organizado no CPG, confere a este centro, o *status* de “lugar de memória” da imigração Italiana da Quarta Colônia Imperial”, sendo além de memória, também a História, “pois foi construído a partir de uma intenção do padre Luiz [Sponchiado] que, compreendendo o seu caráter eletivo, o sacralizou em um discurso” (p. 75). Desse modo, “a escolha das fontes e a organização do CPG seguiram o filtro do seu criador – que muitas vezes optou por suas preferências” (MANFIO, 2015, p. 115). Essas preferências fazem referência ao modo como o padre Sponchiado pretendeu representar a identidade dos colonos italianos e descendentes na região, sendo, portanto, o CPG-NP um construto *metamemorial*.

<sup>24</sup> Para saber mais sobre as atuações do padre Luiz Sponchiado como um agente cultural e pesquisador na região da Quarta Colônia, conferir Rossato (1996), Manfio (2015) e Stefanello (2015).

<sup>25</sup> O acervo do CPG- NP conta hoje com aproximadamente 1850 sobrenomes italianos, catalogados em 75 livros de genealogia. Esse acervo foi inaugurado para visitação do público no dia do centenário de criação do Núcleo Soturno, hoje município de Nova Palma, em 1 de junho de 1984 (STEFANELLO, 2015, p. 32). O acervo também é composto por genealogias das famílias elaboradas a partir das Anágrafes (registros dos paroquianos), cronologias (ou diários de colonização) em que são anotados o contexto de muitos dados levantados, biblioteca (literatura histórica nacional e estrangeira sobre imigração e colonização), fonoteca e vídeoteca (depoimentos orais, músicas, festas) (ROSSATO, 1996, p. 67-68).

<sup>26</sup> Sobre estes projetos, consultar Bolzan (2015).

Essas ações no âmbito cultural partiram de instituições de pesquisas que veicularam um discurso que se propagou sobre as práticas patrimoniais: “o objeto patrimonial que é preciso conservar, restaurar ou valorizar é sempre descrito como um marco, dentre outros, da identidade representada de um grupo” (CANDAUI, 2012, p. 25-26).

Mas, se a identidade como a representação de um estado de estar no mundo é móvel assim como a memória ela não pode ser enunciada, senão em seu processo dialógico. Por isso, faz-se necessário percorrer o quadro histórico em que se delineou determinada “identidade imigrante” até a conjuntura atual. Nela se rediscutiu as antigas representações romantizadas, apresentando uma realidade imigrante mais condizente com o passado.

## 1.2 UMA JORNADA ESCRITA: memórias de um imigrante italiano

Dois anos antes de morrer, por volta de 1941 Antônio Ceretta deixou registrado em manuscritos a trajetória da formação das comunidades em que viveu. Dedicou seus escritos ao seu amigo, o padre Agostinho Michelotti, na época Reitor do Noviciado Vicente Palotti, seminário da Congregação dos Palotinos em São João do Polêsine. O motivo? O lançamento no ano de 1943 da segunda edição do periódico “Cachoeira Histórica e Informativa”, uma revista anual de autoria dos irmãos Vitorino e Manoel Carvalho Portela. A revista, cuja primeira edição data de 1941, traz diversas informações sobre a história, a economia, a vida cultural e religiosa do município de Cachoeira do Sul e de seus diversos distritos. Em uma reportagem sobre o 5º Distrito de Cachoeira do Sul, na época São João do Polêsine, é publicado um texto de autoria do Pe. Agostinho Michelotti “uma interessante página do que foi os primórdios daquele núcleo colonial do nosso município” (PORTELA; PORTELA, 1943, s.p.). Segue um trecho da reportagem intitulada “São João do Polesine”:

Depois de aqui estabelecido os padres palotinos com o Noviciado e Seminário Maior Palotino, o nome Polêsine começou a correr o mundo. É natural portanto, que os que se interessam pelas obras palotinas queiram saber algo deste lugar, que se tornou viveiro de vocações sacerdotais. No intuito de satisfazer tão justo desejo, procuramos ouvir uma testemunha que tenha assistido à história dessa povoação. E fomos felizes. Encontramos uma que até tomou parte ativa na sua fundação e desenvolvimento. Neste artigo não faremos mais que resumir as notas que, atenciosamente, nos forneceu por escrito [...] *Antônio Ceretta*, que foi o que nos forneceu estas notas, presidiu as funções religiosas e dava catecismo às crianças. Por modéstia desejou que seu nome - como ele se expressou - ficasse para sempre no tinteiro. Porém como se trata de quem foi a alma da vida religiosa local e, que com muitos sacrifícios, trabalhou indelessamente durante quarenta anos como professor e catequista, é justo que lhe tiremos o nome do tinteiro (MICHELOTTI, 1943, s.p.).

Na reportagem, o Polêsine é representado como um “recanto de paz e de trabalho, onde se vive na quietude amena dum pedaço de céu, forjado pelo amor desses abnegados

propulsores” (MICHELOTTI, 1943, s.p.). Ao contrário de Ceretta, o Pe. Michelotti parece enaltecer a profunda fé e a voação ao trabalho, em detrimento da imagem de uma comunidade formada por estrangeiros ou descendentes de estrangeiros, como no caso de São João do Polêsine. O contexto é sintomático: o Estado Novo (1937 – 1945) e com ele a negação de tudo o que não fosse genuinamente brasileiro. Originalmente, os escritos de Ceretta resultaram num conjunto de seis cadernos escritos em português formando dois documentos distintos: a *História de Vale Veneto* e a *História de São João do Polêsine*. Em suas memórias são destacadas as iniciativas e as dificuldades enfrentadas pelos colonos italianos pioneiros, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da religiosidade católica. Em seus registros, Antônio Ceretta fez um esforço de memória na década de 1940 para narrar o que aconteceu nas comunidades em que viveu nas décadas predecessoras.

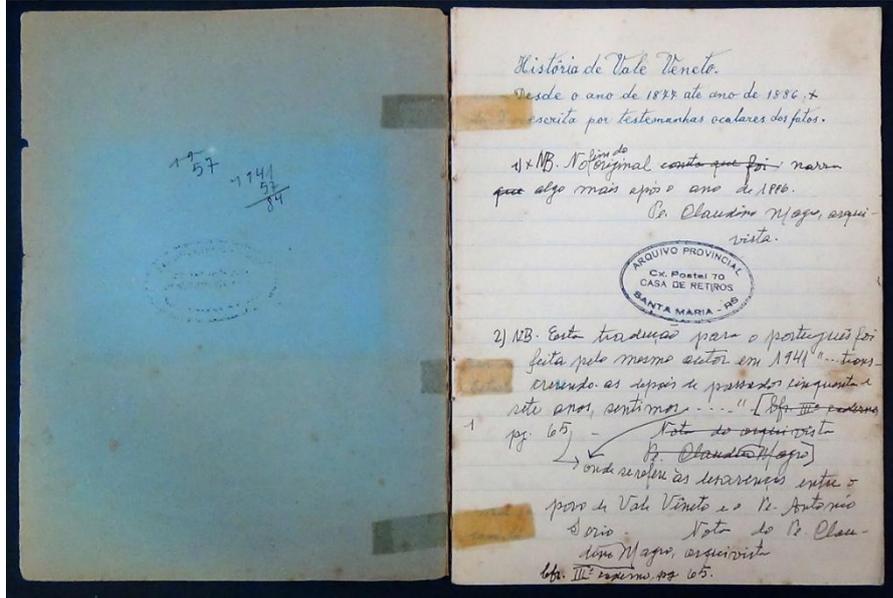
O documento manuscrito “História de Vale Veneto (1877-1886)” (Figura 1)<sup>27</sup>, é composto por quatro cadernos. Neste Ceretta registrou o processo de partida dos primeiros italianos, especialmente de vênets e a sua chegada ao Brasil na comunidade de Vale Vênets, próxima a Colônia Silveira Martins. Seu foco deu-se em torno da organização dos imigrantes para a vinda dos primeiros padres palotinos. Originalmente, a “História de Vale Veneto” é uma tradução feita em 1941 de um manuscrito escrito em 74 folhas (Vale Veneta) avulsas em dialeto vênets no ano de 1894<sup>28</sup> (Figura 2).

Já a “História de São João do Polêsine desde o início de sua colonização até o ano de 1936 escrita pelo Professor Antônio Ceretta” (Figura 3) é um documento composto por dois cadernos e cujo conteúdo diz respeito a trajetória de Ceretta e a história da comunidade de São João do Polêsine desde 1893 ao ano de 1936. Embora seus escritos abranjam um espaço e um marco temporal diferenciado, é importante frisar uma característica comum aos documentos: o desenvolvimento da religiosidade católica e a fé dos imigrantes italianos constituem os elementos centrais dos manuscritos de Ceretta.

<sup>27</sup> As figuras são apenas para indicar as características físicas dos documentos originais, pois eles não serão aqui totalmente reproduzidos.

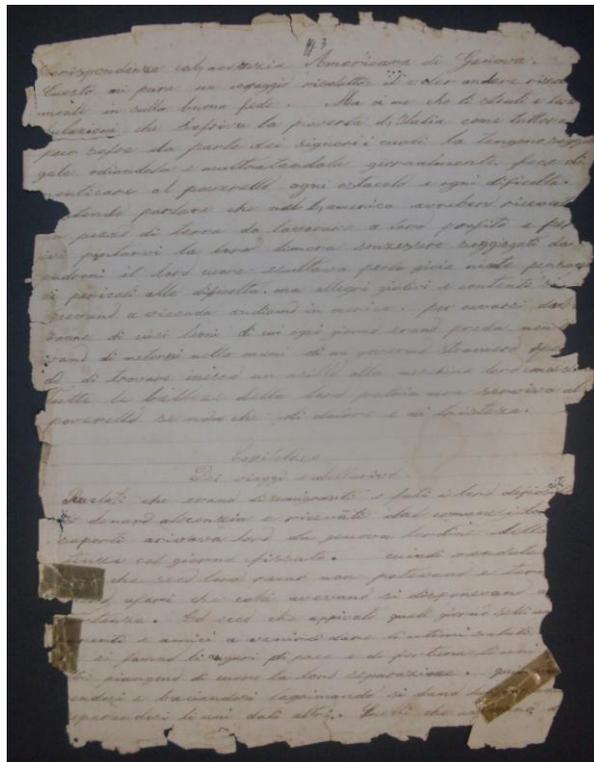
<sup>28</sup> Tal informação é registrada por Claudino Magro, arquivista aposentado do AHPNSC nos próprios documentos originais. Para isso, Magro partiu de um trecho específico dos manuscritos de Antônio Ceretta, em que diz: [...] “nos mesmo [sic], que fomos testemunhas oculares de todas estas coisas e de todos os acontecidos daquele tempo, nos mesmo, transcrevendo-as depois de passado cincoenta e sete anos [...]” (Ceretta, 1941?, p. 65, caderno III). O ano de referência para a tradução partiu de um cálculo muito simples, somando-se a data do ano que se refere à desavença da comunidade de Vale Vênets com o pároco Antônio Sório, descrito no contexto do trecho citado, ocorrida em 1884, assim,  $1884+57 = 1941$ . As duas primeiras folhas dos manuscritos foram extraviadas, por isso a reprodução da página “3”. Missão Brasileira, Caixa Vale Vênets, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS - Brasil. As desavenças decorrentes da disputa pela aquisição de sacerdotes entre as comunidades coloniais de Vale Vênets e Silveira Martins, e o posterior atentado contra o sacerdote Antônio Sório, nutriu diversos estudos referentes aos conflitos interimigrantes e sobre a oposição Igreja e Maçonaria. Para saber mais cf. Vécio (2001), Vendrame (2007, 2013) e Bolzan (2015).

Figura 1 – Imagem do início do Manuscrito “História de Vale Veneto (1877 – 1886)”



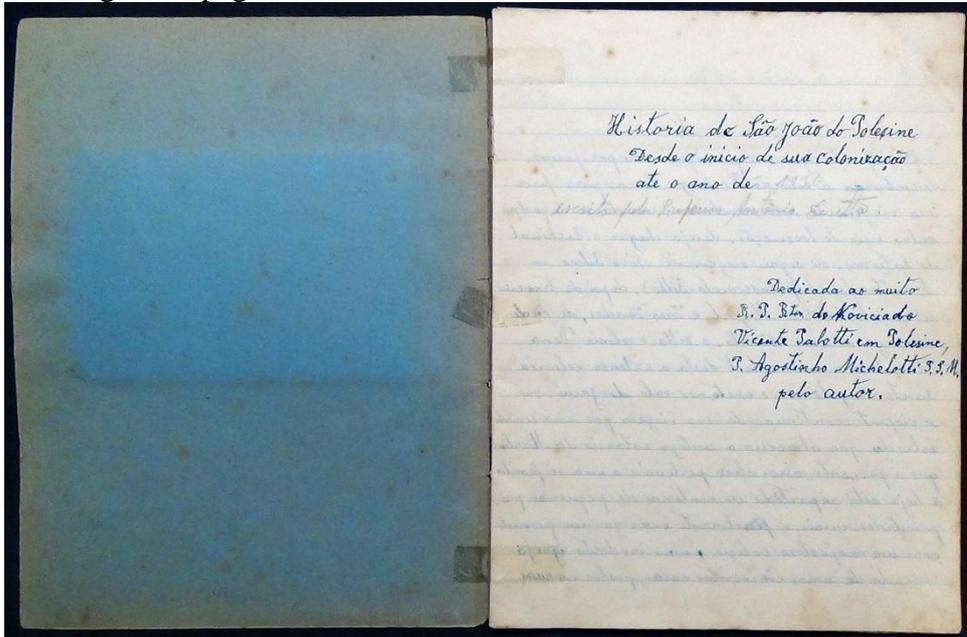
Fonte: Foto reproduzida do original pelo autor em 2015. AHPNSC, armário 1, porta 1, caixa 04 da série Missão Brasileira, Vale Veneto.

Figura 2 – Imagem de página do Manuscrito escrito em 1894 “História de Vale Veneto [Vale Veneta] (1877 – 1886)”



Fonte: Foto reproduzida do original pelo autor em 2015. AHPNSC, armário 1, porta 1, caixa 04 da série Missão Brasileira, Vale Veneto.

Figura 3 – Imagem da página inicial do Manuscrito “História de São João do Polêsine”



Fonte: Foto reproduzida do original pelo autor em 2015. AHPNSC, armário 1, porta 1, caixa 04 da série Missão Brasileira, Pasta Polêsine.

Em seus manuscritos o autor registrou a história das comunidades em que viveu no intuito de “lembrar aos presentes e aos futuros” (CERETTA, 1941?, s.p., caderno IV) a trajetória de estabelecimento dos imigrantes aos seus descendentes, especialmente no que se refere à fixação da Igreja Católica como fator fundamental para o sucesso do empreendimento colonizador.

Em suas memórias a religiosidade aparenta ter importância capital. Em “A História de São João do Polêsine”, Antônio Ceretta destaca suas atividades enquanto catequista e professor, “ofício que continuou exercer pelo espaço de quarenta anos contínuos (1941?, p. 22, caderno I). De acordo com Ceretta sua intenção em registrar suas memórias era de “que sua operosidade encontrasse incitadores especialmente na instrução religiosa, pois foi esta parte por ele mais estimada e predigida” (CERETTA, 1941?, p. 46, caderno II). Na compreensão de Ceretta, o progresso dos imigrantes e o desenvolvimento religioso encontravam-se imiscuídos, sendo, portanto, inseparáveis. Segundo ele:

é preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu

desenvolvimento, ocupando o lugar<sup>29</sup> de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definhar e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorno de si reúne seus pintos (CERETTA, 1941?, p. 11 - 12, caderno I).

No outro manuscrito, a “História de Vale Vêneto”, Ceretta narra a vinda dos primeiros sacerdotes para a zona colonial através dos esforços dos primeiros imigrantes. Nesses relatos estão presentes os conflitos ocorridos entre a Sede Colonial Silveira Martins e a comunidade de Vale Vêneto, esta última “fértil em heróis católicos” onde a “vida religiosa sempre se conservou vívida e palpitante” (CERETTA, 1941?, p. 19, caderno I). Na Sede, pelo contrário, haviam os “garibaldinos” que faziam “mofa” dos católicos, hostilizando-os e chamando-os de “ipócritas” [sic] e “beija bancos” (CERETTA, 1941?, p. 36, caderno II). A falta de cordialidade entre “católicos” e “garibaldinos” nas memórias de Ceretta, são indicativos da permanência dos conflitos decorrentes do processo de unificação da Itália, ocorrido pouco antes do início da grande emigração tri-vêneto-lombarda, como se verá mais adiante.

Provavelmente, os manuscritos de Ceretta constituem os primeiros relatos a respeito da formação da comunidade de Vale Vêneto<sup>30</sup>, a morte inesperada do padre pioneiro Vítor Arnoffi, os episódios relativos às desavenças entre a comunidade e o pároco Antônio Sório, e a posterior vinda dos primeiros padres palotinos. Estes eventos, são narrados em uma ampla historiografia acerca da imigração italiana para a região, assim, dentre alguns autores, os que fazem uma referência direta ou indireta aos manuscritos de Ceretta e sobre o caso da vinda dos primeiros padres, podemos destacar Bonfada (1991), Magro (1996), Righi; Bisognin; Torri (2001), Vendrame (2007, 2013) e Biasoli (2015).

No Vale, dentre esses “heróis católicos”, Ceretta enfatiza em suas memórias o papel das lideranças do comerciante Paolo Bortoluzzi<sup>31</sup> (Paulo) e do pedreiro Luigi Rosso (Luís) que nos primeiros anos providenciaram, junto aos chefes de família, por intermédio do italiano Antonio Vernier, a vinda de sacerdotes católicos no intuito de ministrar os sacramentos considerados caros aos habitantes do Vale.

---

<sup>29</sup> Optou-se durante a transcrição de suas memórias manter a grafia original. Com isso, pretende-se preservar o lugar de fala do imigrante - um estrangeiro alfabetizado em italiano que aprendeu anos mais tarde a falar e escrever em português devido a necessidades políticas e profissionais.

<sup>30</sup> Essa tese é de Vendrame, a respeito dos manuscritos escritos em 1894.

<sup>31</sup> Para saber a respeito da trajetória de Paulo Bortoluzzi, ver Vendrame (2013).

As desavenças entre as comunidades se iniciaram quando a Sede Silveira Martins reclamou, sob liderança do comerciante Prospero Pippi<sup>32</sup>, a residência dos padres em sua comunidade. Assim, estabeleceu-se o acordo de que Arnoffi residisse na Sede e Sório em Vale Vêneto. Após a repentina morte de Arnoffi, Sório passou a residir em Silveira Martins, indispondo-se com os habitantes de Vale Vêneto a partir de 1884. Insatisfeitos, os habitantes do Vale providenciam a vinda dos primeiros padres palotinos.

A memória em torno do processo migratório e colonizador de italianos está envolta em uma narrativa alicerçada no trabalho, na fé e na família (comunidade). Nas palavras de Ceretta, suas memórias servem de exemplo “aos presentes e aos futuros”, ou seja, a história é exemplar. Nesse sentido, conforme Rüsen “o ato de narrar é empírico e normativo ao mesmo tempo” (2015, p. 53), pois faz referência às experiências pretéritas, e servem como referências do agir prático no futuro.

Na reflexão, busca-se em Catroga também auxílio, que diz:

Em nome de uma história (“era uma vez”), ou de um património comum (espiritual e/ ou material), ela insere os indivíduos em cadeias de *filiação identitária*, *distinguindo-os* e *diferenciando-os* em relação a *outros*, e exige-lhes, em nome da inefável identidade do *eu* – ipseidade suposta como o actante omnipresente em todas as fases da vida – ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades endógenas. O seu efeito tende a traduzir-se numa *mensagem*, ou melhor, tende a interiorizar-se como *norma* (2015, p. 26-27).

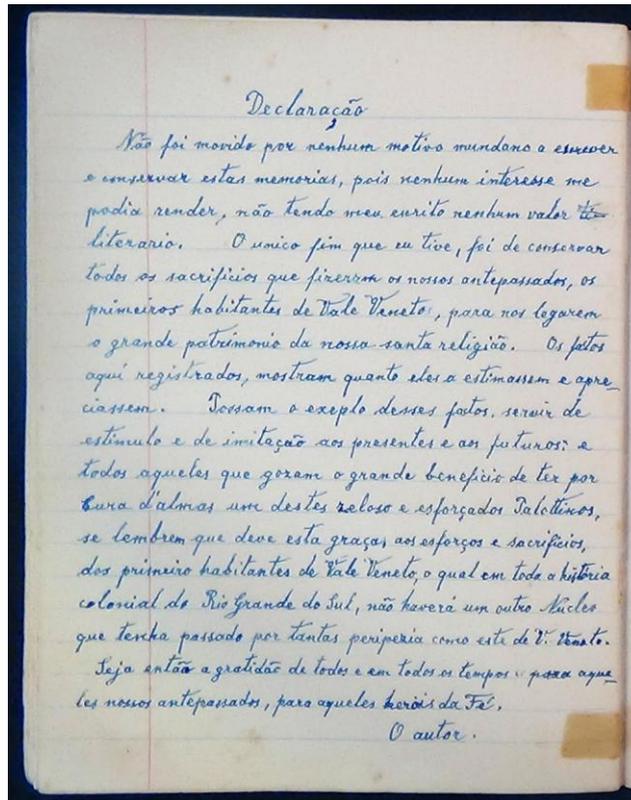
Em suas memórias Ceretta enfatiza o papel dos imigrantes durante o estabelecimento dos palotinos na região, onde alcunha os primeiros habitantes do Vale como “heróis da fé”. Disso depreende-se a importância atribuída por Ceretta à permanência da memória imigrante na memória institucional da Igreja. Evidência disso, está a declaração presente na última página do quarto caderno sobre a História de Vale Vêneto (Figura 4), atribuindo às suas memórias um esforço de “conservar os sacrifícios que fizeram seus antepassados, os primeiros habitantes de Vale Veneto, para nos legarem o *grande patrimonio da nossa santa religião*” (CERETTA, 1941?, s.p.).

A partir disso pode-se inferir que a mensagem passada por Ceretta a partir de suas memórias se refere ao dever da manutenção da religião católica, tendo para isso exemplificado, através dos esforços dos primeiros imigrantes, o seu estabelecimento. Conforme Antônio Ceretta:

---

<sup>32</sup> Para saber mais sobre Próspero Pippi, ver Stefanello (2015).

Figura 4 - Declaração de Antônio Ceretta no último caderno do Manuscrito “História de Vale Veneto (1877 – 1943)”



FONTE: Reprodução feita pelo autor do documento original da Declaração do imigrante Antônio Ceretta em seus manuscritos (2015). AHPNSC, armário 1, porta 1, caixa 04 da série Missão Brasileira, Vale Veneto.

Não foi movido por nenhum motivo mundano a escrever e conservar estas memórias pois nenhum interesse me podia render, não tendo meu escrito valor literario [sic]. *O unico fim que eu tive, foi de conservar todos os sacrificios que fizeram nossos antepassados, os primeiros habitantes de Vale Veneto, para nos legarem o grande patrimonio da nossa santa religião.* Os feitos aqui registrados, mostram quanto eles a estimassem e apreciasssem. Passam o exemplo desses factos servir de estímulo e de imitação aos presentes e aos futuros: e todos aqueles que gozam o grande beneficio de ter por Cura d'almas um destes zeloso e esforçados Palottinos, se lembrem que deve esta graças aos esforços e sacrificios, dos primeiros habitantes de Vale Vêneto, o qual em toda a história colonial do Rio Grande do Sul, não haverá um outro Núcleo que tenha passado por tantas peripesia como este de V. Veneto. Seja Então a gratidão de todos e em todos os tempos e para aqueles nossos antepassados, para aqueles heróis da Fé. O autor." (CERETTA, 1941, p.sp)

O referido trecho reforça a imagem de que os imigrantes do Vale Vêneto seriam os mais católicos e ordeiros em detrimento dos habitantes da Sede Silveira Martins, ao mesmo tempo em que exalta o trabalho dos padres palotinos dentro das comunidades imigrantes. Porém, tanto na região da Quarta Colônia, assim como em outras regiões de colonização italiana, não houve uma homogeneidade do credo católico. De acordo com Stefanello “a

imagem do imigrante extremamente católico foi construída especialmente com o trabalho dos Palotinos que se estabeleceram a partir de 1886 em Vale Vêneto” (2015, p. 46).

A representação recorrente dos imigrantes italianos como sendo católicos e ordeiros se revela insustentável a partir dos próprios manuscritos de Ceretta, quando revela a presença de mais de uma maneira de se posicionar com relação à religiosidade, como no caso de Próspero Pippi e dos “garibaldinos”. Essa representação dos imigrantes tem muito mais a ver com o processo histórico que delineou tal imagem, embora seja difícil discordar quanto a importância da religiosidade para os colonos de um modo geral. Por exemplo, as memórias de Ceretta fazem menção ao modo como ele via a si e sua comunidade, na perspectiva de “bons católicos” em uma oposição aos outros, especialmente da Sede como “indiferentes”. Essa noção de “pertencimento católico” também será reforçada a partir de suas memórias sobre São João do Polêsine, onde narra suas atividades como professor e catequista.

Dessa maneira, a memória presente nos manuscritos do imigrante Antônio Ceretta constitui a representação que teve de si e de sua comunidade. Assim sendo, sua memória é ostensiva e reivindicada: suas memórias, materializadas na forma de manuscritos, se referem à *metamemória*.

Para Candau, “o escrito é antes um alibi do que um instrumento para a memória” pois “orienta as memórias individuais em uma mesma direção” focalizando essas memórias em direção a “significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de serem compartilhadas” (2012, p. 108). Fundamentando-se na compreensão de Candau - a transmissão memorial a partir do escrito – os manuscritos do imigrante italiano Antônio Ceretta, tornam-se monumentos. Nesse sentido “o documento é monumento. Resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 537-538).

Levando-se em conta a profunda relação entre as formas de se recordar e a identidade, os manuscritos de Ceretta constituem riquíssimas fontes para se refletir a maneira com que se deram a manutenção e a reprodução das identificações grupais entre imigrantes italianos e descendentes após um amplo processo de transformações políticas, econômicas e sociais que se deram inicialmente na Itália e posteriormente no Brasil, em especial na região da Quarta Colônia.

### 1.3 A MEMÓRIA DE UMA “LONGA VIAGEM”

Antônio Ceretta nasceu em 1868 na comunidade de Lonigo, entre os Alpes e o vale do rio Pó no norte da Itália e morreu com 76 anos de idade na comunidade de São João do Polêsine, entre os morros da Serra Geral e os pampas Sul-americanos, no Vale do Rio Soturno, região Sul do Brasil em 17 de fevereiro de 1943. Entre seu jazigo e sua terra natal distam-se mais ou menos 11.000 quilômetros em linha reta! Tendo emigrado com sua família em 1880, isso significou em termos práticos cruzar do hemisfério Norte para o Sul através do Mar Mediterrâneo e do Oceano Atlântico em um navio lento e apertado. Em terra, foi exigido caminhar em campos abertos ou andar em carretas quando ainda não existiam as estradas de ferro que se espalharam pelo mundo somente no final do século XIX.

Apesar de ser considerada ou parecer “grandiosa”, tal aventura foi relativamente comum e diz respeito a aproximadamente 1,5 milhões de italianos que deixaram a Europa (Figura 5) entre o final do século XIX e início do XX, dos quais cerca de 100 mil deles dirigiram-se para o Rio Grande do Sul. Inicialmente foram criadas na região serrana da Província a partir de 1875, três colônias, Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel e na região central a partir de 1877 a Colônia Silveira Martins, conhecida hoje como Quarta Colônia (Figura 6)<sup>33</sup>.

---

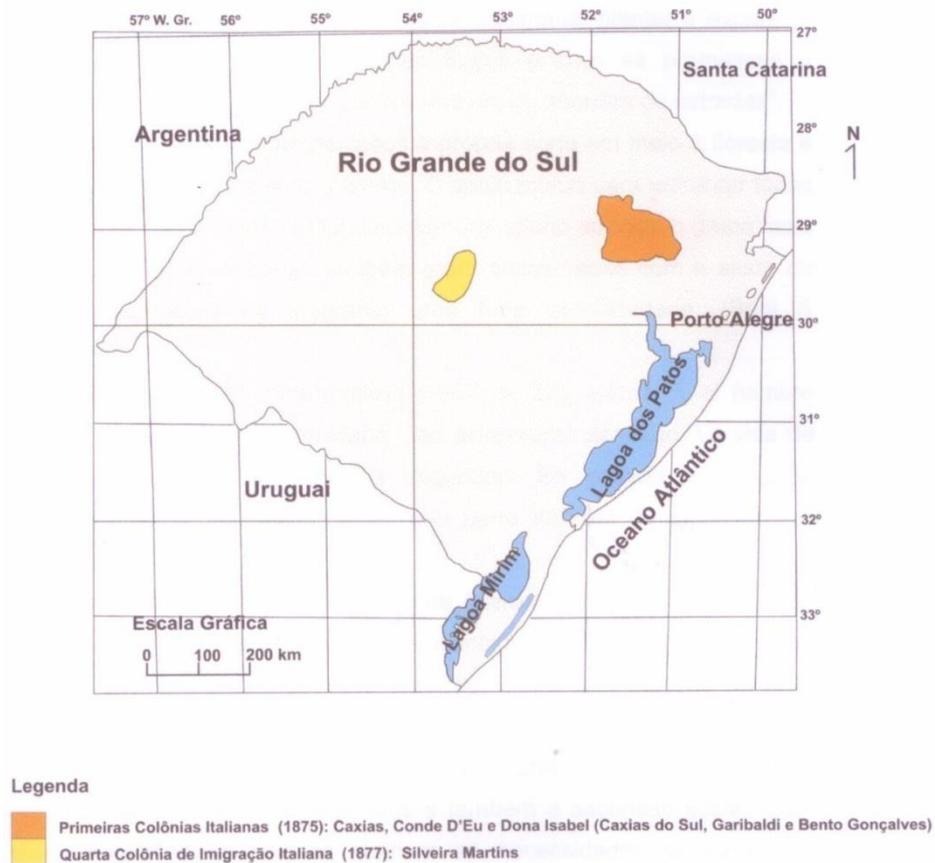
<sup>33</sup> Segundo Alberto de Boni e Rovílio Costa (2000) “a maciça imigração trivêneto-lombarda para o Estado situa-se dentro da grande onda imigratória do século XIX e início do XX, que levou algumas dezenas de milhões de europeus para outros continentes, principalmente para a América (p. III).

Figura 5 - Mapa atual da Itália. As áreas destacadas constituem os principais locais da emigração italiana para o Sul do Brasil.



Fonte: PISSUTI, 2005, p. 15.

Figura 6 - Mapa atual do Estado do Rio Grande do Sul. As áreas destacadas correspondem aos locais dos núcleos coloniais criados a partir de 1875.



Fonte: PISSUTI, 2005, p. 20.

A migração como um processo de ruptura e mudança que envolveu indivíduos, grupos e famílias italianas ao longo de várias décadas, do final do século XIX até os primeiros anos do século XX foi denominado por Zanini de *travessia* (2006). É a memória desta longa *travessia* o referencial fundante para a construção e a manutenção das identidades culturais de italianos e seus descendentes nas décadas subsequentes na região central do Rio Grande do Sul, especialmente nos territórios cujos núcleos coloniais originaram diversos municípios<sup>34</sup>.

Foi a partir dessa história que se desenvolveu a “italianidade”, um sentimento de pertença que se construiu na região central do estado a partir do mito de origem da travessia e do processo colonizador (ZANINI, 2006, p. 199). Essa identidade foi e é situacionalmente construída e representa o vínculo da *origem*, transmitido pelo sangue e pela valorização das coisas do “mundo italiano” (ZANINI, 2006, p. 249). Segundo Candau, isso ocorre porque a

<sup>34</sup> Sobre a origem dos municípios de origem imigrante na região central do Estado, conferir Bolzan (2015, p. 180 – 289).

identidade ancora-se fundamentalmente nas “origens” e nos “acontecimentos” (2012, p, 95). Enquanto “origens” estão inicialmente os *paeses* distintos do Norte da Itália, a pátria<sup>35</sup> originária. Como “acontecimentos”, há no processo migratório sua principal referência, cujo abandono da pátria, as mortes, o luto, a adaptação à terra e ao clima, a comida e língua estranhas são alguns de seus elementos constituintes. Para Santin os imigrantes pioneiros das zonas coloniais compartilharam

os dramas vividos, ainda na Itália, os momentos da decisão de emigrar, as angústias da separação para sempre diante das perspectivas de uma viagem *senza ritorno*; as dificuldades do embarque em navios inadequados e superlotados, as terríveis peripécias da travessia, as decepções e o abandono na chegada em meio a florestas e sem os benefícios prometidos, quando ainda em solo italiano pelos agentes da emigração e, no Brasil, pelos administradores das Colônias (1999, p. 14).

Na memória desse processo dramático, estão associados os valores cristãos relativos ao martírio e à resignação, o sofrimento dos imigrantes diante das decepções de um mundo novo e desconhecido. O trabalho duro, a penúria dos primeiros anos e a fé em Deus são recompensados nos próximos anos “diante da abundância de colheitas e de mesas fartas” (1999, p. 15). Desse modo, a religiosidade no caso dos imigrantes italianos, também significou um importante fator de unificação cultural ou o “idioma comum” que permitiu que os imigrantes se organizassem nos redutos coloniais em formação (ZANINI, 2006). A reconstituição do ambiente de origem, se deu através da construção de capitéis em referência aos seus santos prediletos, igrejas, campanários, festas religiosas, cantorias, que se tornaram os fundamentos desta nova pátria (SANTIN, 1999, p. 15). Durante este enraizamento na pátria adotiva essa religiosidade mediada pelas ações da Igreja desempenhou papel fundamental em dois momentos distintos.

Num primeiro momento, durante o Governo Imperial, a Igreja, organizou a vida social das novas comunidades durante relativa “ausência” do Estado. Esta ausência é comumente apresentada na historiografia e em alguns relatos escritos de imigrantes, manifestando-se especialmente sobre falta de recursos necessários para o abrigo e provimentos, durante a espera da demarcação dos lotes que o governo imperial havia prometido aos colonos nos primeiros anos. Porém, na falta desses recursos, muitos colonos buscaram “auxílio espiritual”,

---

<sup>35</sup> Para Catroga “pátria” pode designar a comunidade de destino não se referindo necessariamente ao Estado Nacional. Cf. CARTROGA, Fernando. **Pátria e nação**. In: Coletânea de Textos da VII Jornada Setecentista. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Departamento de História da Universidade do Paraná, p. 13-34, 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-eNa%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Acesso em: agosto de 2017.

fazendo da atuação, mesmo que esporádica do clero a presença estatal nos núcleos coloniais. Isso porque os integrantes do clero sob o regime de padroado durante o Brasil Império eram funcionários públicos vinculados ao Estado.

Num segundo momento, marcado pela transição de regime político no Brasil, a Igreja foi a ponte que permitiu a esses imigrantes ingressassem na órbita política do Estado até então “ausente” (MARIN, 2007). Esse segundo momento deu-se especialmente a partir da instauração do Regime Republicano no Rio Grande do Sul a partir de 1889, caracterizando-se pela aproximação do Governo Estadual com os altos dignitários eclesiásticos no Estado.

#### 1.4 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO E A IGREJA

No Rio Grande do Sul, existe uma profunda relação entre a preservação da memória acerca da imigração italiana e a Igreja Católica. De um modo geral as religiões são instituições sociais que se fundamentam pela *anamnese*, ou seja, produzem e baseiam-se em memórias, histórias, mitos de um passado imemorial, com o propósito de estabelecer um vínculo do indivíduo com a comunidade, por intermédio de histórias fabulosas e normativas. Genésio Bonfada, estudioso religioso que investigou a imigração italiana e a história do estabelecimento dos padres Palotinos no Rio Grande do Sul assevera que “uma pessoa sem memória é uma pessoa perdida no tempo e no espaço” e, por isso, “privada de qualquer possibilidade de se organizar em vista de sua sobrevivência”. Segundo ele, “também os povos e instituições possuem sua memória histórica. Graças a ela, guardam consciência de si e de suas tarefas para o futuro”. Para Bonfada, a “Igreja sempre dedicou um culto especial à memória histórica: a Tradição desempenha papel capital em sua caminhada neste mundo” (1991, p. 5).

De acordo com Rovílio Costa e Alberto De Boni, aqueles italianos que vieram ao Brasil eram católicos na sua quase totalidade (2000). Antes de migrarem, praticavam na Itália uma religião adaptada ao mundo camponês, com muitas festas e procissões para diversos santos, cantos e orações em latim, sinos, velas, etc. Segundo os autores

no bojo desta fé, a moral exaltava, entre outras virtudes, o trabalho como forma de ganhar o pão, a paciência no sofrimento, o respeito pela coisa alheia, a palavra empenhada, a castidade e o amor ao próximo (COSTA; DE BONI, 2000, p. XI).

Conforme Zanini foi a própria Igreja Católica através da pregação de sacerdotes na Itália quem impulsionou muitos camponeses a migrarem<sup>36</sup> e foi ela quem procurou estar presente logo que eles se instalaram na América (2006, p. 96).

Desse modo a

italianidade e catolicismo andarão juntos no início da colonização, pois a igreja delegou-se a missão de manter a moral, os costumes e o amor à pátria de origem dos italianos. Ela permitiu, mediante a vinda dos religiosos a construção de comunidades no modelo italiano” (ZANINI, 2006, p. 124-125).

A religiosidade como elemento de coesão social, fez com que a busca pela provisão do auxílio espiritual durante os primeiros anos nas zonas coloniais fosse um dos elementos de primeira necessidade. Caso não houvessem sacerdotes nos novos núcleos, os próprios imigrantes providenciavam a vinda de sacerdotes para que pudessem organizar a vida comunitária e ministrar os sacramentos. Existem muitos exemplos acerca da importância atribuída à Igreja Católica nas comunidades de origem imigrante. No Álbum Comemorativo do Cinquentenário da Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul publicado no ano de 1925, há uma sessão inteira dedicada à vida espiritual das zonas coloniais italianas<sup>37</sup>. Conforme o Álbum:

La fondazione della parrocchia e la venuta del sacerdote fu sempre la massima aspirazione del nostro colono. Non appena vengono fabbricate le prime case nei centri coloniali, comincia subito tra di loro una lotta accanita per la fissazione della sede di una futura curazia<sup>38</sup> (2000, p. 60).

Essa importância que os colonos atribuíam aos padres viabilizou a vinda de diversas ordens missionárias, como aconteceu com os Palotinos na região Central do Rio Grande do

<sup>36</sup> O imigrante Julio Lorenzoni, estabelecido no Rio Grande do Sul em 1878, relata em suas memórias as pregações do sacerdote Ângelo Cavalli, que às margens do canal do Brenta, norte italiano, propagandeava a emigração subvencionada pelo governo Imperial brasileiro. Para saber mais cf. Memórias de um Imigrante Italiano, Caxias do Sul: Educs, 1975. Sobre este tema, Vendrame (2013) afirma não ter havido por parte da própria Igreja Católica “um posicionamento com relação ao êxodo, possibilitando que o comportamento do clero rural fosse bastante variado. Esses se encontram nos dois lados, podendo ser apoiadores, promotores ou opositores da emigração. Frequentes foram os casos de padres que optaram por seguir para América juntamente ou no encalço dos fiéis (p. 59). Nesse sentido, o posicionamento ambíguo da Igreja com relação ao processo migratório reforça a complexidade e a heterogeneidade deste fenômeno de massas.

<sup>37</sup> Para saber mais, conferir: La vitta spirituale nelle Colonie italiane dello Stato [A vida espiritual nas colônias italianas do estado], p. 54 – 150. In: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: la cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud [Quinquagésimo aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul: a cooperação dos italianos com o progresso civil e econômico do Rio Grande do Sul] (1875-1925). Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

<sup>38</sup> Tradução livre: “A fundação de uma paróquia e a vinda do sacerdote sempre foi a maior aspiração do nosso colonizador. Assim que as primeiras casas são construídas nos centros coloniais, uma disputa começa imediatamente entre eles para ser a sede do estabelecimento de um futuro curato”.

Sul. A Ordem Palotina instalou-se na comunidade de Vale Vêneto a pedido e custeio das famílias dos imigrantes locais. Os primeiros palotinos chegaram na região em 1886, desenvolvendo a partir de então uma intensa atividade missionária, promovendo a construção de capelas, igrejas, seminários, abrangendo toda a zona colonial já em meados de 1900. Por isso, segundo Bolzan, “a materialização da religião católica pode ser considerada como uma das formas mais significativas para se compreender a Quarta Colônia de Imigração Italiana por meio de sua identidade cultural” (BOLZAN, 2015, p. 146 - 147).

A atuação dos palotinos dentro do Quarto Núcleo Imperial além de sua importância na organização das comunidades, fez com que se produzisse uma vasta documentação decorrente da administração paroquial. Isso possibilitou que mais tarde se pudesse realizar diversos estudos referentes à história da colonização e imigração italiana, e na reavaliação da memória imigrante após o Estado Novo.

Partindo destes elementos - a importância da religiosidade católica para os imigrantes e colonos italianos, a atuação histórica dos padres nos redutos coloniais e a importância da memória para a Igreja Católica - pode-se supor que esta, a Igreja tenha sido o principal veículo da memória da imigração e colonização italiana, pelo menos na região central do Rio Grande do Sul. Isso se deve em parte pelo fato da Igreja ter produzido e detido grande parte da documentação sobre o processo migratório nesta região.

Nos manuscritos de Antônio Ceretta, além da religiosidade, as ações do Estado também se encontram presentes em suas memórias. Ceretta vivenciou amplas transformações políticas e sociais que foram promovidas pelo projeto de construção de uma identidade nacional brasileira desde o início da Primeira República no Brasil ao Estado Novo, sob orientação de políticas educacionais nacionalizadoras e da aproximação da Igreja com o Estado.

Foi durante o Estado Novo (1937 – 1945) que Ceretta produziu seus manuscritos em meio à um contexto de nacionalização crescente e cujos desdobramentos deram-se com a perseguição aos estrangeiros no Brasil e à proibição de sua língua<sup>39</sup>. Em seus manuscritos, Ceretta fará referência a importância da religiosidade na organização da vida comunitária das

---

<sup>39</sup> De acordo com Seyferth a campanha de nacionalização “começou em 1937, com a nacionalização do ensino – que atingiu sistemas escolares com instrução em língua estrangeira, entre os quais destacou-se a “escola alemã”. A partir de 1939 e durante toda a Segunda Guerra Mundial, houve a proibição do uso público de línguas maternas e o fechamento de instituições de caráter étnico (inclusive assistenciais). Efetivos do exército foram enviados para as regiões consideradas mais enquistadas, para impor o civismo e fazer cumprir as medidas restritivas” (2002, p. 140).

colônias e demonstra que houve uma crescente intervenção do Estado nas zonas de colonização.

Por isso, para se compreender as memórias de Ceretta, como uma representação do passado, precisa-se relacioná-las ao contexto político, econômico e social que precederam sua produção. Para isso será necessário (re) construir a trajetória de vida do imigrante em questão, abordando o contexto de origem e de chegada de Antônio Ceretta, bem como da produção dos seus manuscritos, período que se estende do último quartel do século XIX até os primeiros anos da década de 1940 do século XX. Tema dos capítulos subsequentes.

## 2 “O BRAZIL, GRANDIOSO E RICO PAIZ DA AMERICA MERIDIONAL<sup>40</sup>”

Três períodos da história política do Brasil marcaram a vida de Antônio Ceretta e a sua família no Brasil. O regime Imperial, o regime Republicano e o Estado Novo. Quando os imigrantes italianos chegaram ao Brasil no fim do século XIX, a Itália recém havia passado por seu processo de unificação. Desse modo, os italianos que chegaram às Américas e com isso ao Brasil, somente passariam a identificarem-se como italianos, em função do modo como a população local passou a alcunhá-los: italianos (ZANINI, 2006).

A vinda de imigrantes estrangeiros durante o regime imperial, fez parte de um projeto do poder do central que visou estimular a povoação de terras até então não ocupadas e controladas pelo Império e a diversificação da produção agrícola que atendesse o mercado interno. Nesse momento, se discutia no Brasil a abolição da escravidão, e a vinda de trabalhadores assalariados interessava ao governo brasileiro, de modo que a imigração subvencionada de italianos passou a se constituir em uma prática que visou atender a demanda por mão de obra na região do Sudeste brasileiro. No Sul, criaram-se diversos núcleos de colonização relativamente distantes dos grandes centros comerciais cujos propósitos eram bem diferentes da região cafeeira. No Sul se desenvolveria uma sociedade baseada na pequena propriedade agrícola e familiar.

No Sul, durante o regime imperial, a estruturação do espaço religioso e das atividades laborais encontravam-se indissociadas e desenvolveram-se simultaneamente, de modo que ao chegarem nos redutos coloniais em formação, as comunidades eram iniciadas a partir da construção de capelas. A importância atribuída a estruturação desses espaços acabou por gerar conflitos, e nos relatos de nosso imigrante Antônio Ceretta, revelam continuidades de querelas políticas e religiosas advindas de sua pátria originária. Durante o regime imperial, os colonos gozavam de relativa liberdade cultural, e procuraram promover a manutenção de suas identidades culturais através da língua, da religiosidade e de associações culturais.

Assim, o presente capítulo objetiva construir a trajetória histórica do imigrante italiano Antônio Ceretta, junto com sua família, partindo da narrativa presente em suas memórias. Com isso, pretende-se compreender suas estratégias de sobrevivência no contexto de grandes transformações, especialmente durante o período do Brasil Império e identificar os conflitos sociais que permearam o processo de colonização a partir de elementos constantes nas suas memórias. Durante os primeiros anos, os conflitos se manifestaram em torno das organizações

---

<sup>40</sup> CERETTA, 1941?, p. 1, caderno I.

espontâneas dos espaços de sociabilidade religiosa e laboral. Nesse sentido, pretende-se também averiguar a rede de relações que Antônio Ceretta mantinha com as lideranças locais e que lhe permitiram mais tarde inserir-se na comunidade de Polêsine como professor e catesquista.

## 2.1 HISTÓRIA E TRAJETÓRIA: Antônio Ceretta e o mundo em transformação

O passado, por ser estruturalmente ausente, somente pode ser *(re)construído* mediante provas, documentos, fontes<sup>41</sup> que atestam a existência de um passado que foi presente e já não existe mais (KATES, 2001). Assim, Ricoeur como um dos representantes de tal corrente de pensamento, afirma que toda a história tem seu início, não nos arquivos, mas no testemunho, e que, apesar da carência principal de confiabilidade do testemunho, não há nada melhor do que ele para assegurar de que algo aconteceu e que alguém atesta ter assistido pessoalmente (2007, p. 156). Nesse sentido, a indagação de Karsburg é ao mesmo tempo pertinente e provocativa: “existe melhor maneira de enxergar a história do que pelo ponto de vista dos que dela participaram” (2015, p. 33)?

Nesta perspectiva, Antônio Ceretta enquanto “testemunha ocular” do processo migratório de italianos, produziu testemunhos escritos que são importantes registros de diferentes culturas política e religiosa de pessoas que vivenciaram o processo colonizador no Brasil. Assim, partindo do entendimento de que a memória evocada sobre o passado é na verdade um produto do presente em que se produziu (no caso das memórias de Ceretta o Estado Novo), o conteúdo das memórias constantes em seus manuscritos corresponde às suas impressões acerca da imigração e colonização italiana após e durante um processo de amplas transformações políticas e sociais que se deram na Europa, especialmente as mudanças políticas e estruturais ocorridas com a unificação italiana e, no Brasil, desde o final do Império (1889), perpassando a Primeira República ao Estado Novo (1937 – 1945).

Para tanto, a construção da trajetória histórica de Antônio Ceretta, pode auxiliar na compreensão dos processos identitários de imigrantes italianos no Brasil meridional, contextualizando sua inserção na História. Segundo Bordieu, a trajetória refere-se a uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito à incessantes transformações” (2006,

---

<sup>41</sup> Conhecida como a tese “documentarista”. Para saber mais ver “Document and Time” de Joshua Kates (2001).

p. 189). A despeito de todas essas transformações, a religiosidade católica nas memórias de Ceretta parece sempre se encontrar presente, ou seja, parece ser um referencial permanente.

Os historiadores, segundo Regina Weber, têm o conhecimento de que “levas de imigrantes de uma mesma nacionalidade sempre são compostas por diferenças culturais internas” (2006, p. 237). Ou seja, identidade étnica e a identidade nacional são coisas distintas e por isso, a imigração italiana como fenômeno de massas se caracteriza por grande complexidade. Assim, quando se fala em imigração “italiana”, na verdade faz-se referência a grupos múltiplos e heterogêneos, cujas identificações grupais estão relacionadas as suas respectivas comunidades de origem e não a comunidade nacional italiana.

Quando Antônio Ceretta nasceu em 1868, a Itália nem havia ainda sido totalmente unificada. A região do Vêneto, local onde Ceretta nascera, por exemplo, construiu-se num quadro de sucessivas dominações franco-austriacas, sendo ele anexado ao Reino da Itália em 1866 (STEFANELLO, p. 99 – 102). O processo de unificação somente findou após a anexação de Roma em 1870.

Por isso, para Weber “de uma forma ou de outra, o peso da identidade nacional na historiografia dificulta uma abordagem antropológica da identidade” (2006), pois a identidade como um estado de “ser” não pode ser dada senão enunciado o seu processo dialógico. Nessa perspectiva “dizer que a identidade étnica é construída é uma outra forma de dizer que ela é resultado de processo histórico, definição que se contrapõe à ideia de primordial” (2006, p. 241). Anteriormente mencionado, a identidade étnica de italianos e descendentes no Brasil meridional está vinculada as coisas do “mundo italiano”, a sua origem, mas também e principalmente sua religiosidade bastante marcante.

Em suas memórias, Antônio Ceretta parece identificar-se enquanto italiano, porém Vêneto, “muito amante de sua religião católica e de sua bela pátria” (CERETTA, 1941?, p. 2). Nesse sentido, é preciso compreender o contexto europeu em que Ceretta e sua família estiveram inseridos antes de migrarem para o Brasil, para tentar compreender um pouco mais sobre as suas memórias, como indicadores de seus referenciais identitários. Historicamente, a Itália foi marcada por uma longa tradição de Estados separados e rivais que se unificaram a partir do movimento denominado de *Risorgimento* (Figura 7), processo que durou de 1815 até 1870 (PERRY, 2002, p. 454). Após esse processo

Os nacionalistas italianos esperavam que a unificação de seu país – por tanto tempo subjugado, espoliado, dividido e governado por príncipes absolutos – lhe trouxesse grandeza. Mas a Itália recém unificada enfrentava sérios problemas. A nação, predominantemente católica romana, estava separada pela controvérsia religiosa.

Liberais e republicanos queriam um Estado secular, com casamento civil e educação pública, condenados pela Igreja” (PERRY, 2002, p. 454)

A expansão do pensamento liberal<sup>42</sup> e dos ideais republicanos<sup>43</sup> na península itálica durante o contexto de sua unificação, levou ao processo da anexação dos Estados Pontifícios ao novo governo laico, através das ações revolucionárias lideradas por Giuseppe Garibaldi e da participação dos chamados carbonários<sup>44</sup> (1807 – 1882).

---

<sup>42</sup> Segundo Bobbio “o Liberalismo é um fenômeno histórico que se manifesta na Idade Moderna e que tem seu baricentro na Europa (ou na área Atlântica), embora tenha exercido notável influência nos países que sentiram mais fortemente esta hegemonia cultural (Austrália, América Latina e, em parte, Índia e Japão. [...]. No século XIX foram-lhe acrescentados outros termos políticos que, às vezes, acabavam na negação ou na limitação de seu próprio conteúdo. Temos assim os monárquico-liberais que, na firme defesa do ideal monarquista, admitiam formas limitadas de representação política; os liberal-nacionais que, por identificarem a causa nacional com a liberal perdiam frequentemente o significado liberal de uma organização federativa ou subordinavam a liberdade à unidade nacional; os católicos (ou os protestantes) liberais que, contra os clericais antiliberais e os anticlericais (às vezes liberais) defendiam a separação entre Igreja e Estado” (2000, p. 687 – 688).

<sup>43</sup> Segundo Bobbio “na moderna tipologia das formas de Estado, o termo República se contrapõe à monarquia. Nesta o chefe do Estado tem acesso ao supremo poder por direito hereditário; naquela, o chefe de Estado, que pode ser uma só pessoa ou um colégio de várias pessoas (Suíça), é eleito pelo povo, quer direta, quer indiretamente (através de assembleias primárias ou assembleias representativas” (2000, p. 1107).

<sup>44</sup> Organização secreta internacional que lutava em prol dos ideais liberais e da liberdade religiosa, era frequentemente associado à maçonaria. Segundo Perry “as sociedades secretas mantiveram acesas as esperanças de liberdade e independência do domínio estrangeiro após 1815. A mais importantes dessas sociedades era a dos carbonários, que tinha sedes em todos os Estados da Itália e cujos membros provinham grande parte da classe média e do exército” (2002, p. 399).

Figura 7 - Processo de unificação italiana (1815 - 1870)<sup>45</sup>.



Fonte: MARÍN, 1969, p. 371.

<sup>45</sup> [Tradução livre]: “Os quatro mapas nos permitem apreciar o progresso do reino do Piemonte-Sardenha a caminho da unidade da Itália. No primeiro, a fragmentação da Península é notada. No segundo, as consequências da guerra franco-sardo-austriaca. O terceiro já oferece uma Itália quase coesa após a expedição de Garibaldi e a expulsão de numerosos pequenos soberanos. O último dá a imagem da Itália unida após a anexação do Vêneto, em luta com os austriacos e da ocupação de Roma”.

Nesse contexto formaram-se basicamente dois grupos políticos distintos na Itália: os garibaldinos, em alusão à Giuseppe Garibaldi, e os católicos. Os primeiros defendiam a unificação italiana e se opunham à Igreja Católica, os segundos consideravam a tomada dos territórios Pontifícios uma afronta ao Papa. Com a emigração, de acordo com Marin (2007), os imigrantes acabaram trazendo as convicções ligadas aos ideais que motivaram a unificação italiana, fazendo com que as novas comunidades italianas no Brasil adquirissem diferentes culturas políticas e religiosas. Ou seja, inexistia uma comunhão política e cultural, havendo nos primeiros anos muitos dialetos, convicções políticas e religiosas<sup>46</sup>.

No Brasil encontravam-se aqueles que desejavam manter-se nos moldes de estilo de vida tradicionais da região do norte italiano. Estes, estimulados pelos sacerdotes de suas respectivas paróquias a migrar, tenderam geralmente ao antiliberalismo – opositores aos denominados garibaldinos. Por outro lado, estavam aqueles simpáticos ao processo de unificação italiano, e com ele, aos preceitos liberais, muitas vezes anticlericais. Dentro desses ideais manifestava-se um antagonismo quase irreconciliável entre os chamados garibaldinos e católicos. Estas querelas são claramente enunciadas nas memórias de Ceretta em “História de Vale Vêneto”, a partir das oposições entre a Sede Silveira Martins – liberal e menos religiosa e Vale Vêneto, católica. Nesse sentido, compreende-se de que Ceretta e sua família, pertenciam ao grupo de italianos que se identificavam com o catolicismo em detrimento de um nacionalismo italiano que visasse a unificação simbólica e política da Itália, processo em desenvolvimento no período.

O avanço liberal na Europa fez com que a Igreja no intuito de se renovar e fortalecer, iniciasse um processo de restauração, que refletiu na burocratização e na hierarquização eclesiástica, além da transformação ideológica do catolicismo antiliberal – o movimento ultramontano. Segundo Kreutz

Foi nesse contexto, que o Papa Pio IX proclamou o dogma da infabilidade papal, lançando as encíclicas *Quanta Cura* e *Syllabus, onde condenou* violentamente os rumos liberalizantes da sociedade moderna. Foi na abertura do Concílio Vaticano I em 1869, que Pio IX condenou a Revolução Francesa e questionou as bases da soberania imanente do Estado Laico frente aos Estados Nacionais que até então se formavam e se afirmavam (KREUTZ, 2011, p. 294).

---

<sup>46</sup> Sobre essa diversidade, Lorenzoni relata em suas memórias que durante a travessia do oceano Atlântico “em qualquer canto do vapor só se escutava um vozerio incompreensível de dialetos, a maior parte vênnetos e lombardos” muitos dos quais o imigrante não entendia absolutamente nada” de modo que o deixava admirado em “ouvir tantos vocábulos novos” procurando “adivinhar-lhes os significados” (1975, p. 24).

Como consequência, a Igreja Católica iniciou um processo de renovação de seus quadros internos, intensificando as atividades missionárias com o objetivo de restabelecer sua influência e arrebanhar novas almas. Dentre essas missões, estiveram os Palotinos, Congregação religiosa fundada por Vicente Palotti em 1835 (BONFADA, 1991) e que se instalou na comunidade de Vale Vêneto em 1886, a partir das iniciativas de seus habitantes, principal tema das memórias de Ceretta sobre a história de Vale Vêneto.

Desse modo para a compreensão do modo como se processou a manutenção, produção e reprodução das identidades culturais de grupos heterogêneos em contextos de fronteiras culturais, tal como se revelou a realidade dos imigrantes italianos que se estabeleceram no Brasil meridional, o conceito de “etnicidade” é útil. Para Weber, a etnicidade consiste num fenômeno contrastivo, onde adquire maior relevância em contexto interétnico” (2006, p. 237). Foi neste íterim relacional que fez com que vênetos, lombardos, vicentinos ou friulanos na Europa, se tornassem “italianos” no Brasil. Com o passar dos anos, o “ser italiano” e descendente passou a ser identificado com o “ser uma pessoa religiosa”.

## 2.2 POR QUE MIGRAR PARA A AMÉRICA? “Onde poderá trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vessações dos patrões”,<sup>47</sup>

Simplificadamente, o motivo que levou milhares de italianos à migrarem para a América está na busca por condições melhores de vida, especialmente a possibilidade do acesso à terra<sup>48</sup>. Porém, as forças que motivaram “os fluxos migratórios não podem ser reduzidas a apenas um fenômeno mono-causal, pois diversas foram as influências e percepções dos indivíduos protagonistas desse processo” (VENDRAME, 2013, p. 143).

Para Constantino o movimento migratório italiano “derivou de razões demográficas, da implantação do sistema capitalista, da crise agrícola que alcançou seu pico na década de 1880 e da escassez da moeda circulante” (2007, p. 397). Além disso, para Zanini, a emigração

<sup>47</sup> Memórias de Antônio Ceretta, A História de Vale Vêneto, Caderno I, p. 3.

<sup>48</sup> Muitos destes camponeses eram denominados de *contadini*: jornaleiros ou meeiros que arrendavam terras em troca de tributos pagos aos senhores arrendatários. Porém, não foram somente camponeses sem terra que migraram para o Brasil. Muitos comerciantes e pequenos proprietários vieram com o desejo de aumentar seu patrimônio e fazer fortuna. A título de exemplo, há o relato do imigrante Julio Lorenzoni (1975), cuja família possuía na Itália “uma pequena propriedade, que consistia em dois hectares de terreno cultivado e uma modesta casa” (p. 13), tendo tudo sido vendido para emigrar, pois “a cada ano a situação dos agricultores tornava-se cada vez pior, e mesmo os que tinham alguma posse previam que em poucos anos tudo perderiam, ficando na miséria” (p.14). O imigrante Andrea Pozzobon em suas memórias (1997) relata que o motivo que levou seus pais a desejarem emigrar para o Brasil, era porque “naturalmente, anteviam o futuro dos filhos e o bem-estar dos netos que viriam. A Itália estava exaurida economicamente e com excesso de população” (p. 43-44).

equivalia à sobrevivência de um determinado *habitus* e um determinado *ethos*, ou seja, foi ela que possibilitou a manutenção das tradições e modos de vida dos imigrantes, que, na Itália, já estava em transformação devido à expansão do capital, especialmente no Norte italiano (ZANINI, 2006, p. 54).

Além das razões de ordem econômica, as transformações políticas da península e o novo regime laico eram vistos com desconfiança pelos camponeses. Essa desconfiança era maior, sobretudo nas comunidades onde a atuação da Igreja era mais forte. Nesse contexto, a polarização decorrente do processo unificador, acabou alimentando a noção de uma Itália anticlerical e irreligiosa em vista da tomada de territórios pontifícios. Desconfiados do novo governo e o medo da perda de sua fé, muitos italianos migraram em busca da manutenção de sua religião e de suas estruturas morais e familiares<sup>49</sup>. Dentro dessa conjuntura, a emigração para o Brasil representava tanto a possibilidade de acesso à terra quanto liberdade espiritual – garantias da reprodução de seus modos de vida e cultura tradicionais, abalados pelas transformações do mundo moderno.

Segundo Constantino, antes mesmo da migração para as Américas “já existia uma tradicional mobilidade de artesãos italianos em direção a outros países europeus” (2007, p. 396). A exemplo disso há o relato do imigrante Julio Lorenzoni estabelecido na zona colonial gaúcha a partir de 1878. Em suas memórias, afirma que antes de emigrar da Itália com sua família, seu pai que era marceneiro e pequeno proprietário, “por diversas vezes, foi procurar trabalho na Suíça, na Áustria e na Alemanha” (1975, p. 14). Para Vendrame, esse deslocamento sazonal

constituía um dos pilares da economia de muitas comunidades que desenvolviam trabalhos itinerantes, representando mais que apenas um recurso para assegurar a própria subsistência (2013, p. 202).

Conforme a autora, migrar constituía um “costume antigo” presente entre os camponeses de diversas regiões da península italiana. Costume próprio de migrantes

---

<sup>49</sup> De acordo com Constantino (2007), Vendrame (2007, 2013) e Stefanello (2015) o processo migratório do final do século XIX foi um fenômeno multicausal e complexo, e cujo contingente imigrante era variado, sendo a religiosidade de matriz católica vivenciada de diferentes maneiras por diferentes comunidades. Além da não homogeneidade do credo católico, muitos eram anticlericais, embora a maioria fosse incontestavelmente católica. Segundo Vendrame “Quando os *contadini* começaram a abandonar a pátria, parte do clero passou a alertar os fiéis contra os perigos do movimento emigratório, alegando que a fuga provocava nas comunidades um enfraquecimento moral. Enquanto outros se tornaram os principais motivadores e colaboradores da imigração das famílias camponesas da paróquia para o além mar. Por parte da própria Igreja Católica não existia um posicionamento com relação ao êxodo, possibilitando que o comportamento do clero rural fosse bastante variado” (2013, p. 59). Além do mais, conforme a autora, independentemente de uma pregação de clérigos no norte italiano, não houve “uma emigração religiosa, mas sim, um movimento familiar comunitário, articulado através das redes parentais e amizades que ultrapassavam as fronteiras locais” (2013, p. 93).

camponeses que em busca de trabalho se dirigiam em determinadas épocas do ano para desenvolver atividades ligadas à agricultura (VENDRAME, 2013, p. 142).

Foi a partir dessa cultura migrante, que as famílias compreendiam “a migração como solução para as dificuldades que enfrentavam naquele momento histórico, pois esta era já uma alternativa tradicional de sobrevivência” (ZANINI, 2006, p. 37). Portanto migrar já fazia parte do costume de muitos italianos que resolveram se deslocar para a América. Disso se depreende que “ao emigrarem não estavam fugindo de um ambiente hostil, pobre e restrito”, mas sim “projetando-se para uma multiplicidade de serviços em espaço que se estendia para além das fronteiras regionais” (VENDRAME, 2013, p. 142 – 143).

Foi neste contexto que Antônio Ceretta e sua família migraram para o Brasil. Antônio, filho de Fabrizio Ceretta e Orsola Dal Santo nasceu na comunidade de Monticello di Lonigo, na atual província de Vincenza, região do Vêneto, Itália, em 24 de agosto de 1868<sup>50</sup>. No dia 11 de janeiro de 1880, com apenas 12 anos de idade emigrou para o Sul do Brasil partindo do Porto de Gênova<sup>51</sup> com seus pais e seus quatro irmãos mais novos: Massimiliano (onze anos), Antônia (seis anos), Giocondo (quatro anos) e Basílio (este não tinha um ano quando partiram, e celebrou seu primeiro aniversário no caminho em direção ao novo mundo). Da Itália ao destino no Brasil, Ceretta e sua família levaram cerca de sete meses para completar toda a travessia – desde Monticello à zona colonial próxima de Santa Maria, no interior da Província. Conforme suas memórias, em Gênova “tiveram que ficar aí esperando o embarque pelo espaço de mais de dois meses, tendo, porem, o albergue e mantimento pago pelo governo brasileiro” até que

Finalmente chegou o dia que foram embarcados, dia por eles tanto desejado, e que devia ser a primeira de tantas tribulações. Logo que foram amontoados dentro do navio e este se poz em movimento, esta gente não acostumadas ao mar e ao balanço do navio, principiaram as pessoas mais fracas a resentirem-se da saude, e depois de dois ou tres dias de viagem, havia uma multidão de doentes, já pelos efeitos do mar, já pela repentina mudança do clima. Pois partiram com o frio, e depois de tres dias se achavam em intenso calor. Acresce ainda, a aglomeração de tanta gente em um ambiente mal areado, a nutrição diferente do que estavam acostumados e a impossibilidade de súpiciente igiene, tudo concoviam para peiorar o estado dos pobres imigrantes assim que muitos deles morreram. Os primeiros imigrantes,

<sup>50</sup>A informação acerca da data de nascimento de Antônio Ceretta é imprecisa. Segundo certificado de batismo da igreja de Monticello, Ceretta teria nascido no ano de 1867. Em um atestado de emigração emitido no ano de 1997 pelo município de Lonigo, Vincenza, Itália em sua anágrafe oficial, Ceretta nasceu no ano de 1868. Cf. Caixa Família Ceretta, Centro de Pesquisas Genealógicas de Santa Maria, RS, Brasil. De acordo com a relação de imigrantes vindos da região de Monticello, na obra intitulada “Povoadores da Quarta Colônia”, Ceretta teria nascido no ano de 1864. Para saber mais, Cf. (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 122). Em suas memórias, Ceretta chegou ao Brasil com 12 anos de idade em 1880, o que corrobora o ano de 1868 como de seu nascimento.

<sup>51</sup> De acordo com Constantino “foi através de Gênova que partiu o maior número de emigrantes, desde a primeira metade do século XIX; entre 1861 e 1901, 61% da emigração transoceânica dali saiu” (2007, p. 396).

empregavam na viagem, mais ou menos dois meses, para chegar ao lugar de destinação. Deviam desembarcar e embarcar em diversos portos para mudar de navio, e aí esperar, por alguns dias o embarque. Assim aqueles que deviam chegar a Santa Maria de Boca de Montes, como se dizia naquele tempo, tinham de fazer diversas etapas. Tacavam nos portos de Rio de Janeiro ou de Santos, de Rio Grande ou Porto Alegre e finalmente Rio Pardo ou ao lugar chamado Jacuí: e em todos estes lugares, tinham de ficar diversos dias a espera de novo embarque. De Rio Pardo, ou de Jacuí, deviam continuar sua viagem com carretas puxadas por bois, postas a disposição deles pelo governo. Os carreteiros eram brasileiros e com eles vinha um diretor, empregado do governo mesmo, para administrar os mantimentos e conservar a ordem. Tal viagem durava de 7 a 8 dias, sempre ao campo aberto, de dia e de noite, fizesse o tempo que fizer. As mulheres e as crianças, iam nas carretas, e os homens e rapazes, seguiam a pés. Viagem muito incomoda e de grandes tribulações era esta, especialmente pelos doentes. Mas naquele tempo, não haviam outros meios (CERETTA, 1941?, p. 4-5, caderno I).

O destino de Ceretta e sua família era a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, a Colônia Silveira Martins criada em 1877<sup>52</sup>, próximo à Santa Maria da Boca do Monte. No dia 11 de setembro sua família desembarcou em Porto Alegre, e de lá dirigiram-se para a comunidade de Vale Vêneto. Conforme as memórias de Ceretta o nome da nova comunidade

indica a origem de proveniência dos seus primeiros habitantes. Eram venetos: isto é, das províncias pertencentes aquela região da Itália que se chama Veneto, nome derivado de Veneza, belíssima cidade, antigamente capital da república deste nome. [...] Seus habitantes, muito laboriosos, de índole pacífica e muito amante de sua religião católica e da sua bela pátria. E daqui se pode fazer idéia quanta dor no coração custasse, aqueles que por pura necessidade eram obrigados abandoná-la para ir em procura de uma terra longínqua e por ele desconhecida. Mas a necessidade, é necessidade: e faz que o homem se sacrifique a tudo, até confiar a própria vida e a dos seus filhos, a estranhos, nunca visto, nunca ouvido falar dele, nem ter provas de sua sinceridade; só animado das suas palavras que lhe promete conduzi-lo a uma terra que lhe renderá a vida mais fácil, uma existência menos atribulada, onde de servo passará a ser dono: onde poderá legar a seus amados filhos, um modesto patrimônio *onde pode trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vassalagens dos patrões*. Estas eram as considerações e as esperanças que animavam aquelas pobres gentes (CERETTA, 1941?, p. 2-3, caderno I).

Apesar de recorrente na memória acerca do processo migratório de italianos, a compreensão da emigração como fruto de uma

caótica fuga de miseráveis e como consequência do processo de proletarização é, com certeza, errado: emigram aqueles que podem emigrar e porque tem uma sólida rede parental e recursos materiais, que fazem da emigração um investimento dentro de uma estratégia de gestão de recursos, forte e complexa (LEVI, 2015, p. 23).

---

<sup>52</sup> A região colonial começou a ser formada no ano de 1876 quando “D. Pedro II mandou traçar e medir as terras devolutas da zona colonial, tendo por sede Silveira Martins” (De Boni, 1996, p. 463). Nesta região teriam se estabelecido colonos russo-alemães, que devido às péssimas condições abandonam o local, fazendo com que o núcleo fosse ocupado por imigrantes italianos.

A própria condição de acesso à terra proposta pelo governo brasileiro, dáva-se mediante compra<sup>53</sup>. As intenções de colonização do Império fizeram com que se criasse um meio de garantir a permanência dos imigrantes na terra. Nesse sentido, “a forma de prender o colono ao seu lote foi a cobrança de sua dívida com o Governo, o que motivou a vinda, dentre outros motivos, de familiares que na Província se fixaram” (BISOGNIN; RIHI; TORRI, 2001, p. 71). Disso pode-se pensar que emigraram mais os proprietários do que os proletários. Segundo Vendrame (2007) e Constantino (2007) os imigrantes italianos que chegavam ao Rio Grande do Sul eram constituídos por grupos bastante heterogêneos: alguns bastante pobres, outros já com posses e prontos para investir no novo mundo. Exemplo disso é o caso do imigrante Paolo Bortoluzzi<sup>54</sup>, principal articulador da fundação do núcleo colonial de Vale Vêneto, núcleo do qual Ceretta e sua família passaram a residir em 1880.

As iniciativas tomadas pelo italiano Paulo Bortoluzzi foram analisadas por Vendrame (2013), que liderando um amplo grupo parental, partiu da comuna de Piavon, na província de Treviso, para fundar uma comunidade de imigrantes no Sul do Brasil. Conforme a autora, Paulo Bortoluzzi havia aderido às propagandas da emigração<sup>55</sup> a partir das pregações do pároco de Piavon, João Solerti, que divulgava a possibilidade de aquisição de terras no Brasil. Para a autora

a adesão ao movimento [migratório] era propiciada pela propaganda de agentes de emigração que circulavam pelas comunidades rurais do Vêneto, juntamente com outros apoiadores que residiam nos lugares. Desse modo, em 1877, após intensa campanha realizada nas províncias de Veneza, Vincenza e Treviso, grupos de famílias camponesas, liderados por um ou mais indivíduos, passaram a articular a própria transferência para a América conforme o fez o camponês Paulo Bortoluzzi (2013, p. 85).

Possivelmente essas campanhas pró-emigração na região do Vêneto incentivaram diversas famílias de camponeses da comuna de Monticello, próximo à Lonigo, a também articularem suas transferências. A partir da adesão de conhecidos, foi se formando “uma ampla rede de informações através das quais circulavam notícias sobre as oportunidades oferecidas no além-mar” (VENDRAME, 2013). Assim, conforme os italianos chegavam no

<sup>53</sup> A Lei de Terras de 1850, definia entre outras coisas “de que as terras não poderiam ser doadas: a compra tornava-se o único meio de acesso à propriedade” (DE BONI; COSTA, 2000, p. V).

<sup>54</sup> De acordo com Vendrame, a família de Botoluzzi “antes de tomar a decisão de abandonar a *comuna* e partir para o Brasil, trabalhava em férteis terras da baronesa Annetta Zen, residente em Piavon”, nisso o projeto que impulsionava a família a migrar “era de se tornarem proprietários de terras ampliando a extensão da área cultivada” (2013, p. 84-85).

<sup>55</sup> Nesse período foi muito comum as parcerias entre governo brasileiro e iniciativas particulares, tornando as empresas de migração rapidamente num negócio lucrativo. Para saber mais sobre as campanhas pró-imigrante, conferir Constantino (2007), Vendrame (2013) e os relatos do imigrante Julio Lorenzoni (1975). Em suas memórias, Lorenzoni compara a situação dos emigrantes à meros “produtos de exportação”.

Brasil e se estabeleciam, orientavam os destinos daqueles que haviam permanecido na Itália. Dessa maneira, as estratégias migratórias se articularam em torno das relações de núcleos familiares não corresidentes (LEVI, 2015). Nesse sentido, a emigração, “pelo menos nas primeiras fases, é possível somente em um quadro de estratégias parentais complexas e de organização dos camponeses proprietários (LEVI, 2015, p. 24).

Difícilmente se pode afirmar sobre a situação social e financeira de Ceretta e sua família. Um importante indicativo é a condição de alfabetizado de Antônio Ceretta, situação relativamente incomum entre camponeses italianos nesse período. Talvez signifique que sua família teria condições financeiras mais confortáveis do que a maioria dos camponeses do período. Porém, estas são apenas especulações. De qualquer forma, inicialmente, mais do que condições materiais, eram as redes parentais que permitiram a empreitada migratória. Dentro disso, é imperativo lembrar de que a imigração italiana para o Brasil constituiu em seus primeiros momentos, a partir de 1875, em uma imigração subvencionada, cujos custos da viagem e estadia eram pagos pelo governo brasileiro. Nesse sentido, mais do que simplesmente partir, era necessário ter consciência das condições de partida e chegada, bem como o local para o estabelecimento e aquisição de terras. Essas informações foram de extrema importância para aqueles que desejavam tornar-se proprietários de terras no Brasil, visto que a grande maioria dos imigrantes italianos foram atraídos para os cafezais da região Sudeste. Lá trabalharam na condição de assalariados e cujo acesso à terra foi mais dificultoso. Porém, ao que tudo indica, Ceretta e sua família compartilharam de informações que possibilitaram sua viagem em direção ao Brasil meridional.

Em suas memórias, Ceretta afirma que

os que se dispunham para imigrar, eram de classe mais pobre e por conseguinte, gente sem cultura, sem instrução nenhuma: que nunca tinham viajado, nem conheciam geografia. Talvez que alguns tivesse ouvido falar vagamente de America, mas que idéia podiam eles formarem-se deste nome? Sempre falavam em America em geral, como fosse um só paiz e não um continente. Nem entenderiam o que é um continente, nem entenderiam o que seria o Oceano a que deviam atravessar; a que governo deviam ser entregue, o que fosse viajar no mar. Tudo, tudo isto e o mais ignoravam. Porém com toda facilidade alistavam-se no rál e preparavam-se para partir. Isto tudo, porém, se refere as primeiras levas, pois, depois que estes primeiros foram cá; escreviam aos parentes em Italia e os susseguientes, vinham mais informados (1941?, p. 4-5, caderno I).

O referido trecho é indicativo de uma das estratégias utilizadas pelos camponeses do norte italiano para emigrar, e aproxima-se das reflexões empreendidas por Vendrame (2013). A autora buscou compreender quais os mecanismos utilizados pelos imigrantes no processo de ocupação e organização dos núcleos coloniais, analisando as escolhas individuais e

familiares que foram colocadas em práticas pelas famílias para fundar novas comunidades no além-mar. Segundo ela “uma conexão entre os dois mundos se manteve através da circulação de correspondências, o que possibilitou a transferência de grupos familiares para o novo mundo” (2013, p. 139). Essa perspectiva serve para visualizar o papel dos indivíduos enquanto atores ativos e conscientes de suas escolhas frente às adversidades do mundo que se transformava, exigindo novas estratégias para a provisão do sustento dos núcleos familiares em expansão.

Não existem registros de cartas que comprovem a tese de que algum familiar da família Ceretta tenha mantido relações ou trocas de informações a respeito das possibilidades de transferência ao novo mundo. Embora haja fortes indícios de que Fabrizio Ceretta, pai de Antônio Ceretta e sua família possam ter recebido informações quanto à possibilidade de adquirir propriedade na América. Isso porque segundo Antônio quando “os primeiros foram cá; escreviam aos parentes em Itália, e os susseguintes, vinham mais informados” (CERETTA, 1941?, p. 4, caderno I). Seguindo este caminho, analisou-se a presença de imigrantes italianos provenientes de Monticello anteriormente à partida da família Ceretta na zona colonial Silveira Martins e constatou-se a presença de pelo menos seis italianos e suas respectivas famílias.

O objetivo deste levantamento foi de averiguar a possibilidade da existência de uma rede parental que possa ter sido acionada durante a migração da família Ceretta. Fabrizio Ceretta era casado com Orsola Dal Santo, irmã de Bortolo Dal Santo. A princípio, ao que tudo indica, pode ter sido Bortolo, cunhado de Fabrizio quem possivelmente teria informado aos parentes que haviam permanecido na Itália sobre as condições de partida e as possibilidades de adquirir propriedades no Sul da América. A tese de que esta rede parental possa ter sido acionada pela família Ceretta para sua transferência pode ser visualizada a partir da “Tabela 1 – Relação de imigrantes provenientes de Lonigo”, onde são recenseados aqueles italianos que vieram provenientes da aldeia de Monticello, arredores de Lonigo e Lonigo.

Tabela 1 – Relação de imigrantes provenientes de Lonigo.

Relação de Imigrantes provenientes de Lonigo – Vicenza								
Nome	Idade	Esposa	Idade	Lote	Linha	Data de Chegada	Vapor	Cidade/Aldeia
BROCCARDO Francesco	37	Elena Casella	35	170	L3s	30/02/1878	Colombo	Lonigo
COSTA Isidoro	35	Caterina Burinato	35	169	L3s	30/02/1878	Colombo	Lonigo
DAL SANTO Bortolo	42	Filomena Brum	***	293	L1s	30/02/1878	Colombo	Monticello
NOGARA Ângelo	54	Teresa Manfrin	44	291	L1s	30/02/1878	Colombo	Monticello
NOGARA Giuseppe	***	Irene Pelizzaro	36	292	L1s	30/02/1878	Colombo	Monticello
RUGGINE Antônio	42	Maria Costenaro	35	236	L2s	30/02/1878	Colombo	Lonigo
FOLETTO Giovanni	41	Samaritana Diotto	40	687	L1s	13/11/1881	Iniziativa	Monticello
FOLETTO Giuseppe	***	Solteiro	***	712	L1s	13/11/1881	Iniziativa	Lonigo
CERETTA Fabbricio	45	DAL SANTO Orsola	36	294	L1s	11/09/1880	***	Monticello di Lonigo
BORON Fabrizio	34	Solteiro	***	658	L2n	1/03/1882	***	Lonigo
CERETTA Angela	36	Viúva	***	702	L1s	***	***	Monticello di Lonigo
FOLETTO Giacomo	34	Ângela Albanello	***	708	L1s	***	***	Lonigo
NORO Antônio	56	***	55	447	Linha Bonita	***	***	Lonigo
NORO Firmino	***	Thereza Borgo	***	706	L1s	***	***	Lonigo

Fonte: Os dados da tabela foram retirados do “Inventário do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG-NP)”, In: SPONCHIADO, 1996, p. 293 – 342; e complementados pela “Relação de imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins (ano 1882)”, in: RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 110 – 165.

É possível que a articulação da migração de Ceretta e sua família tenha sido intermediada pelo italiano Bortolo Dal Santo (42 anos), casado com Filomena Brum<sup>56</sup>,

<sup>56</sup> Não existem registros acerca da filiação de Bortolo Dal Santo. Para mais informações, cf: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Livro Genealógico 6, p. 46.

imigrante proveniente de Monticello di Lonigo, mesma aldeia de Ceretta e sua família. Bortolo Dal Santo chegou ao Brasil no vapor “Colombo” no dia 30 de fevereiro de 1878, praticamente dois anos antes da transferência da família Ceretta. Bortolo e sua esposa adquiriram o lote de número 293, na denominada L1s (Linha 1 Sul), núcleo colonial que deu origem ao Vale Vêneto. Inicialmente pensou-se que o imigrante Bortolo que emigrou em 1878 fosse pai de Orsola Dal Santo, conforme seu registro genealógico<sup>57</sup>. Porém, segundo sua filiação, cujos pais são Catarina Taniello e Bortolo Dal Santo, tal possibilidade foi descartada. Na falta de registro do parentesco de Orsola e Bortolo que comprove suas relações de sangue, a hipótese de que estes tenham sido irmãos é reforçada devido a proximidade de suas idades (Bortolo tinha 42 e Orsola 36 anos quando emigraram) e ao fato de ser muito comum entre os italianos neste período que um dos filhos fosse registrado com o nome do pai. Se esta hipótese estiver correta, é curioso de se pensar que foi Bortolo Dal Santo com “Colombo” que “descobriu” a América para a família Ceretta.

Na tabela é possível visualizar que a família de Ceretta acabou adquirindo o lote colonial 294 na L1s (Linha 1 Sul) ao lado de Bortolo Dal Santo e sua esposa. Desse modo “os imigrantes italianos, ao se comunicarem com os familiares na Itália, informavam sobre as características locais e a disponibilidade de terra, incentivando, assim, a transferência de novos grupos” (VENDRAME, 2013, p. 147). Assim, poderiam garantir a permanência dos laços familiares e estruturarem o trabalho na nova terra ao adquirirem terras avizinhas. Esses elementos indicam os laços de solidariedade que operavam entre os imigrantes durante o processo de transferência da Europa para a América e seu estabelecimento nos núcleos coloniais. Nesse sentido, independentemente da situação socioeconômica dos imigrantes, foram os “mecanismos de coesão baseados em redes de apoio comunitário e parental” que “permitiram a transferência dos que desejavam imigrar para o Sul do Brasil” (VENDRAME, 2013, p. 83).

Uma vez chegados, os imigrantes deveriam organizar a vida comunitária e produtiva. Para isso, baseavam-se nas tradições trazidas da península itálica e que acabaram sendo ressignificadas na América. Durante este processo, as famílias procuravam adquirir lotes o mais próximo possível de amigos, parentes e conhecidos, cultivando deste modo laços já existentes no Velho Mundo.

---

<sup>57</sup> Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Livro Genealógico 6, p. 33.

### 2.3 UM MUNDO LONGE DA “CIVILIZAÇÃO”: “Os homens tiram dos caixões suas ferramentas; põe o cabo aos machados e se metem lá no mato”<sup>58</sup>

A colonização por imigrantes no atual Rio Grande do Sul foi um processo marcado por muitas dificuldades. Essas dificuldades, porém, referem-se ao começo, e justamente por isso, encontram-se as maiores provações. É preciso registrar que o processo de colonização se caracterizou por um programa governamental que visou, entre outras coisas, a conexão entre os diversos pontos na Província e, posteriormente do Estado, além da diversificação da produção agrícola baseada no minifúndio, com mão de obra familiar. Ou seja, a colonização foi subsidiada e, por isso mesmo, acompanhada de perto pelas autoridades competentes. Para Vendrame, na região colonial

havia estrutura e uma série de recursos para atender às necessidades dos imigrantes, tudo sustentado pelos cofres públicos. Nada parecido foi feito para as populações que viviam no território Sul rio-grandense, por isso os italianos podem ser considerados privilegiados, já que foram beneficiados de diversas formas (2007, p. 202).

Entretanto, as áreas cultiváveis e as planícies próximas aos rios já haviam sido ocupadas por imigrantes “alemães<sup>59</sup>”, terras estas doadas pelo governo imperial a partir de 1824 em São Leopoldo<sup>60</sup>, no vale do Rio dos Sinos. Conforme Piassini “a partir de 1845, as colônias alemãs oficiais passaram a ser fundadas de São Leopoldo em direção ao Oeste”, de modo que acompanhassem “a depressão formada pelo vale do Rio Jacuí, regiões desconsideradas pela pecuária e que, uma vez povoadas, possibilitariam a abertura e a comunicação entre o Norte e o Sul da Província” (2017, p. 36). A forma como se organizou a distribuição de lotes coloniais aos italianos imigrados foram baseados nesta experiência acumulada, doravante, mediante compra. Assim, para os italianos, que chegaram meio século mais tarde, ficaram designadas as terras devolutas e montanhosas da Serra Geral no Nordeste da Província e, na região Central, também de terras devolutas e pertencentes ao governo imperial, em geral de topografia montanhosa (SANTIN, 1999, p. 12-13).

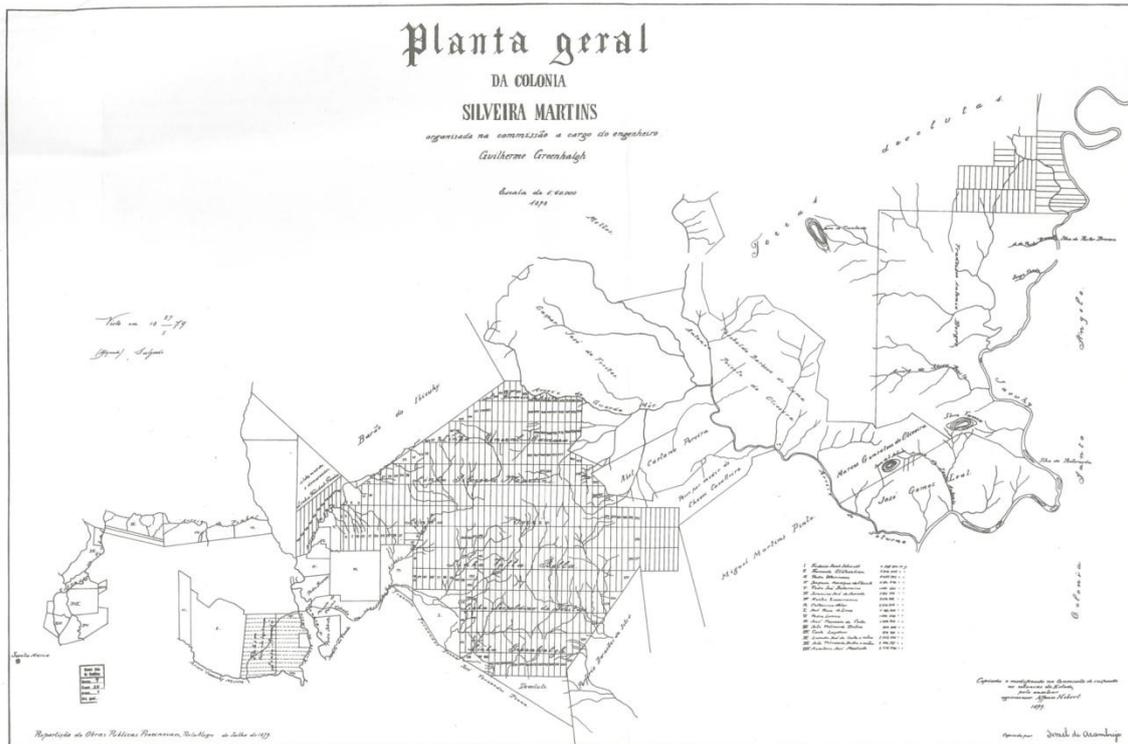
<sup>58</sup> CERETTA, 1941?, p. 9, caderno I.

<sup>59</sup> Diz-se imigração alemã, mas de fato, a grande maioria de teuto-germânicos que vieram para o Brasil, o fizeram por volta de 1824, quase cinquenta anos antes da constituição do Estado Nacional alemão que passou a existir após sua unificação em 1871 sob liderança da Prússia e com a nomeação do *kaiser* Guilherme I (PERRY, 2002).

<sup>60</sup> De acordo com Cunha (1991) a colonização de “alemães” na Província iniciou com a instalação de 38 imigrantes nas terras da Real Feitoria do Linho Cãnhamo, extinta com a fundação da colônia São Leopoldo.

Em 1875, sob mediação do deputado e ministro Gaspar Silveira Martins, o governo imperial cedeu para Santa Maria da Boca do Monte cerca de 10.890.000 m<sup>2</sup> (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001) de terras públicas (terras devolutas do Império) para que fossem identificadas, demarcadas e vendidas aos colonos europeus (Figura 8).

Figura 8 - Mapa da Colônia Silveira Martins e a divisão dos lotes coloniais em 1878.



Fonte: Reprodução do autor. In: RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, anexos.

O núcleo colonial passou a estruturar-se com a Inspeção Especial de Terras e Colonização criada em 1876, que organizou a medição e a distribuição dos lotes coloniais na região próximo à Santa Maria e cuja sede da colônia foi denominada Silveira Martins<sup>61</sup>. A colônia era administrada por um diretor

que quase sempre era engenheiro, com amplos poderes governamentais e policiais; um vice-diretor, um ou mais escrivães, e o número de engenheiros necessários, não somente para o serviço interno do escritório, como também para o serviço externo, isto é, medição de lotes, traçados de estradas, desenhos, direção de pontes, etc (LORENZONNI, 1975, p. 62).

<sup>61</sup> Nas memórias de Ceretta, foi “dado o nome de Silveira Martins em honra do grande senador e diplomata deste nome que muito mexeu no governo de D. Pedro II” (p. 15). Na verdade, Silveira Martins havia sido Deputado Provincial e Geral, além de Ministro e Conselheiro de Estado durante o Brasil Império.

Embora Antônio Ceretta não tenha vivenciado diretamente muito dos relatos acerca dos quais narra em suas memórias, pois chegou ao complexo colonial em 1880, suas impressões constituem importantes registros das dificuldades pelas quais passaram, nos primeiros anos, os colonos desde 1877. Tais relatos provavelmente foram compartilhados pelas famílias de imigrantes, como o provável tio de Antônio Ceretta - Bortolo Dal Santo, estabelecido na região colonial em 1878 ou mesmo a própria família Bortoluzzi e Rosso, chegados no mesmo ano, com as quais Antônio Ceretta estreitou maiores relações no decorrer dos anos. Estas memórias foram sendo passadas e ressignificadas pelas novas gerações, fazendo das dificuldades vividas pelos primeiros colonos, o passado comum - a origem compartilhada pelos descendentes das privações do processo migratório e colonizador.

Nessas impressões registra-se especialmente a sensação do abandono dos imigrantes nas zonas coloniais por parte das autoridades nos primeiros tempos, fato este correntemente apresentado nas memórias acerca da imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul<sup>62</sup>. O lugar de destino da nova colônia é descrito por Ceretta como um “deserto” longe da “civilização humana” e que se localizava num “vale cercado por tres partes de altos montes” que “nada de atrativo e confortável tinha para os pobres imigrantes” (CERETTA, 1941?, p. 9, caderno I). Segundo Zanini,

A questão da invocação do pioneirismo é uma constante entre grupos migrantes no sul do país, para os quais o processo colonizador se reveste de uma aura civilizatória, civilização esta calcada numa domesticação do espaço e dos processos produtivos em consonância com os modelos trazidos da Europa (2007, p. 536).

Um desses referenciais europeus, se não o principal deles foi a religiosidade. Para Zanini “a religião permitiu a continuidade de certa ordem de mundo, de classificações, representações e hierarquias em que a Igreja, como instituição, desempenhou um papel fundamental” (2007, p. 529). Nesse sentido, segundo a autora, “o sentimento daqueles migrantes era o de que, sem religião, afastavam-se da civilização” (2007, p. 529). Desse modo, desde o início, a presença de um sacerdote foi uma das principais reivindicações dos colonos nos primeiros tempos, pois eram baseados nos sacramentos ministrado pelos clérigos, que a grande maioria desses imigrantes baseava seu modo de vida.

---

<sup>62</sup>Julio Lorenzoni também relata o sentimento de isolamento por parte dos imigrantes. Tal sentimento deveu-se especialmente à ausência de estradas que conectassem os lotes dos colonos à sede ou algum armazém. Desse modo, nos primeiros tempos de acordo com Lorenzoni, “uma pobre família, composta quase sempre de cinco, seis, oito até dez pessoas, abandonadas no meio da mata, longe até duas, três e até cinco horas de caminho até chegar à sede, sem vias de comunicação, carecendo de tudo, até do mais indispensável para viver, quase todos com tenras crianças e também velhos decrepitos, obrigada a se satisfazer com uma miserável cabana, pode-se imaginar o desânimo que estes coitados sentiam!”(1975, p. 64)

Conforme as levas de imigrantes chegavam, estes deveriam, inicialmente, aguardar no local denominado de “barracão” até que fossem designados os lotes aos quais se destinariam os colonos. A partir de 1876, essas terras foram distribuídas para colonos russo-alemães<sup>63</sup> que não permaneceram no local devido às dificuldades que precederam a distribuição dos lotes coloniais. Aos italianos estabelecidos no barracão, os lotes não foram distribuídos até que chegasse a quarta leva de famílias de imigrantes. Conforme Righi, Bisognin e Torri

em 15-11-1876, sob chefia de Lourenço Biazus e João Frota, chegaram 70 famílias de imigrantes italianos, os quais ficaram estarecidos ao encontrarem os russos-alemães fugindo do núcleo para onde eles estavam sendo enviados (2001, p. 60).

Desse modo, segundo Ceretta, “os italianos resistiram, ou tiveram que resistir, a tão duras provas, e lá ficaram um ano inteiro naquele lugar enfadonho” (1941?, p. 14, caderno I). De acordo Ceretta,

O barracão era uma casa feita de madeira e barro, mandado construir pelo governo, para abrigar os imigrantes até pudessem estabelecer-se na colonia que se lhe havia de dar. Esta não era propriamente uma casa, mas sim um verdadeiro *barracão* como a chamavam. Não tinha quartos separados, nem soalho nem foro nem nada. Constava de uma só peça, nem se podia nele colocar camas de forma alguma. Para as familias se colocarem, haviam encontrado feitas, uma espécie de partilheiras de tres ou quatro andares sobrepostos um ao outro; feitas estas partilheiras, de varejões cortado no mato e unidos com cipós, e aí em cima cada um deviam formar seu dormitorio como podiam. Não havia cozinha, mas cada familia devia faze-la ao ar livre, fizesse o tempo que fizer. Este barracão estava construido debaixo dos montes que formam, o hoje chamado Val de Buia; à esquerda da estrada que de Silveira Martins vae a Arroio Grande, ou estrada de Santa Maria. Naquele tempo, aquele lugar, era orroroso para aí habitar, porque era uma floresta virgem, de mato cerrado, só habitado por animais selvagens, onde de dia ouviam-se o roncar, por eles tão estranhos, dos bugios, e de noite, o canto de lúgubres corujões e uros dos tigres seguido do ranger de dentes dos javalis procurando fugir às garras ferozes (1941?, p. 7 – 8, caderno I)

Conforme mais imigrantes chegavam e a demarcação dos lotes não saía, as novas levas encontravam “o barracão apinhado, que ninguem mais podia caber dentro”, de modo que os futuros colonos “viram descarregar das carretas (Figura 9) suas bagagens, sem saber para onde as abrigarem, nem abrigar a eles próprios” (CERETTA, 1941?, p. 9, caderno I).

---

<sup>63</sup> Conforme Santin, a “identidade étnica” dos chamados russo-alemães gerou dúvidas e discordâncias pois poderiam ser poloneses com passaporte russo ou alemães com passaporte russo (1999, p. 18).

Figura 9 - Carreta de imigrantes.



Fonte: Reprodução do autor. In: RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 58.

Em virtude disso, outros dois barracões foram erguidos, embora não fossem suficientes para acomodar as outras duas expedições que vieram posteriormente: “uma do Tirol, com 50 famílias, chegadas em abril de 1878, chefiada por Felin Massimino e outra, com 120 famílias, dirigidas por Francisco Druzian e Paolo Bortoluzzi” (BISOGNIN; RIGHI; TORRI, 2001, p. 60). O sentimento vivenciado pelos primeiros imigrantes é descrito por Ceretta:

Que desolação por tantos pais e por tantas mãis, ver seus filhos sem abrigo, atirado ao deserto! Quais dores ao coração não deviam provar. Mas que fazer? Coragem, e não deixar-se ficar na inatividade. *Os homens tiram dos caixões suas ferramentas; põem o cabo aos machados e se metem lá no mato*, subindo um pouco a encosta do monte, abre cada pae de família, um pequeno espaço no mato e em poucas horas, ajudado pelos proprio filho e filhas e ajudando um a outro, levantavam cada uma família, um rancho de ramas e folhas e aí dentro se abrigam a família e suas roupas (CERETTA, 1941?, p. 9, caderno I).

As péssimas condições de saneamento, alojamento e higiene dos imigrantes nos barracões relatado por Ceretta, levaram ao desenvolvimento de doenças infectocontagiosas que acabaram levando muitos imigrantes ao óbito. Segundo Ceretta:

com tanta gente aglomerada naquele miseravel tugúrio, depois de alguns mezes de aí estarem, estalou, entre eles uma terrível epidemia consistente em uma forte dissenteria, que em poucos dias os prostravam e os reduziá á morte. E, a morte de fato apareceu ali, inexoravelmente e terrivelmente, fazendo muitíssimas vitimas. De

um dia para o outro, o barracão se converteu num hospital de doentes e moribundos, e mais, em câmara mortuária, pois não passava dia, sem haver mortos. Pediam um medico: e de fato, o governo tinha mandado um; mas este tinha adoecido, e se havia retirado em Santa Maria. Os moribundos pediam o padre, porque lembravam-se que o dever de bom catolico é morrer confortado pelos sacramentos. Lá, na sua saudosa patria, o sacerdote não deixava a cabeceira do moribundo, se não quando este tinha espirado. Mas este consolo não podiam te-lo eles, que morriam nesta floresta, neste medonho lugar, longe da civilização humana, impossibilitados de se procurar algum socorro, fosse material, fosse espiritual (1941?, p. 10 – 11).

Para Bisognin, Righi e Torri (2001) a epidemia que se instalou no barracão de Val de Buia, é tida como um exemplo do isolamento dos imigrantes italianos nos primeiros anos. Segundo Vendrame (2007), porém, essas epidemias eram bastante comuns entre as comunidades rurais, tanto na Itália como no Brasil. Embora fossem conhecidas eram muito temidas pelos imigrantes, e constituíam uma realidade comum entre os camponeses do final do século XIX<sup>64</sup>. A epidemia que atingiu o “barracão” é descrita nas memórias de Lorenzoni, onde afirma que “por incrível que pareça, entre adultos e crianças, foram cerca de quatrocentos os que tiveram tão mísero fim<sup>65</sup>” (1975, p. 53). Com tantos mortos, uma das maiores preocupações dos imigrantes, segundo relato de Antônio Ceretta era o local em que seriam sepultados.

E depois de ter visto morrer o filho, ou o pai, ou a mulher, ou o marido em tanta miseria; como pensar pela sepultura? Ali não havia taboas para lhe fazer o caixão, nem havia cemiterio: então devia ser atirado em uma vala igual a um cão? Meu Deus, que terrível constrangimento ao coração! Pelo primeiro que morreu os parentes e todos os da companhia, não sabendo como fazer nesse apuro, pensaram em ir tomar conselho ao vendeiro, que era sempre e em todas as dificuldades, o seu único conselheiro, porque pratico dos costumes do paiz. Então ele lhe disse: - para achar taboas, aqui, é impossível: mas, eu tenho aí muitas barricas desocupadas; si queres usa-la eu vi-la [sic] vendo, e podeis usa-la pela sepultura dos vossos mortos. Eles ficaram maravilhados e disseram: como é possível que numa barica caiba um homem? O vendeiro respondeu? – natural que numa barica não cabe um homem, mas se fazem assim? Si é criança cabe numa barica só; si é um mais crescido, toma-

<sup>64</sup> No final do século XIX ainda não haviam sido inventados os chamados fármacos antibióticos, cujos usos foram divulgados pelo mundo somente após a década de 30 do século XX. Entre os imigrantes italianos, a propagação de moléstias pode ser atribuída às más condições de alojamento e alimentação, além de água contaminada, fazendo com que, especialmente, velhos e crianças morressem devido ao cansaço acumulado pela longa viagem. Com o passar do tempo, os imigrantes passaram a aprender a utilizar práticas medicinais tradicionais com os chamados “brasileiros do sertão”. Geralmente era “algum brasileiro velho, vivendo ao pé do monte, na maior solidão” que ensinava “os efeitos que produziam as diversas ervas medicinais” (1975, p. 75). Conforme Lorenzoni, “esses habitantes primitivos” eram “uma espécie de índios, que viviam de caça e pesca, seminus”, “hábeis conhecedores da eficácia” de diversas ervas “cuja variedade, mesmo hoje é imensa” (1975, p. 75). Esses trechos demonstram algumas das relações estabelecidas entre imigrantes e, possivelmente indígenas, que viviam ao largo das terras devolutas “desabitadas”. Infelizmente existem muitos poucos estudos que avaliem as relações culturais entre imigrantes e indígenas, sendo eles geralmente invisibilizados tanto nas memórias e relatos de imigrantes como na própria historiografia a respeito do processo migratório.

<sup>65</sup> De acordo com o imigrante, a família Bortoluzzi composta por cerca de trinta pessoas “teve a infelicidade de perder, em poucos dias, dezesseis dos seus membros” (LORENZONI, 1975, p. 53).

se duas, e si é uma pessoa grande toma-se treis. E como ageita-las? Si são duas tira-se um fundo a cada uma; e si são treis, áquela do meio, tira-se todos dois o fundo e depois unem com cipós e, pronto. E assim aprenderam a fazer e fizeram por todos os que morreram sussequentemente. E o cemiterio onde esta? Vaes lá, naquele lugar, foi sepultada uma outra pessoa: sepulte aí. Mas o lugar foi benzido? perguntaram ao vendeiro. E este respondeu: de certo o foi. De que outro modo podia responder? E lá foram e sepultaram seus defuntos que foram muitos e muitos (1941?, p. 13-14, caderno I).

Segundo Santin (1999, p. 16 - 17) a chamada “tragédia” de Val de Buia que matou cerca de 400 imigrantes nunca foi claramente comprovada, embora permaneça viva na memória das famílias de descendentes até os dias de hoje na região. Conforme autor, a única fonte primária sobre o ocorrido são as memórias do imigrante Julio Lorenzoni<sup>66</sup>, chegado ao barracão em 1878. Nas memórias de Antônio Ceretta existe a referência aos mortos, que “foram muitos e muitos”, mas não apresenta qualquer número<sup>67</sup>. Uma das explicações da inexistência de vestígios que comprovem as mortes da tragédia de Val de Buia pode ser atribuída ao local escolhido pelos imigrantes para enterrarem seus primeiros mortos. De acordo com o imigrante Julio Lorenzoni, os imigrantes mortos foram enterrados em um cemitério “improvisado nas encostas de um morro vizinho, à margem esquerda de um pequeno riacho, lugar impróprio, onde, apesar de muito esforço, não se podia abrir uma cova de um metro de profundidade” de modo que do cemitério, após a primeira enxurrada “nada mais se encontrou, pois as águas, escorrendo com violência pelas encostas do morro, devem ter arrastado aqueles corpos cobertos apenas por alguns palmos de terra” (Lorenzoni, 1975, p. 53).

Contudo esse isolamento foi temporário e relativo. Em suas memórias, Ceretta menciona a presença do governo brasileiro em praticamente todos os momentos da imigração, desde a partida da Itália, a espera em Gênova, até o estabelecimento dos colonos nos núcleos coloniais em terras tupiniquins, onde “o governo fazia de tudo para tornar-lhe [aos imigrantes] menos dura a vida” (CERETTA, 1941?, p. 14, caderno I).

---

<sup>66</sup> O imigrante também relata o caso das sepulturas improvisadas, onde “eras deveras doloroso ver essas pobres famílias perder desse modo os seus caros, sem ter nenhum recurso médico, com falta absoluta de remédios, de um caldo, de uma xícara de leite, e até da madeira para construir um caixão onde colocar os cadáveres. A solução, para muitos casos, era pô-los dentro de uma barrica das que nos chegavam bolachas, que nos eram distribuídas por falta de pão fresco, e enterrá-las num cemitério improvisado nas encostas de um morro vizinho” (1975, p. 53).

<sup>67</sup> É importante de se explicar aqui que Ceretta não vivenciou a chamada “tragédia de Val de Buia”. Antônio Ceretta e sua família chegaram na zona colonial pelos menos dois anos mais tarde. Porém, outras epidemias ainda acometeriam as comunidades. A própria mãe de Antônio, Orsola, morreu de Tifo no Vale em 1887. O relato de Ceretta sobre o evento é um indício da força da memória sobre as inúmeras mortes ocorridas nos chamados “barracões” presentes nas comunidades de origem imigrante na região.

A demora da demarcação dos lotes<sup>68</sup> acabou gerando insatisfação entre os colonos e, decorrente disso, houveram tensões entre eles e os diretores da colônia<sup>69</sup>. Nesse contexto, a presença de um sacerdote entre os imigrantes foi uma reivindicação importante, dado o papel de destaque que os futuros colonos davam à figura do padre.

Diante disso, a presença de um padre que atendesse as necessidades espirituais dos imigrantes era entendida como uma força que auxiliaria na manutenção da ordem, situação essa que era muito almejada pelos diretores da colônia (VENDRAME, 2007, p. 203). De acordo com Vendrame, “o sacerdote pago pelo Estado seria um funcionário público, representando um elemento de controle que, juntamente com o diretor, agiria no sentido de garantir a ordem e a paz” (2007, p. 204). Apesar da visão das autoridades de que a presença de um sacerdote garantiria a tranquilidade nas comunidades, isso não significou que na prática, tenha acontecido (VENDRAME, 2007, p. 204). Isso porque “os conflitos não se davam apenas entre a maçonaria e grupos anticlericais, mas entre os próprios imigrantes e os clérigos” (VENDRAME, 2007, p. 204)<sup>70</sup>. Na região colonial de Silveira Martins, esses conflitos se manifestaram principalmente entre as disputas da Sede, Silveira Martins, e de Vale Vêneto, e os desentendimentos da comunidade do Vale com o sacerdote Antônio Sório - conflitos esses que são descritos nas memórias de Antônio Ceretta.

Durante o período em que estavam no barracão, segundo Ceretta “o governo, lhe aministrou [aos imigrantes] mantimento gratuito por alguns dias e depois deu-lhe serviço para ganhar e procurar-se o necessario ao sustento da vida” (1941?, p. 14, caderno I). Antônio Ceretta, provavelmente não chegou a vivenciar os fatos narrados em suas memórias sobre a realidade dos imigrantes nos chamados barracões. Por isto, é importante de se ressaltar aqui a contradição e a oposição que parece existir entre as experiências vivenciadas por Ceretta e sua família e alguns discursos já consolidados acerca da memória da imigração e colonização italiana, como por exemplo, o discurso de “abandono”. Nas experiências de Ceretta, os imigrantes receberam auxílio e assistência pública para seu estabelecimento na zona colonial.

---

<sup>68</sup> Aqueles imigrantes que possuíam melhores condições financeiras acabavam adquirindo terras a partir de particulares, fora das zonas de colonização compreendidas pelo Governo do Império. Esse é o caso da família do imigrante Andrea Pozzobon, conforme suas memórias.

<sup>69</sup> Bisognin, Righi e Torri (2001) citam o caso do diretor Guilherme Greenhalgh que quase foi linchado pelos imigrantes, tendo sido salvo através da intermediação do comerciante italiano Próspero Pippi. Após o ocorrido, Greenhalgh pede a exoneração do cargo ao Governo Geral do Império em junho de 1878 (p. 61 - 62).

<sup>70</sup> Vendrame (2013), em sua tese de doutoramento intitulada “Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)” partiu do caso que envolveu a morte do sacerdote de Silveira Martins Antônio Sório para refletir acerca das práticas de justiça entre os imigrantes italianos no Brasil meridional. Para a autora o caso é ilustrativo para demonstrar que diversos conflitos ocorriam nas zonas coloniais de italianos, e que estes não eram passivos ou submissos às leis do Estado e da Igreja, e possuíam suas próprias formas de exercer a justiça.

Contraditoriamente, como se pode perceber pela própria narrativa do imigrante, a zona colonial não se encontrava “abandonada” e “isolada” do Estado, pois conforme o próprio imigrante, mesmo “longe da civilização humana”, o governo fazia de tudo para “tornar-lhes menos dura a vida”. Diante disso, a criação das zonas coloniais de italianos, como Silveira Martins, fez parte do processo de interconexão entre as diversas regiões da Província e, posteriormente, do Estado. Seguindo esta linha de raciocínio, os núcleos coloniais surgiram como nós dos quais começaram a comunicar os diversos pontos da Província. Dentro deste contexto, a construção da Linha Férrea que ligou a capital Porto Alegre à Uruguaiana em 1885 também fez parte desse processo, sendo Santa Maria o principal entroncamento ferroviário no Brasil meridional. Durante a construção das linhas férreas, muitos imigrantes que haviam se estabelecido na zona colonial próxima à Santa Maria foram utilizados como frente de trabalho.

Nesse sentido, os colonos italianos constituíram a força de trabalho necessária para a concreção do projeto governamental de povoamento do Sul do Brasil e das regiões de terras devolutas. A exaltação do “isolamento” dos imigrantes não se encontra necessariamente em contradição com a presença de agentes do Estado entre os imigrantes. Isso porque seu isolamento reforça o conceito de “colono trabalhador”, discurso que passou a ser propalado durante o governo republicano de Borges de Medeiros no Estado durante a Primeira República. Nesse período a representação dos colonos italianos como exemplares trabalhadores inseriu-se dentro das diretrizes políticas do governo republicano no Rio Grande do Sul. Um exemplo desta representação é o álbum comemorativo do aniversário de 50 anos da imigração italiana para o Estado, o *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: la cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud* [Quinquagésimo aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul: a cooperação dos italianos com o progresso civil e econômico do Rio Grande do Sul] (1875-1925).

Durante o Estado Novo, o reforço dos ideais relativos ao trabalho, também pode ter contribuído na construção da imagem do colono trabalhador, ao mesmo tempo em que eram negadas as manifestações de culturas estrangeiras no Brasil. A exaltação da religiosidade e do trabalho nas comunidades imigrantes são elementos que aparecem constantemente nas memórias de Ceretta.

## 2.4 ENTRE A “ENXADA” E A “CRUZ”

A terra de fato estava ali, total e completamente disponível. E não era pouca terra. O problema, contudo, era que toda esta terra era coberta por mato que deveria ser derrubado para a roça. Além do mato, ainda não haviam estradas que ligassem as colônias à um povoado próximo. Tudo ainda deveria ser feito e, para o Governo, era para isso mesmo que serviriam os colonos. Neste quadro inicial, além da infra-estrutura básica que se construía, a presença de um sacerdote fixo no lugar e a criação de uma paróquia independente, representava um ideal almejado por muitos imigrantes que acreditavam que a presença de um clérigo na comunidade, traria benefícios não apenas espirituais, como também materiais. Afinal, o “motor de desenvolvimento” das comunidades italianas se “figura em primeira linha” o “movimento e progresso religioso”<sup>71</sup>.

Conforme Cenni

o sistema de colonização adotado no país, desde o início, foi o chamado Walkefield, que consistia na distribuição aos agricultores de um lote de terra, ferramentas, animais e sementes e no pagamento módico de subsídios para a alimentação dos colonos no primeiro ano de trabalho” (2003, p. 144).

Lentamente os lotes foram sendo demarcados e com isso distribuídos para cada família os instrumentos necessários para que se iniciassem as atividades na colônia. Para cada chefe de família<sup>72</sup> fez-se entregar um machado, uma foice, um facão, uma enxada, sementes de milho, feijão e batatas, além de 80\$000 réis para a construção de uma casa de madeira, com dimensões de 8x4 metros (BISOGNIN; RIGHI; TORRI, 2001, p. 60). Em suas memórias, Ceretta descreve como eram feitos a divisão dos lotes e a sua distribuição:

Os agrimensores destinados pelo governo a dividir esta zona, em lotes coloniais para ser distribuídos aos imigrantes; a dividiram em treze linhas paralelas que corriam de Oest para Lest, dando cada uma sua numeração. A do centro denominaram-na linha base e as de cada lado tinham o nome do numero a que pertenciam, assim poz linha um, linha dois etc, até linha seis. Seis ao Norte e seis ao Sul da linha base, que devia-se assim distinguir para não houver confusão, especialmente na distribuição dos lotes. A distancia de cada linha uma da outra, era de mil metros, que correspondia ao comprimento que cada lote havia de ter; sendo a largura da frente de cada um, trezentos metros. As linhas não tinham todas o mesmo comprimento; mas ficavam mais longas ou mais curtas, conforme iam encontrar-se com propriedades particulares. Por conseguinte, variavam em numero de lotes, e os lotes das cabeceiras, pelos mais, saíam de forma triangular. Cada lote era marcado e numerado, trazendo o proprio numero nos marcos. Eram estes, de madeira e a

<sup>71</sup> CERETTA, 1941?, p. 11, caderno I.

<sup>72</sup> Dentre os imigrantes italianos, conforme Zanini (2007) as famílias eram regidas sob a autoridade paterna.

numeração inicia numa placa de lata pregada no marco (CERETTA, 1941?, p. 19, caderno I).

Demarcados os lotes, os colonos passaram a ocupá-los efetivamente. Os primeiros anos foram os mais difíceis, pois deveriam dividir suas tarefas entre os trabalhos necessários à manutenção de sua colônia, abrindo o mato e iniciando a roça a partir da coivara<sup>73</sup>, e o trabalho nas estradas. De acordo com Antônio Ceretta a abertura de estradas dentro da zona colonial eram administradas pelo Governo, empregando para isso os imigrantes “de modo que faziam, ao mesmo tempo que ganhavam, um serviço útil a eles próprios” (1941?, p. 19). Esta também era uma maneira que os imigrantes encontravam de variar o ganho e a origem da renda familiar durante os primeiros meses, até que as primeiras colheitas fossem realizadas. Desse modo “neste trabalho, ganhavam por quinzena, isto é, quinze dias de serviço, recebiam 21,000 reis; e podiam empregar-se, mesmo as mulheres” (CERETTA, 1941?, p. 19, caderno I). Conforme as memórias de Lorenzoni, também podiam serem empregados jovens e meninos, “ganhando os primeiros, uns mil e quinhentos réis por dia, as mulheres e jovens de dezesseis e dezessete anos, um mil réis, e os meninos, setecentos e cinquenta e também quinhentos réis (1975, p. 50).

As estradas começaram a serem abertas a partir da segunda leva de imigrantes, e segundo Righi, Bisognin e Torri, foi “iniciada em 1879 pelos imigrantes pioneiros que haviam acampado em Val de Buia, Arroio Grande e São Marcos” (2001, p. 64). A Estrada Geral fazia a conexão da Sede, Silveira Martins com Santa Maria e foi concluída em 1882 (Figura 10).

---

<sup>73</sup> A coivara é uma técnica de plantio comumente praticada no Brasil. Consiste na derrubada do mato e sua queimada, após isso o local é semeado. Julio Lorenzoni descreve em suas memórias todo o processo de derrubada da mata, da queimada e das técnicas de plantio nos dois primeiros anos (1877 – 1879). Para Saber mais, conferir Lorenzoni (1975, p. 65 – 68).

Figura 10 - Estrada Geral Colônia Silveira Martins - Santa Maria, 1882.



Fonte: Reprodução do autor. In: RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 64.

Não existem registros de que Ceretta ou sua família tenham trabalhado na construção de estradas, em suas memórias. Porém, muito provavelmente Ceretta tenha participado dessas tarefas, pois havia chegado ao complexo colonial com doze anos de idade e, portanto, já possuía força suficiente para trabalhar tanto na lavoura, como na abertura das estradas. Estas atividades eram fundamentais no início da ocupação dos lotes, pois era uma forma de garantir os ganhos que possibilitaram a subsistência dos colonos, complementando assim os subsídios alimentares distribuídos pelo governo, como grãos para se comer, além daqueles que deveriam ser semeados.

Próximo às estradas que eram aos poucos abertas “era construída a residência do colono, a qual em média distava cerca de 300 metros da do vizinho” (DE BONI; COSTA, 2000, p. X). Essa casa era construída sob encargos do governo, sendo ela

uma casinha de quatro metros para seis repartida em duas peças. Eram essas cobertas de taboinhas fechadas com rachões; com uma porta e uma janelas, sem soalhos nem forros, com caibros e vigas de forma naturais e construídas sem pregos de ferro, mas tudo em madeira. Coisa que parece mentira não é? porém é verdade. A quem se a quisesse construir por conta própria, o governo lhe pagava a importância em dinheiro (CERETTA, 1941?, p. 19, caderno I).

Conforme De Boni e Costa

ao contrário da Itália, onde a maioria dos agricultores vivia em pequenos vilarejos, indo ao campo durante o dia voltando para casa à noite, o sistema de ocupação do solo no Brasil colocava as famílias relativamente distantes umas das outras” (2000, p. X).

Nisso, ao passo que os “novos habitantes começaram ligar entre eles amizade e aprenderam-se conhecer um ao outro”, dificilmente conseguiam se reunir “porque não havia, nem igreja, nem venda” (CERETTA, 1941?, p. 23, caderno I). Por isso o encontro entre vizinhos davam-se apenas “no serviço das estradas, onde iam para fazer sua quinzena e ganhar uns dinheirinhos afim de prover as necessidades de sua família” (CERETTA, 1941?, p. 23, caderno I).

Nesse contexto, os italianos que na verdade não eram constituídos por um grupo etnicamente homogêneo, tiveram de adaptar seus costumes à pátria adotiva. A forma com que isso se deu partiu da religiosidade - um dos principais fatores de unificação cultural. Para De Boni e Costa o “associativismo do imigrante criou um novo mundo cultural através da reconstrução do mundo religioso, especialmente a partir da fundação de capelas”, de modo que essa ressignificação cultural “não foi algo tirado do nada, mas também não foi a simples transposição do que se fazia na Itália: transformaram-se e adaptaram-se valores e modos de viver” (2000, p. XI – XII).

Dessa maneira, “a capela não significou apenas o local de culto”, pois “num modelo de organização espontâneo, ela se tornou o centro social do travessão, e acabou mesmo por substituí-lo como ponto de referência”(DE BONI; COSTA, 2000, p. XII). Para Vendrame (2007), quando os imigrantes chegavam ao complexo colonial organizavam suas comunidades conforme suas expectativas e segundo suas crenças e práticas religiosas. Com a construção da capela, iniciavam-se as missas e com elas o movimento de pessoas. Desse movimento viria o estímulo ao comércio, motivo pelo qual acabou gerando conflitos de interesses, especialmente entre aqueles imigrantes que possuíam melhores condições financeiras e que acabaram se tornando comerciantes no Brasil, como o imigrante Paulo Bortoluzzi que desejava tornar o Vale uma referência regional. Isso porque de acordo com Vendrame

as práticas da vida religiosa e social não podem ser pensadas de modo hierárquico, pois são características que se encontravam imbricadas. A presença da igreja e do sacerdote eram indispensáveis para garantir o sucesso econômico e político das comunidades. A capela e a “vendinha” constituíam os pontos de referências; era para esse cenário sócio-religioso, que as pessoas convergiam, tanto para realizar as atividades profanas como as sagradas (2007, p. 97-98).

Dentre esses conflitos, destacam-se nas memórias de Ceretta a oposição entre a comunidade de Vale Vêneto e a Sede Silveira Martins. Nos primeiros anos, de acordo com Ceretta “não era só as necessidades materiais que se fizesse por eles sentir [falta], mas sim também, as espirituais” (p. 23). Porém, esta era uma preocupação de “quasi todos eles”, porque “entre eles havia indiferentes” e completa: “mas, graças a Deus, estes eram poucos entre os que veio habitar este vale [Vale Vêneto] (p. 24).

Para Antônio, o vale foi um local “fértil em heróis católicos”, “onde a vida religiosa sempre se conservou vívida e palpitante, quando em outro recanto estava, quase, pode-se dizer, amortecida”, fazendo referência à Sede colonial, Silveira Martins.

Assim, conforme Ceretta

Quem guiava todas as idéas de progresso, neste lugar era Luiz Rosso de profissão pedreiro e com certa instrução e bastante inteligência. Sabia bem manejar a língua e conquistar a simpatia de quem com ele tratasse. Ele e o Paulo Bortoluzzi seu íntimo amigo, foram a alma de todas as iniciativas deste novo povoado (p. 22).

Foram eles, conforme Ceretta que obtiveram do Diretor da Colônia “um lote colonial para aí se fazer a igreja e para a formação de um povoado (p. 22) ”. A partir disso “começaram entre eles o projeto de se construir uma igreja em madeira, para que servisse até chegar o tempo de fazer uma em material” (p. 22), e cujo padroeiro determinou-se que fosse São Francisco de Assis (Figura 11) “por haver entre eles muitos Terciários [franciscanos]” (p. 31)<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> O culto à São Francisco de Assis veio da Itália, e acompanhou o grupo de imigrantes que saiu de Piavon, sob iniciativa de Paulo Bortoluzzi. Para saber mais, ver Vendrame (2013, p. 118 – 121).

Figura 11 - Capela São Francisco de Assis em Vale Vêneto<sup>75</sup>.



Fonte: Reprodução feita pelo autor do original em 18\11\2015. CPG-NP, Caixa Vale Vêneto.

Nesse momento, os imigrantes ainda não contavam com a presença de qualquer sacerdote fixo na colônia. Até 1881 ficou encarregado de prestar auxílio espiritual para os colonos o pároco de Santa Maria, padre Marcelino Bitencourt<sup>76</sup> (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001) que visitava a zona colonial raras vezes “pois a paróquia era vastíssima e ele tinha que ficar fora, semanas inteiras para atender aos chamados de fazer batizados e casamentos, entretendo-se pelas fazendas” (CERETTA, 1941?, p. 11, caderno I). Nesse sentido, os colonos sentiam “a necessidade de ter um sacerdote, pois bom católicos que eram, se viam privados, já de tanto tempo do culto religioso e da recepção dos sacramentos” (p. 23).

De acordo com suas memórias, quando a família Bortoluzzi deixou o Barracão para se estabelecer na colônia a que lhes foi destinada em 1879, montando ali um moinho e uma venda, encontraram-se com o italiano Antônio Vernier, amigo e conhecido da família Bortoluzzi desde a Itália. Vernier estava no Brasil como “explorador” contratado para obter

<sup>75</sup> Nas suas memórias, Antônio Ceretta ao descrever a chegada do Padre Anselmo de Souza, afirma que neste dia havia chovido muito. Na foto, se olharmos com atenção, pode-se perceber um leve reflexo dos colonos que posam para a foto, no que parece ser água acumulada no canto inferior.

<sup>76</sup> Sobre isso, Ceretta afirma que os “pobres” imigrantes após terem deixado “sua querida pátria, só tiveram a consolação de ter entre eles o sacerdote, uma ou duas vezes” e “que foram visitados pelo Rdo Vigário de Santa Maria” o padre Marcelino Bitencourt (1941?, p. 45, caderno II).

“informações exatas e seguras” para as famílias que desejavam migrar para o Brasil<sup>77</sup>. Segundo relato de Ceretta, os colonos confessaram a Vernier a insatisfação com relação a ausência de padres, pois estavam “privados do culto divino” (CERETTA, 1941?, p. 23, caderno I). Nisso Vernier teria proposto uma solução: ele procuraria o sacerdote; “pois ele conhecia dois deles dispostos a vir em assistência dos imigrados”, bastaria que “lhe pagassem as despesas da viagem pois [os sacerdotes] eram muito pobres” (CERETTA, 1941?, p. 23-24, caderno I).

A comunidade do Vale reunida, aceitou a proposta, no entanto, eram “todos muito pobres”, para não dizer “miseráveis”, segundo Ceretta. Para isso estabeleceram um contrato com Paulo Bortoluzzi, que assumiu todas as despesas. Em contrapartida ele deveria ser ressarcido pelos colonos da comunidade. Isso demonstra a importância e o comprometimento para o qual os habitantes do Vale estavam engajados em conseguir os sacerdotes no intuito de lhe prestarem “auxílio espiritual”. Para tanto, combinou-se com Antônio Vernier de vender uma propriedade que a família Bortoluzzi havia deixado na Itália com o fim de trazer os padres tão desejáveis<sup>78</sup>.

Este fato haveria de ser suficiente, para demonstrar de que espírito era animada a família Bortoluzzi, que eram dispostos a sacrificar o seu, para o bem espiritual de todos. [...] Daqui, se pode vêr, que, só, o interesse espiritual os moviam? Finalmente depois de alguns mezes, chegou uma carta a qual anunciava a vinda dos sacerdotes (CERETTA, 1941?, p. 32- 33, caderno I).

Em novembro de 1881, desembarcam em Porto Alegre os sacerdotes italianos Vítor Arnoffi e Antônio Sório<sup>79</sup>. Lá permaneceram em um hotel durante alguns dias, sem conseguir contato com os habitantes do Vale na Colônia Silveira Martins. Os padres nessa espera acabaram ficando sem dinheiro, não conseguindo quitar as dívidas do hotel no qual

---

<sup>77</sup> O caso de Vernier também é um exemplo da conexão estabelecida entre “os dois mundos” em cada lado do Atlântico, reforçando a tese de Vendrame (2013). Assim, ao conseguirem informações seguras a respeito dos locais em que haviam oportunidades reais para se assentarem enquanto colonos, migravam.

<sup>78</sup> Esses episódios descritos por Ceretta duraram quase três anos, desde partida de Vernier para a Itália em 1879 e a chegada dos padres ao Brasil no final 1881. Durante esse período, os colonos Paulo Bortoluzzi e Luís Rosso trocaram diversas cartas com Antônio Vernier acerca das tratativas relativas à vinda dos padres. Muitas dessas cartas encontram-se transcritas na obra de Righi, Bisognin e Torri, “Povoadores da Quarta Colônia” (2001).

<sup>79</sup> Conforme Vendrame (2013) “os padres Vítor Arnoffi e Antônio Sório, como muitos outros entusiasmados com as notícias que circulavam sobre as regiões de colonização no Brasil e motivados pela expectativa de ‘fazer a América’, como as famílias camponesas, comerciantes e artesãos de seu tempo, decidiram partir para o Rio Grande do Sul” (p. 61). Segundo a autora, os dois “eram colegas de ofício e amigos, e contavam com a mesma idade em 1881: 37 anos. Antônio Sório era um padre secular, natural da paróquia de Santa Maria de Zévio, província de Verona” (p. 62). Já “Vítor Arnoffi era um ex-frade da Ordem dos Menores de São Francisco, natural de Celarda S. Vittore, *comuna* de Feltre, província de Belluno” onde trabalhou como capelão em diversas paróquias até 1878, ano em que foi acusado de cometer “atos de luxúria” contra uma penitente, migrando alguns anos depois ao Brasil (p. 64).

estavam hospedados na capital à espera de notícias. Como solução, um dos sacerdotes, Vítor Arnoffi, deslocou-se para a sede da Colônia Silveira Martins enquanto o outro permaneceu no hotel à espera de sua volta, no intuito de avisar os colonos do Vale para que saldassem suas dívidas e assim, pudessem se dirigir para a Colônia com o intuito de ali se estabelecerem. Como Arnoffi não sabia o endereço do Vale, acabou se deslocando diretamente para a Sede, Silveira Martins.

As impressões de Ceretta com relação à sede colonial, era de que “deixavam-se ficar indolentes e inoperosos no progresso espiritual”, ao passo que os colonos da comunidade do Vale “trabalhavam e se esforçavam [...] para procurar o necessario as suas necessidades espirituais” (p. 35). Assim como a comunidade do Vale, a Sede também possuía um comerciante instalado. Era ele denominado “Prospero Pippi, toscano” e chegou ao barracão solteiro, tendo mais tarde casado com uma “moça de uma familia tiroleza”<sup>80</sup>. Prospero Pippi é descrito por Antônio como “católico naturalmente; mas com a cabeça cheia de ideias liberais e de indiferentismo” e assim como ele “foram mais ou menos todos os que aí se estabeleceram” na Sede. Para Antônio, Prospero Pippi possuía “educação e instrução cívica” respeitava os colonos do Vale e “em aparência não se mostrava hostil ao sacerdote”, talvez “para não prejudicar os seus interesses no negocio” afinal “mostava ter um pouco de cultura”, porém “nada de religião” (CERETTA, 1941?, p. 35 – 36, caderno II).

Para Antônio Ceretta, os colonos da Sede eram em geral “bons cristãos, que conservavam o amor à religião”, mas se deixavam “ficar inertes por não ter um chefe que o soubesse organizar”, e quando alguém surgia, havia forte oposição dos “garibaldinos da cidade nova”, os quais faziam “mofa”, chamando os católicos de “ipocritas, santarrões, beija bancos” e etc. Sobre estas hostilidades, Ceretta manifesta que:

É preciso aqui notar, que quando estamos obrigados falar de desacatos movido contra Vale Veneto por habitantes de Silveira Martins, não intendemos falar dos colonos, ou de todos os que habitavam em Cidade Nova [Sede Silveira Martins], mas sim de um grupo mais avançado<sup>81</sup> os quais se permitiam tudo porque se estimavam espíritos fortes, e mais não eram sinão mal educados. Os colonos, não.

<sup>80</sup> É interessante de se observar que em suas memórias, quando Ceretta se refere aos colonos de uma forma geral, identifica aos outros e a si enquanto “italianos” em oposição aos “brasileiros”. Quando faz referência entre os imigrantes, descreve-os a partir de seus respectivos locais de origem, ou seja, vênnetos, toscanos, tirolezes, entre outros. Nisso se verifica o fenômeno identitário denominado de *etnicidade*.

<sup>81</sup> Provavelmente Antônio Ceretta esteja se referindo aos membros da Sociedade de Mútuo Socorro fundada por Luís Mantica, como é descrito em suas memórias. Segundo o imigrante “esta sociedade tinha suas raízes na maçonaria, embora as conservasse bem coberta. Em Silveira Martins tinha-se afilhados todos os piores elementos que havia na chamada Cidade Nova [Sede] e alguns entre os colonos; mas quem era verdadeiro catolico, mantinha-se dela afastado, tanto mais que os componentes de mais influencia que a sustinham, eram todos sujeitos que não inspirava confiança” (1941?, p. 53). Geralmente essas associações procuravam difundir o sentimento de “italianidade” a partir dos ideais referentes à unificação italiana e aos heróis do *Risorgimento*, como Giuseppe Garibaldi. Tais referências eram consideradas uma afronta ao Papa.

Antes entre os colonos de Silveira Martins e os de Vale Veneto, havia perfeita harmonia (1941?, p. 49).

Nesse contexto, para Vécio (2001), a vinda dos sacerdotes

despertou a atenção dos moradores de Silveira Martins, que viam na presença dos padres no Vale Vêneto um desprestígio e, até mesmo, uma certa ameaça, uma vez que os registros de batismo, óbito, casamento, bem como a administração do cemitério, passariam a ser feitos pelos padres no Vale, o que os levaria a perder privilégios de sede da colônia (p. 56).

Quando o padre Vitor Arnoffi chegou na região colonial e foi procurar Bortoluzzi, acabou se estabelecendo na casa do comerciante Prospero Pippi por desconhecer o endereço do Vale. Desse engano, surgiu a ideia de que, como haviam dois sacerdotes, um se estabelecesse na Sede, ao passo que o outro se estabelecesse no Vale. Próspero Pippi acertou com Bortoluzzi de que poderiam dividir os custos da viagem, ficando assim um sacerdote em cada comunidade. Porém, esta também era uma decisão que deveria ser declarada ao Bispo de Porto Alegre, superior eclesiástico. Assim, formaram-se duas comissões, uma chefiada por Próspero Pippi e outra por Paulo Bortoluzzi que se dirigiram juntamente a Porto Alegre (CERETTA, 1941?, p. 37 – 40, caderno II).

Até aí não houve problemas. Estes iniciaram-se, segundo Ceretta, quando as duas comissões se encontraram com o Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Póspero Pippi havia sido encarregado de tratar com o Bispo, pois “falava melhor o português”<sup>82</sup>, e explicando toda a situação, “deu a entender ao Bispo” que os dois padres se estabeleceriam em Silveira Martins, fazendo com que Bortoluzzi e sua comissão ficassem “pasmados e ao mesmo tempo indignados” protestando em veemente desaprovação a postura de Pippi (p. 41 – 42). E a partir daí as desavenças entre a Sede e o Vale começaram a ganhar contorno.

No intuito de remediar a situação, o Bispo delegou a permanência de um sacerdote em cada comunidade, tendo, porém, que aquele sacerdote que se estabelecesse na Sede fosse “superior” e no Vale “inferior”. Na Sede, estabeleceu-se o padre Vítor Arnoffi, pois já conhecia algumas famílias que lá já haviam se estabelecido, e no Vale Vêneto permaneceu Antônio Sório<sup>83</sup>. A decisão do Bispo não agradou aos imigrantes do Vale Vêneto, pois a

<sup>82</sup> Próspero Pippi emigrou em direção à América em 1865 com apenas doze anos de idade. Naufragando seu barco na costa de Montevideú, aportou no Uruguai. Em 1878 abriu uma venda nos arredores do Barracão de Val de Buia, e mais tarde na Sede colonial de Silveira Martins (STEFANELLO, 2015).

<sup>83</sup> Tão logo o sacerdote se estabeleceu na comunidade, “reuniram-se o fabriqueiros e o snr. Paulo Bortoluzzi, e foram na casa canônica a tratar com o sacerdote acerca do modo para a sua manutenção, formando entre eles um contrato, conforme o qual o povo deveria contribuir”. De acordo com Antônio, “este contrato foi concluído muito amigavelmente e sem nenhuma dificuldades entre as duas partes”, ficando estabelecido que “para a

comunidade permaneceria submetida à Sede, tanto em relação aos padres como administrativamente (VENDRAME, 2007, p. 46).

Este fato desencadeou o que veio a se tornar uma rivalidade histórica polarizada entre as duas comunidades, inviabilizando “uma articulação política em condições e com força necessária para aglutinar os outros núcleos que já despontavam como importantes na agricultura e no comércio” (BOLZAN, 2015, p 362). De fato, a permanência de um sacerdote dentro das comunidades representava um avanço, entendido pelos colonos como moral e espiritual, mas não somente. Ter um sacerdote também representava um ganho material. O que fazia com que os interesses de comunidades diferentes conflitassem, pois, a fundação de novas comunidades de colonos geralmente eram iniciadas a partir da construção de uma pequena capela e com ela, uma venda. Logo, organizar a vida religiosa significava, em si mesmo, organizar a comunidade. Dessa maneira, a própria edificação da igreja ou capela, refletia diretamente a capacidade de os colonos sustentarem tamanhos empreendimentos. Com um sacerdote lotado na comunidade havia a possibilidade da realização de missas mais facilmente, atraindo o movimento de pessoas (inclusive de outras comunidades) e com isso o comércio.

Como se vê, os interesses materiais e espirituais encontravam-se imbricados, decorrendo disso conflitos a partir da permanência de um sacerdote residente na comunidade. Assim, não foi necessariamente o fervor religioso que moveram os interesses dos comerciantes Prospero Pippi e de Paulo Bortoluzzi, mas sim a possibilidade do lucro a partir do movimento que os sacerdotes produziram nas suas comunidades com a realização de missas<sup>84</sup>. Não se questiona aqui a fé do imigrante Paulo Bortoluzzi<sup>85</sup>, mas se salienta a convergência entre os interesses materiais e espirituais. Nesses relatos, os conflitos entre as comunidades indicam mais do que uma simples disputa por hegemonia econômica e espiritual na região. Elas demonstram o prosseguimento de conflitos que precederam a emigração ainda na Itália. De acordo com Bolzan

---

manutenção do sacerdote, o povo pagaria anualmente 1:095,000 Rs [um conto e noventa e cinco mil réis], correspondente a 3,000 réis diários” devendo ser pago trimestralmente. Além do vencimento fixo do sacerdote, haviam outros serviços que deveriam ser pagos particularmente. Assim “quem quisesse mandar rezar por propria conta missa, pagaria ao sacerdote 2,000 réis. Por um batizado 1,000, por casamento 5,000 réis. Visita aos doentes e sepulturas grátis”. Desse modo, pagariam “a importância de 1:095,000 réis” todos aqueles que se encontrassem entre os doze e os sessenta anos de idade. Para Ceretta, o sacerdote era tão importante para os colonos que embora o contrato parecesse pesado para os imigrantes que ganhavam tão mal “sentiam-se tão felizes por ter entre eles um sacerdote, que tudo sacrificavam para cumprir com seu dever” (1941?, p. 45-47).

<sup>84</sup> Essa visão é compartilhada por Vécio (2001), Vendrame (2007, 2013), Biasoli (2010) e Bolzan (2015).

<sup>85</sup> Para Bolzan (2015), a profunda religiosidade de Bortoluzzi pode ser auferida a partir das cartas trocadas entre Bortoluzzi (e Luís Rosso), Vernier e o Bispo de Porto Alegre durante as negociações para a vinda dos sacerdotes conforme desejava.

certo é que os imigrantes italianos, em seus conflitos locais, durante um bom tempo reproduziram as antigas lutas camponesas ainda na Itália, nos seus enfrentamentos com os liberais (p. 65, 2015)

Ainda que não seja possível que Ceretta tenha testemunhado qualquer desses eventos, seus relatos são importantes registros acerca dos conflitos entre dois grupos de imigrantes na zona colonial. Sua participação nos eventos narrados não é possível porque, primeiramente, chegou com sua família na zona colonial em 1880, e secundamente, por ainda não ter se tornado um “homem” até que completasse dezoito anos, não tendo, portanto, participado ativamente de quaisquer decisões dentro da comunidade do Vale. Já seus relatos são importantes por pelo menos dois fatores: primeiro, seus registros indicam a existência de uma polarização bastante clara, entre “católicos” e “liberais”, descrevendo a Sede como sendo menos religiosa<sup>86</sup>; e segundo, a importância atribuída ao papel de Bortoluzzi e Rosso, que agiram ativamente em “benefício do desenvolvimento religioso” de sua comunidade, o que deixa evidente a qual grupo de imigrantes Antônio pertencia – o grupo de católicos. Seu sentimento de pertença de “bom católico” também é um indicativo dos projetos e das estratégias de vida dos quais o imigrante Antônio Ceretta se utilizou, estabelecendo relações com Bortoluzzi, e especialmente Luís Rosso, em uma ambiência que permaneceu intimamente ligada ao desenvolvimento da religiosidade católica. Foi a partir dessas redes de relacionamento que Ceretta organizou sua vida e migrou rumo a outros núcleos da zona colonial em expansão, atuando como agricultor, professor e catequista.

## 2.5 VALE VÊNETO, TREVISO E POLÊSINE: migrando em terras tupiniquins<sup>87</sup>

Migrar constituiu um “costume antigo” entre os italianos, conforme afirmou Vendrame (2013). E no Brasil, essas migrações não cessariam, muito pelo contrário.

---

<sup>86</sup> De acordo com Vendrame “não se pode afirmar que os imigrantes de Silveira Martins eram menos religiosos que os de outros povoados. A questão era que, no lugar, havia uma diversidade maior de ideias e essa heterogeneidade dificultava a visão dos sacerdotes da Pia Sociedade das Missões. Foi a partir da interpretação dada por Schwin [padre palotino de Silveira Martins estabelecido em 1906 e que deixou suas memórias escritas] sobre a religiosidade da população da sede que criou a dualidade entre essa localidade e Vale Vêneto. Essa visão foi reproduzida pelos pesquisadores [padres] que escreveram sobre a vivência religiosa dos imigrantes” (2007, p. 153-154). Como afirmou Ceretta “os colonos em geral eram bons cristãos”, sendo os conflitos entre católicos e garibaldinos provenientes das provocações perpetradas por “um grupo mais avançado”.

<sup>87</sup> Tupiniquim aqui é uma referência à sinonímia de “brasileiras”.

Rapidamente, conforme as famílias cresciam<sup>88</sup> e os filhos mais velhos casavam, a busca por outros lotes tornou-se necessária. Esse processo foi denominado por Sponchiado de “enxameamento”<sup>89</sup>, e caracterizou os movimentos migratórios dentro da zona colonial de Silveira Martins. As áreas ocupadas por italianos se expandiram rapidamente a partir da comercialização de terras particulares que circundavam a região colonial, processo esse que se intensificou após a Proclamação da República (1889).

Antônio Ceretta após ter completado dezoito anos, adquiriu o direito à compra de um lote colonial, migrando juntamente com seu irmão mais novo, Massimiliano, para a comunidade de Novo Treviso e, posteriormente, para São João do Polêsine, onde permaneceu o resto da vida. Porém, Ceretta migrou somente em 1887, e até lá vivenciou o aumento das hostilidades entre a comunidade do Vale com a Sede, e do Vale com seu sacerdote, Antônio Sório.

Os desentendimentos se intensificaram a partir de 1884, quando um fato inesperado obrigou o vigário de Vale Vêneto, Antônio Sório a mudar-se para a Sede da ex-Colônia. Fato que “desassistiu” espiritualmente aos colonos que tanto haviam se esforçado pelo seu estabelecimento na capela de São Francisco de Assis.

No ano de 1882 a partir do Decreto nº 8.644, toda a zona colonial de Silveira Martins foi emancipada, “passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial”. Com isso, o Núcleo Silveira Martins passou a ser denominado de “ex-Colônia Silveira Martins”, estando agora sob jurisdição da Câmara Municipal de Santa Maria como 5º Distrito, e com isso também Vale Vêneto (SPONCHIADO, 1996). A partir disso, a região da ex-Colônia passou a ser administrada pelo governo provincial, fato este interpretado por Bolzan como uma clara intenção da redução de gastos por parte do Governo Imperial (2015). Com esta iniciativa, também cessavam os subsídios aos colonos.

---

<sup>88</sup> Após os Ceretta se estabelecerem no Brasil, sua família ainda cresceria, quando nasceram mais dois irmãos: Caterina Ceretta em 28 de março de 1882 e Augusto Ceretta, nascido no dia 10 de novembro de 1885 ambos em Vale Vêneto. Cf. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Livro Genealógico, p. 33.

<sup>89</sup> Luiz Sponchiado (1996) em “A Anágrafe de Nova Palma”, explora a criação do núcleo colonial a partir 1878 (demarcação efetiva dos lotes) a pouco mais de 1890, onde é demonstrado a vinda de diversas levas imigrantes durante processo de expansão da colônia através da compra e formação de novos núcleos a partir de lotes ofertados por particulares pralém das terras devolutas, ao qual Sponchiado denominou de “enxameamento”. O termo foi usado pela primeira vez por “Jean Roche para designar o deslocamento de pessoas de um meio rural para outro meio rural motivados pelo excesso de população ou esgotamento de terra” (SPONCHIADO, 1996, p. 68). Sponchiado classifica esse movimento migratório em três etapas, primeiramente a “acomodação inicial”, depois a “ocupação de vazios intermediários” e por fim a penetração dos “campos limítrofes”. Para saber mais, conferir Sponchiado (1996, p. 68 – 76).

Neste momento, porém, todos os imigrantes da zona colonial receberam os títulos de suas colônias, realizando o desejo por tanto tempo esperado pelos colonos: eram agora, definitivamente, proprietários de terras.

Contudo, o novo estatuto legislativo provocou alguns desconfortos na zona colonial, especialmente em Vale Vêneto. A insatisfação dos habitantes do Vale deu-se em relação ao pagamento de impostos para a construção de estradas. De acordo com Ceretta, os colonos deveriam cumprir “quatro dias de serviço ou seis mil réis em dinheiro: como quizessem escolher, pois tudo devia ser empregado na manutenção das estradas” (1941?, p. 54, caderno II). O principal problema, residiu no fato dessas estradas priorizarem a Sede da ex-colônia, gerando descontentamento e animosidades entre o pessoal de Vale Vêneto e a Câmara Municipal de Santa Maria<sup>90</sup>, pois não haviam boas estradas para escoarem a produção agrícola do Vale, prejudicando o trânsito e o comércio.

De acordo com Vendrame, o pessoal do Vale perseguiu desde o início o desejo por autonomia tanto administrativa como espiritual, especialmente com relação à Sede colonial que era Silveira Martins (2007). Isso se explica a partir dos modelos de comunidade preconizados pelas lideranças de cada lugar, divergindo política e espiritualmente. No Vale, o “espírito religioso católico se impôs como princípio de organização social” tornando-se mais tarde “o centro organizador da missão palotina comprometida inteiramente com o ideal ultramontano” (VÉSCIO, 2001, p. 76). Na Sede, “ao lado dos colonos católicos haviam os anticlericais, e se fazia presente uma loja maçônica que, se não funcionou por muito tempo, pelo menos demonstrou que havia espaço para um outro tipo de visão de mundo” (VÉSCIO, 2001, p. 76). Lá, a vida foi mais heterogênea<sup>91</sup>, e o conflito de ideias maior, além da presença de muitos profissionais liberais, como Próspero Pippi, além de maçons e anticlericais, em oposição aos colonos do Vale, devotos cristão e fiéis católicos.

A vinda dos padres Vítor Arnoffi e Antônio Sório garantiu, até certo ponto, a autonomia espiritual das duas comunidades, embora Antônio Sório, cônego de Vale Vêneto fosse submetido à autoridade de Vítor Arnoffi na Sede. Apesar das animosidades iniciais entre a Sede e o Vale, reinou relativa harmonia até 1884. No início deste ano ‘uma grave desgraça’ acabou por frustrar o ideal da comunidade de Vale Vêneto de ter um sacerdote

---

<sup>90</sup> Sobre as reivindicações do Vale com relação às estradas conferir Vendrame (2007, p. 169-178).

<sup>91</sup> Segundo Relatório apresentado pelo Ministro e Secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas residiam na zona colonial de Silveira Martins no ano de 1879, 1.465 italianos, 122 alemães, 112 brasileiros, 51 russos, 10 austríacos, 4 franceses e 5 “diversos”. Destes pelos menos 1720 eram católicos e 49 eram protestantes (apud RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 66).

residente, pois “depois de poucos dias de doença” a morte “colheu a P. Vítor, aos 25 de abril de 1884” (CERETTA, 1941?, p 59, caderno II).

De acordo com Ceretta, quando o padre Antônio Sório soube “que seu companheiro caiu doente, o foi visitar e assistir como bom amigo”. Após sua morte “lhe deu sepultura como sacerdote e chorou a sua perda” (1941?, p. 59). Seis anos mais tarde, foi a vez de Antônio Sório, que faleceu nos primeiros dias de 1900. A morte dos padres se envoltaria em mistérios e passaram a ser diferentemente retratadas no curso da história. Ceretta, enquanto uma “testemunha ocular de tais eventos” depurou dos registros da história, os escândalos que envolveriam a morte dos dois padres.

Existem duas versões acerca da morte de Vítor Arnoffi nos manuscritos de Ceretta. Na tradução feita por Antônio Ceretta em 1941, Arnoffi havia morrido após ter sido acometido por uma grave doença, relegando ao esquecimento, o escândalo que envolveu sua morte, diferentemente da versão escrita em 1894. De acordo com Vendrame, Vítor Arnoffi teria se suicidado após ter engravidado sua criada, Apálice Tezzele. Para a autora que utilizou em seus estudos os manuscritos escritos em vêneto em 1894, Antônio Ceretta

ao não apontar o que teria motivado a morte de Arnoffi, ressaltou que certo drama já era algum tempo observado. O falecimento do padre colocava fim à dúvida existente entre a população da colônia de que um *‘fato irreparável’* viesse a acontecer. Na sequência, ressaltou um provérbio para justificar a morte, afirmando ‘quem mal vive mal morre. E assim foi que ocorreu desgraçadamente para com ele [Arnoffi] porque os seus escândalos duram também depois de sua morte’, pois alguns malfeitores usaram ‘como instrumento para litigar e desonrar os ministros da Santa Igreja’ (2013, p. 67-68).

A mudança da perspectiva da narrativa de Ceretta indica o interesse em se manter imaculada a trajetória do desenvolvimento religioso na região em um contexto de moralização dos costumes que caracterizou os governos republicanos no Rio Grande do Sul e posteriormente durante o Estado Novo no Brasil, período em que Ceretta teria escrito suas memórias. Nesse sentido, suas memórias como “um exemplo para os presentes e os futuros” não poderiam mencionar acontecimentos que fossem de encontro às expectativas comportamentais de um pároco, ou seja de condutas consideradas imorais.

Após a morte de Vítor Arnoffi, Antônio Sório passou a rezar a missa “um domingo em Vale Vêneto, e outro domingo em Silveira Martins para não deixar aquele povo, privado totalmente do serviço religioso” (CERETTA, 1941?, p. 60, caderno II). Isto até que Silveira Martins providenciasse a vinda de outro sacerdote. Porém, conforme Ceretta, “aqueles de Silveira Martins foram escusados da fadiga de procurar outro sacerdote, pois P. Antonio [Sório] providenciou o caso para eles e para si próprio”, pois ambicionava “ser pároco

despótico de toda a Colonia inclusive Vale Vêneto impedindo assim, também que nenhum outro padre, na Colonia se estabelecesse” (p. 60)<sup>92</sup>. Nesse período em que assistiu às duas comunidades, o padre Antônio Sório começou a “mover queixas na igreja, com sermões ásperos contra aqueles que não satisfaziam prontamente o seu dever trimestral [os pagamentos do contrato anteriormente efetivado]”, e que por isso “sentia-se movido a se retirar” (CERETTA, 1941?, p. 61, caderno II).

A saída de Sório foi assentida pelos fabriqueiros do Vale, porém deveria “deixar o lugar livre” para que pudessem procurar outro sacerdote e que “devolvesse o dinheiro que o povo tinha pago pela sua vinda” (CERETTA, 1941?, p. 61, caderno II). Segundo Ceretta, esta desarmonia se deu até o “último domingo que rezou missa em Vale Veneto”, quando publicou na Igreja que “ia morar em Silveira Martins, mas que seria o Vigário de toda inteira a Colonia”. Nesta última missa teria Sório feito um sermão “contra o povo que pior não podia ser”, chamando o povo de “de gente má criada”, e exigiu “que antes de sair de Vale Veneto, queria ser reembolsado de tudo quanto ele tinha despendido junto à casa canônica” (1941?, p. 61-63, caderno II). Após esses incidentes os habitantes do Vale e Antônio Sório passaram a se recusar a realizar os pagamentos relativos ao contrato anteriormente estabelecido entre o vigário e sua comunidade de fiéis<sup>93</sup>.

A partir daí os habitantes do Vale se recusariam a pagar qualquer sacerdote que não possuísse residência fixa na comunidade, inclusive impedindo que Antônio Sório realizasse missas na capela de São Francisco. Segundo Antônio Sório em queixa movida ao Bispo, o comerciante Paulo Bortoluzzi, “espírito mau e inimigo da Santa Religião, teria feito o povo, “que se diz cristão”, a fechar “as portas de sua Igreja ao sacerdote”, e a partir do altar “exortava ele o povo” para que não o reconhecessem como vigário do lugar pois só assim poderiam “obter um padre para residir ali [no Vale]”. De acordo com Sório, Bortoluzzi para “seduzir o povo e alcançar seus egoísticos fins, finge-se o mais fervoroso crente e submisso

---

<sup>92</sup> Em correspondência de Antônio Sório para o Bispo de Porto Alegre datada de 20 de julho de 1884, declarou que segundo “seu ponto de vista julgaria oportuno que, tão logo” o Bispo “tivesse um sacerdote disponível, o que seria um imenso benefício, o designasse para cá [Vale Vêneto], determinando como fez no passado, um conveniente honorário [contrato de pagamento entre os colonos e o pároco], sem prejudicar os direitos do pároco [de Sório como superior eclesiástico em relação ao vigário de Vale Vêneto]. Para Antônio Sório “este povo [de Vale Vêneto] tem na verdade esse direito, porque fez esforços sobre humanos para tê-lo [ao padre] no passado, e se obrigou a providenciar todo o necessário para a sua Igreja. E até diria para prová-lo, que há um tabernáculo [venda e moinho de Bortoluzzi] e uma igreja decentíssima, permitindo que eu possa expor por muito tempo, para adoração do Santíssimo Sacramento” (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 326). A referida correspondência mostra o interesse de Sório estabelecer-se na Sede, ao passo que solicita um novo pároco para o Vale.

<sup>93</sup> No dia 5 de setembro de 1884 foi realizado um abaixo-assinado entre os moradores de Vale Vêneto, reunindo para tanto a assinatura dos moradores das Linhas 1, 2, 3, 4, 5 (dentre os quais se encontra Fabrizio Ceretta, pai de Antônio). No documento, “os abaixo-assinados, pertencentes a esta capela [São Francisco de Assis] declaram de não querer fazer pagamento obrigatório a qualquer sacerdote que não tenha residência fixa nesta localidade” (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 328 – 329).

cristão”, pois como negociante do lugar “ estando sua casa perto da Capela, tem todo o interesse de que haja missa, não todas as semanas como tenho celebrado, mas todos os dias, para atrair sempre fregueses para seu negócio<sup>94</sup>”.

E assim, após tantos desentendimentos, deixou Antônio Sório o Vale Vêneto fazendo-se “amaldiçoar daquele povo que tanto o havia desejado” (1941?, p. 63). A partir daí, Antônio Sório passou a assistir a paróquia de Santo Antônio em Silveira Martins até 1900, ano em que teria sofrido um “atentado”. Ceretta simplesmente não menciona absolutamente nada quanto ao caso do atentado sofrido por Sório em 1900. O silenciamento sobre os escândalos que envolveram a morte dos sacerdotes, recebeu em geral, um silêncio institucional da comunidade e da Igreja Católica, especialmente por estudiosos religiosos<sup>95</sup>.

A partir do caso da morte de Sório, Vécio (2001) procurou compreender os conflitos entre maçons e católicos na zona colonial de Silveira Martins. Isso porque segundo a tradição oral na comunidade nos dias de hoje, para alguns, a morte do padre teria sido encomendada pela maçonaria. Outra versão de sua morte, afirma que o atentado ao padre teria sido um ajuste de contas relativo à reparação à honra de uma moça que teria se envolvido com o sacerdote<sup>96</sup>, tendo por isso sido castrado. A morte teria sido acidental. A tese de Vécio é de que a morte do padre não fora articulada pela maçonaria. Para o autor, a memória da morte de Sório, muito anos após o ocorrido, teria sido convenientemente cooptada em um discurso anti-maçom, sendo perpetrado através do periódico institucional católico, a Revista Rainha dos Apóstolos. Esse discurso teria partido do pesquisador da história da região colonial, o Padre Luiz Sponchiado, um dos organizadores das comemorações do centenário da colonização italiana, mencionado brevemente no Capítulo 1.

No discurso da revista, a maçonaria fora automaticamente relacionada ao anticlericalismo, socialismo, comunismo, liberalismo, etc. Para Vécio, a morte do padre foi resgatada para se “confirmar a prática perversa de um inimigo que se imiscui na ação pastoral da Igreja”, redimindo desse modo o padre Sório, nomeando aos “malfeitores” a maçonaria,

---

<sup>94</sup> Carta de Antônio Sório para o Bispo de Porto Alegre datada de 15 de setembro de 1884 (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 30-32)

<sup>95</sup> Para Bonfada (1991) por exemplo, Vítor Arnoffi teria morrido em “circunstâncias misteriosas” (p. 29). No álbum do “cinquentenario della colonizzazione del Rio Grande del Sud”, a morte de Arnoffi é apenas mencionada: “morto D. Arnoffi ai 25 aprile 1884, fu destinato a Silveira Martins D. Sorio ” (2000, p. 114-115). Antônio Sório teria morrido, “il 29 dicembre 1899 per gravi lesioni riportati in seguito a caduta da cavallo” (2000, p. 115). Tradução livre: "Morreu D. Arnoffi 25 em abril de 1884, sendo destinado a Silveira Martins D. Sorio" [...] “Antônio Sório morreu em 29 de dezembro de 1899, por lesões graves relatadas após a queda de um cavalo”.

<sup>96</sup> Vendrame (2013) utiliza o episódio para compreender as práticas de justiça que operavam no mundo colonial entre italianos. De acordo com a autora, o crime permaneceu com “ares de vingança”, relativo à reparação de honra familiar.

articulando dessa forma o discurso oficial da Igreja com relação à morte do Padre Sório (2001, p. 286-287). Nisso garantia-se também resguardar a imagem da imaculada Igreja, depurando da memória institucional os escândalos sexuais que envolveram agentes do corpo clerical.

Em suas memórias, Antônio Ceretta demonstra seu desconforto em ter de mencionar a memória da atuação de Sório na comunidade do Vale. Ele também não menciona nada sobre o caso que envolveu a morte de Sório<sup>97</sup>, reservando-se a comentar após sua saída do Vale, que:

nos que estamos escrevendo estas memórias, estamos bem contente em escrever esta última observação (foi a última desavença) pois o que fomos registrando em agravo dele, só fomos obrigado fazê-lo pela ligação dos acontecimentos históricos que estavam ligados a P. Antonio, o qual daquele momento pareceu ter outro rumo à sua vida agitada, e passou os últimos seus anos, em fazer o bem. Deus tenha à sua vista (1941?, p. 100-101).

Após a saída de Sório do Vale, rapidamente as lideranças da comunidade trataram de dar providência com relação à vinda de novos sacerdotes. Conforme Vendrame (2007), os imigrantes ao verem seus interesses ameaçados, confrontaram Sório para garantir o desenvolvimento religioso do Vale Vêneto independentemente da Sede. Como se vê, mais uma vez os interesses materiais e espirituais encontravam-se imiscuídos. Neste sentido, novamente Ceretta exalta a profunda religiosidade dos “heróis católicos” de Vale Vêneto, conforme se vê no trecho a seguir:

Nos dias de grandes tribulações quando parecia que tudo estava perdido, haviam pessoas, que não deixavam por momentos em pensar de remediar o mal, porque seu coração pulsava de verdadeiro amor pela religião. Essas pessoas foram Luiz Rosso e Paulo Bortoluzi, que unidos aos fabriqueiros e a alguns outros, pensaram em recorrer outra vez ao Vernier que ainda se achava em Italia [...] Vernier achava-se naquele tempo em Alexandria de Piemonte onde parece tivesse encontrado agasalho em casa de piedoso sacerdote. Então Luiz Rosso escreveu-lhe quisesse procurar outros sacerdotes que quisessem aceitar vir em socorro a este pobre povo porque abandonando dos primeiros. Mas que procurasse sacerdotes bons e virtuosos e por andar com mais segurança, pertencesse a alguma ordem ou congregação (CERETTA, 1941?, p. 106-107).

Na Itália, Antônio Vernier teria entrado em contato com a Pia Sociedade das Missões, que enviara o padre Guilherme Whitmee como procurador ao Vale no intuito de ali estabelecer uma missão. No final de julho de 1886 chegaram ao Vale Vêneto quatro padres palotinos: Guilherme Whitmee, José Bannin, Jacó Pfändler e Francisco Schuster (CERETTA,

---

<sup>97</sup> Talvez principalmente em função das memórias referirem-se apenas até 1886. Com certeza Antônio Ceretta estava ciente dos escândalos que envolveram a morte de Antônio Sório.

1941?), agora totalmente independente da Sede, espiritualmente. Neste mesmo ano o Decreto provincial 1570/1886 dividiu todo o território da ex-Colônia Silveira Martins, permanecendo a Sede ainda enquanto distrito de Santa Maria. O restante foi para Júlio de Castilhos, permanecendo o Vale Vêneto ligado administrativamente à Cachoeira do Sul.

De acordo com Vendrame, a

tripartição veio atender a vontade de parte da população da ex-colônia que desejava se afastar do controle da sede e, conseqüentemente, da interferência administrativa santa-mariense. Para os imigrantes de Vale Vêneto e os povoados circunvizinhos, era a concretização de um ideal, já que acreditavam que seria melhor pertencer a Cachoeira do Sul, pois o término dos vínculos com Silveira Martins e Santa Maria possibilitaria alçar ao tão desejado progresso, tanto econômico quanto religioso (VENDRAME, 2007, p. 213).

O relato de Ceretta acerca da recepção dos sacerdotes contém importantes indícios que podem revelar como se processavam a manutenção das identidades dos colonos italianos. Segundo o imigrante

saíram de V. Veneto mais de cem pessoas a cavalo e foram recebe-los em Arroio do Só trazendo também quatro cavalos para os Padres. A cavalgada era imponente: com à frente quatro bandeiras, isto é: A Brasileira, a Italiana, a Pontifícia e a Branca em sinal de Paz<sup>98</sup> (CERETTA, 1941?, p. 119, caderno IV).

Conforme mencionado no início deste Capítulo, a Pia Sociedade das Missões esteve inserida dentro do contexto do processo de restauração da Igreja Católica que visava se fortalecer diante do avanço liberal na Europa. Nesse sentido, a bandeira da Itália representaria uma afronta ao Papa, tendo em vista que durante o processo revolucionário, diversos territórios pontifícios foram tomados pelas tropas de Giuseppe Garibaldi, um maçom carbonário. Diante disso, embora possa parecer contraditório, a presença da bandeira italiana poderia significar o modo pelos quais os imigrantes identificavam-se em relação aos brasileiros<sup>99</sup>. Nesse sentido, segundo Zanini o processo de passagem para o italiano genérico se deu devido à forma como a sociedade local os concebia, ou seja, indistintamente italianos, mas que acima de tudo, identificavam-se como católicos (2006, p. 124). Talvez por isso os imigrantes tenham hasteado juntamente às duas bandeiras nacionais e a pontifícia, a branca em “sinal de paz”. Conforme Ceretta, a imponente cavalgada também chamou a atenção dos brasileiros habitantes do campo que nada sabiam, fazendo com que saíssem de

<sup>98</sup> Não existe diferença neste trecho durante a tradução dos manuscritos de 1894 e 1941.

<sup>99</sup> Esse entendimento também é compartilhado por Vendrame (2007).

suas casinhas, ou ranchos cobertos de capim, e vendo aquela cavalgada enfrentada por 4 bandeiras, iam-se perguntando uns aos outros: mas que diabo é isto? Será alguma revolução? Mas quando souberam se tratava exclamavam entre eles: estes gringos são diachos (CERETTA, 1941?, p. 119, caderno IV)!

## Segundo Vendrame,

Ao tomarem a iniciativa no sentido de permitir a instalação da Pia Sociedade das Missões, as lideranças de Vale Vêneto se aliaram aos padres palotinos para possibilitar que o lugar se desenvolvesse economicamente. Esse desenvolvimento na visão dos imigrantes, só aconteceria se houvesse uma estruturação do espaço religioso (2007, p. 43).

Neste sentido, Paulo Bortoluzzi “fora um dos poucos imigrantes que buscou adquirir influência na sua comunidade através da Igreja e não da Maçonaria, como fazia a maior parte dos comerciantes” (POSSAMAI apud BOLZAN, 2015, p. 70), como Prospero Pippi. Para assegurar a hegemonia do Vale Vêneto como referência regional, tanto economicamente como espiritualmente

Rosso auxiliou Bortoluzzi em suas casas comerciais espalhadas por vários núcleos coloniais, como Novo Treviso, Ribeirão, São João do Polêsine e Núcleo Norte. Esse conjunto de estabelecimentos garantiu uma verdadeira “rede” de negócios por toda a área da ex-Colônia Silveira Martins” (BOLZAN, 2015, p. 70)

Porém, não era somente através da criação de casas comerciais que Bortoluzzi procurou estabelecer sua rede de relações. Segundo Ceretta, Bortoluzzi metia-se em “todos os ramos comerciais”. Além de suas casas de comércio, nas imediações da ex-Colônia Silveira Martins, Paulo Bortoluzzi investiu no mercado de terras como estratégia para garantir prestígio social e a prosperidade econômica (VENDRAME, 2013, p. 131). Silveira Martins havia recebido sua primeira leva de imigrantes em 1877, posteriormente a outras regiões do nordeste do Estado, Vale Vêneto em 1878 e São João do Polêsine somente em 1893<sup>100</sup>. Foi

---

<sup>100</sup> Polêsine não fazia parte da ex-colônia Silveira Martins, e originou-se a partir de uma expansão patrocinada por particulares na área próxima ao rio Soturno, conhecida por terras de Manoel Py. As propriedades sobre as terras que circundavam o rio Soturno foram dadas a título de pagamentos a antigos combatentes da Guarda Nacional, durante e após a Guerra do Paraguai. Manuel Py foi um comerciante português “matriculado no tribunal do comércio da capital federal” e residente em Porto Alegre, que designou o imigrante italiano Paulo Bortoluzzi para que vendesse suas terras àqueles imigrantes interessados em lotes coloniais que não fossem os oferecidos pelo Estado brasileiro na época. Assim, o imigrante ficou na incumbência de administrar e vender aquelas terras mais baixas, localizadas próximas ao núcleo colonial do Vale Vêneto, pondo nos jornais impressos da época, reclames a respeito da oferta das novas terras. Paulo Bortoluzzi passou a comercializar os lotes aos imigrantes que residiam em Vale Vêneto, em Ribeirão Aquiles e em Silveira Martins, vendendo um total de quarenta lotes a partir da divisão das terras de Manoel Py. Escritos Sponchiado, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa São João do Polêsine.

em Polêsine que Antônio Ceretta destacou-se como uma liderança comunitária, atuando juntamente com Luís Rosso durante os primeiros anos. Foi somente na nova comunidade, aos 31 anos de idade que Ceretta passou a atuar enquanto catequista e professor, “largando da enxada, para tornar-se mestre escola”.

Antônio conheceu Luís Rosso quando “habitava com os pais” em Vale Vêneto. Segundo Ceretta, ele teria se transferido para a colônia de Novo Treviso<sup>101</sup> por ter conseguido obter do governo um lote colonial. O lote de número 222 da Linha 4 (Linha São Caetano), foi cedido pelo governo imperial no dia primeiro de agosto de 1887<sup>102</sup>, tendo Antônio Ceretta casado no dia 31 do mesmo mês com Thereza Antoniazzi<sup>103</sup>, filha de Ângelo Antoniazzi e Maria Baldassin<sup>104</sup>. Neste mesmo período, seu irmão mais novo Massimiliano Ceretta, se estabeleceu no lote colonial de número 180 na Linha 4, também em Novo Treviso, porém relativamente distante de seu irmão Antônio.

Na nova comunidade Luís Rosso atuava como pedreiro na construção da nova igreja, e também prestava auxílio na loja de comércio de seu amigo Paulo Bortoluzzi (VENDRAME, 2007, p. 81). Foi durante o período que morou em Novo Treviso que Ceretta e Luís Rosso, “dois homens de diferente idade mas de igual pensamentos, estreitaram entre eles amizade” (CERETTA, 1941?, p. 23, caderno I).

Em Novo Treviso “a situação econômica naqueles tempos era tão difícil quanto transitar pelas estradas estreitas e lamacentas” (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 79). Lá, Ceretta e sua esposa teriam permanecido até 14 de junho de 1894, vendendo sua propriedade para Nicola Rosso, filho de Luís Rosso, casado com Pierina Antoniazzi<sup>105</sup>. Segundo registros, Antônio e Thereza teriam “caído em extrema pobreza e abandono<sup>106</sup>”, retornando para a casa do pai em Vale Vêneto. Aqui se vê mais uma vez presente as estratégias parentais utilizadas

<sup>101</sup> Antigamente foi denominada de Geringonça “pela Comissão de Demarcação de Terras do Engenheiro Siqueira Couto e quer dizer ‘confusão’, por estar localizada em vales de difícil acesso. O antigo núcleo, colonizado pelo Governo Imperial de D. Pedro II, abrangia aproximadamente 100 lotes, localizados no meio de montes e vales, com pequenos rios que se separavam um núcleo do outro, sendo um o Rio Formoso e outro, o Rio Trombudo (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 79).

<sup>102</sup> É concedido o lote nº 222 do Núcleo Soturno, com 220 mil m<sup>2</sup> por 132\$000 réis, tendo sido quitado em 30 de junho de 1895. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Família Ceretta, Escritos do padre Luiz Sponchiado.

<sup>103</sup> Antônio Ceretta casou com Thereza Antoniazzi no dia 31 de agosto de 1887 na Igreja Santo Antônio de Pádua em Silveira Martins na presença do padre Antônio Sório. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Família Ceretta, Certidão de Casamento. Thereza Antoniazzi fora parteira e massagista, conforme registros do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

<sup>104</sup> Neste mesmo ano morreu a mãe de Antônio Ceretta, Orsola Dal Santo, acometida por Tifo no dia 28 de novembro de 1887. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Família Ceretta, Escritos Sponchiado.

<sup>105</sup> Pierina teria casado primeiramente com Giacomino Ceolin, morrendo provavelmente pela epidemia que atingiu Novo Treviso em 1892. Segundo relatos, a epidemia teria deixado 18 mortos (BONFADA, 1991, p. 200).

<sup>106</sup> Escritos Sponchiado, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Família Ceretta.

pelos imigrantes, que procuravam migrar em busca de novas oportunidades frente aos momentos de dificuldades, apoiando-se mutuamente.

Durante os sete anos que permaneceram em Novo Treviso, Antônio e Thereza tiveram dois filhos: a primogênita Raphaëlle Ceretta em 08 de novembro de 1890 e Flori Fabrízio Ceretta em 08 de outubro de 1892<sup>107</sup>. Em suas memórias, Ceretta não menciona suas atividades enquanto agricultor. Provavelmente o casal tenha se mudado devido às dificuldades encontradas em sua colônia, pois faltavam braços para trabalhar a terra. Com os filhos pequenos e o lote colonial longe de seu irmão Massimiliano, o retorno de Ceretta e sua esposa juntamente com os filhos para a colônia do pai no Vale pode ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência frente à carência de recursos imediatos. Não se sabe se Massimiliano teria retornado ao Vale junto com Antônio no mesmo período, no entanto os dois adquiririam juntamente um lote colonial na comunidade de Polêsine, após dois anos no Vale.

Diferentemente de Novo Treviso, região escarpada com diversos montes, as planícies do Polêsine facilitavam a agricultura e o comércio, sem mencionar sua boa acessibilidade. Sendo o lugar “prometedor”, Luís Rosso juntamente com sua família, abriram uma “vendinha”, dando-a para reger seu filho, João Rosso (CERETTA, 1941?, p. 18, caderno I). Ali no Polêsine, se avizinhariam da família Rosso, Antônio Ceretta e seu irmão, que acabaram dividindo um novo lote colonial através da intermediação de Paulo Bortoluzzi em março de 1896<sup>108</sup>.

De acordo com Vendrame, “uma das características das transações mediadas por Bortoluzzi foi a venda de lotes de terra contíguas para indivíduos que pertenciam ao mesmo agregado parental” (2013, p. 132). Segundo a autora essa prática era bastante comum entre as famílias, trazendo segurança e assegurando ao grupo que os descendentes teriam terras para cultivar, garantindo assim seu futuro sustento. Para Vendrame, com a prática da venda de terras para imigrantes aparentados entre si, ao mesmo tempo em que beneficiava indivíduos ligados por laços de sangue, Bortoluzzi também ampliava sua influência na região colonial (2013, p. 132).

A “vendinha” dos Rosso tornou-se logo “o ponto de reunião do povo nos domingos e dias santos” que logo “depois do meio dia aí se reuniam para divertirem-se um pouco, jogando às bolas ou as cartas e regando a guela com algum trago ” (CERETTA, 1941?, p. 17, caderno I). Para Ceretta esses momentos significavam para “os pobres colonos um pouco de

<sup>107</sup> Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Livro Genealógico, p. 33.

<sup>108</sup> Escritos Sponchiado, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Família Ceretta.

passatempo e algum conforto na sua vida rude e trabalhosa”, além de servir “para ligar relações entre esses novos habitantes dando-lhe enseio de comunicarem-se entre eles suas idéas”. Conforme Antônio “a falta que, quasi todos, sentiam era, não ter uma Capelinha para aí reunirem-se com a família e rezarem, ao menos, o terço em comum” (1941?, p. 17-18).

Na falta de uma capela, teria Antônio se unido “ao seu íntimo amigo Luís Rosso e outro seu conhecido [Domenico] Cardonetti” para estimular o povo no intuito de organizar o espaço religioso da comunidade. Assim, em 1896, os três imigrantes foram eleitos fabriqueiros<sup>109</sup>, no intuito de organizarem os preparativos para a construção da capela, do cemitério e de uma escola elementar na comunidade. Assim, até que a capela ficasse pronta, “num canto do armazém da venda” colocaram os colonos “um pequeno altar movel, que se podia facilmente armar e desarmar” para que desse modo pudessem “rezar o terço” e “ensinar também o catecismo a gurizada” (CERETTA, 1941?, p. 21-22).

Na falta de padres fixos que atendessem as comunidades em expansão, os cultos comunitários tomavam “características leigas, pois o terço dominical era puxado por um leigo, também escolhido pelo grupo” assim como a catequese que “era ministrada por alguém mais instruído”. Esse eram chamados de “*prete de scapoera*” (DE BONI; COSTA, 2000). Como Antônio Ceretta havia sido alfabetizado na Itália, ou seja, sabia ler e escrever, Luís Rosso acabou indicando-o para que ensinasse “catecismo à gurizada” do Polêsine, atividade que exerceu até o final de sua vida.

Para o imigrante Antônio, o “primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir” era uma “Capela que se construía em madeira”, que mais tarde “deveria ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorno de si reúne seus pintos, e assim o foi também com Polêsine” (1941?, p. 12, caderno I).

A capela foi construída em madeira entre 1897 e 1898 em um terreno doado por Manuel Py, através da intermediação de Paulo Bortoluzzi, tendo sido benzida no dia 23 de janeiro de 1899<sup>110</sup>. Como se vê “concomitantemente à ocupação de novas áreas pelas famílias italianas foi surgindo a necessidade da fundação de comunidades, geralmente iniciada a partir da construção de uma pequena capela” (VENDRAME, 2013, p. 130). Agora que a capela

<sup>109</sup> Questa popolazione abitante questa località attualmente nominata Polesine, conoscendo subito dopo di esserci instalati in questi loti coloniali, che era loro di necessità un cimitero e una capella, nominarono o il giorno 7 Settembre dell anno 1896 una commissione col titolo di fabbricaria, onde si prestasse per la edificazione del medesimo. Quindi reunitisi nell detto giorno votarono le tre seguenti persone cioe Ceretta Antonio, Feron Silvio e Bertoldo Guerino [...] Questo ultimo [...] al quale fu sostituido Cardonetti Domenico”. Ainda em 1897 uma nova eleição teria elegido “Rosso Luigi [Luís], Ceretta Antonio, Cardonetti Domenico”. Os três imigrantes teriam sido reeleitos novamente em 1899. In: Registro della fabbricaria della capella di San Giovanni Battista in Polesine anno 1896 – 1899. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa São João do Polêsine.

<sup>110</sup> Escritos Sponchiado, Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Caixa Polêsine.

estava finalmente construída, a comunidade poderia se organizar e desenvolver, pois estruturar o espaço religioso significava para grande parcela dos colonos, estruturar a própria comunidade. Essa importância pode ser verificada através do relato de Ceretta, onde afirma que agora que “a Capela estava erigida Canonicamente [...] já estava assegurado o futuro religioso deste povoado”, e com isso “mais nada se podia temer” (p. 34, caderno II).

Figura 12 - Primeira capela em São João do Polêsine em 1898.



Fonte: Reprodução feita pelo autor do original em 26/08/2015. AHNSC, Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

Todos estes eventos narrados são importantes para demonstrar a rede de relações, que se estabeleceram dentro da zona colonial, a partir da ação das lideranças locais, especialmente Rosso e Bortoluzzi através da estruturação dos espaços religiosos e do comércio. Mesmo que as memórias de Ceretta não indiquem necessariamente a densidade dessas relações, elas demonstram ao menos sua existência. Assim, as “redes” de relacionamento indicadas nas memórias de Ceretta parecem operar do seguinte modo: o comerciante, aqui no caso Paulo Bortoluzzi ou Rosso, provêm a estruturação do espaço religioso, esses atuam nas capelas

próximas à venda do comerciante; conforme os novos núcleos cresciam, a capela tornava-se uma igreja – construída geralmente em material – e aí entra o papel do pedreiro Luís Rosso. A inserção de Ceretta nessa rede se deu através de sua atuação como “prete de scapoera”, e cuja indicação teria partido de seu amigo, Luís Rosso. Segundo Levi

Redes de clientela e proteção, redes de amizade e reciprocidade, redes de crédito e de troca são elementos essenciais em jogo frequentemente sobrepostos de maneira com os laços de consanguinidade e afinidade (LEVI, 2015, p. 18)

Os conflitos registrados pelo imigrante são importantes fontes que permitem revelar como ocorriam a produção e a manutenção das identidades locais, especialmente entre os colonos, revelando muito mais do que disputas por poder e nuances das políticas locais. Seus registros apontam a importância da religiosidade católica para a maioria dos colonos (no olhar de Ceretta), e revelam disputas que se deram entre “católicos” e “não católicos” através dos relatos acerca das divergências entre a Sede e o Vale em torno da questão dos padres residentes. Pode-se pensar que esta divisão estabelecida pelo imigrante seja fruto do contexto em que se delineou a produção de suas memórias, dedicando-as especialmente para um sacerdote católico durante a década de 1940. Disto se depreende que a motivação da produção de seu texto seja o reconhecimento pelos feitos dos habitantes que lutaram pelo desenvolvimento religioso das comunidades da região colonial, especificadamente Vale Vêneto e São João do Polêsine. A perspectiva de Ceretta ao representar os colonos do Vale como sendo mais religiosos também pode ser interpretado como um “modelo de comunidade” desejado pelos imigrantes. A fixação da Ordem dos Palotinos na comunidade do Vale Vêneto e, posteriormente, em Polêsine em detrimento da ex-Sede pode ser compreendido como o sucesso de um modelo de comunidade almejado pelos colonos, cujo desenvolvimento da religiosidade e a fixação da Igreja Católica levou as comunidades imigrantes ao progresso moral e material.

A ausência de conflitos entre os colonos sob motivações étnicas, também é um fator interessante de se registrar aqui: em suas memórias, os conflitos, pelo menos nos primeiros anos, parecem estar ligados mais à questões políticas, religiosas e morais, e juntamente, econômicas - o que reforça a tese de que a religiosidade foi um dos elementos centrais durante o processo de enraizamento dos colonos italianos no Brasil meridional.

A importância atribuída aos locais da construção da capela e da venda encontra-se nos dois conjuntos documentais produzidos por Ceretta, primeiramente em Vale Vêneto, e

posteriormente em São João do Polêsine. Apesar de constituírem relatos cujo espaço temporal difere, as disputas em torno das questões materiais e espirituais permanecem. Portanto, essas querelas não eram produzidas a partir de interesses materiais travestidos de espirituais, pois no entendimento da maioria desses imigrantes, esses elementos eram convergentes e inseparáveis.

Além da religiosidade, outros elementos fizeram parte do processo das manutenções identitárias dos grupos de imigrantes nas zonas coloniais. Dentre esses elementos encontra-se a língua. Após a proclamação da República um novo período foi inaugurado dentro da história dos imigrantes italianos. E nesse período, um forte processo de nacionalização passou a pautar as ações do Estado no intuito de estimular a formação de uma cultura dita nacional. Esse processo de nacionalização deu-se através de duas vias: uma delas foi o processo escolar conjuntamente à ação pastoral da Igreja Católica, e o outro foi a repressão, especialmente durante a ditadura do Estado Novo.

### **3 DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO: “Naqueles tempos os nossos governantes não se sentiam queimar o coração desta chama de nacionalismo atual”<sup>111</sup>**

Antônio Ceretta é bastante claro quanto à importância do desenvolvimento da religiosidade católica dentro das comunidades imigrantes italianas. De fato, o contingente imigrante bastante heterogêneo, composto por diversas estirpes e dialetos italianos, encontrou na religiosidade católica seu idioma comum (ZANINI, 2006). Na nova pátria, essa religiosidade também representou o elemento que possibilitou a assimilação desses imigrantes à cultura dita nacional.

Em suas memórias, Ceretta afirma que os imigrantes eram deixados “no mais completo descuido, e ninguém tomava a peito dar a esta crescente massa de novo povo, um endereço de cultura para formar o verdadeiro espírito nacional” de modo que nas “regiões coloniais enquanto a instrução cívica” eram “deixadas naqueles tempos em um total abandono, que devia mais tarde, explodir num fanatismo exagerado” (1941?, p. 35 – 36). Essas observações do imigrante, constituem indícios que revelam o contexto vivenciado por Antônio Ceretta, durante o período que se estendeu da Primeira República ao Estado Novo (1889 – 1945).

A vinda de imigrantes para o Sul do Brasil e para a região Sudeste diferiu nas intenções e nas formas de organização desses imigrantes. No Sul o processo migratório foi reduzido se comparado com a região Sudeste. Também, o perfil dessa imigração divergiu sobremaneira: No Sul, diferentemente do Sudeste, vieram mais famílias, pois o governo imperial tinha a intenção de estimular o estabelecimento e o vínculo à terra, com uma clara intenção de povoamento de terras “desabitadas<sup>112</sup>”. Aqueles que se dirigiram ou ficaram na região Sudeste deveriam trabalhar em terras que não fossem suas, vendendo, portanto, sua força de trabalho num contexto que precedeu a abolição da escravidão no Brasil. Nesse sentido, os grupos vinham constituídos “basicamente por famílias, distinguindo-se nisto de diversas outras imigrações, como a de São Paulo no final do século [XIX]” (De BONI; COSTA, 2000, p. XI). A caracterização deste tipo de imigração fez com que se

---

<sup>111</sup> CERETTA, 1941?, p. 34, caderno II.

<sup>112</sup> Desabitadas aqui se refere às terras até então não ocupadas por europeus e descendentes. Estas se constituíam como zonas que não eram controladas pelo Governo Central, sendo habitadas por grupos originários, posseiros e quilombolas, como os chamados “brasileiros do sertão”, mencionados nas memórias do imigrante Julio Lorenzoni.

concentrassem na região Sul grandes extensões de terras ocupadas por estrangeiros que passaram, especialmente durante o Estado Novo, a serem denominados de “alienígenas”<sup>113</sup>.”

Após a Proclamação da República no 15 de novembro de 1889, Ceretta vivenciou um contexto de amplas transformações políticas e sociais que foram promovidas a partir de um projeto de construção de uma identidade nacional brasileira.

A partir desse período, houve uma orientação de políticas educacionais nacionalizadoras e da aproximação da Igreja com o Estado, baseadas nos ideais positivistas. Nesse sentido, as ações de um Estado relativamente ausente passaram a exercer forte controle do cotidiano de imigrantes nas zonas coloniais. Como anteriormente mencionado, Antônio Ceretta foi professor por um período de mais de quarenta anos, fazendo com que vivenciasse as modificações que se deram no que diz respeito à instrução escolar nos núcleos coloniais, além de atuar como “padre leigo”, ou “prete de scapoera”, vivenciou também a intensa atividade missionária, que através de suas ações, inseriam os imigrantes às exigências da nova ordem do Estado Republicano que se legitimava a partir da construção de um imaginário, cujos fundamentos foram o *trabalho*, a *fé* e a *pátria*. .

As diferentes identificações políticas, étnicas e religiosas passaram por um processo de homogeneização cultural, que decorreu da intensa atividade missionária, especialmente no Rio Grande do Sul. Na região da ex-Colônia Silveira Martins, esse processo se deu com a atuação da Pia Sociedade das Missões, a congregação dos padres palotinos.

O reforço ao catolicismo e a intervenção no processo escolar foram elementos que passaram a entrar na pauta das ações do Estado, no intuito de integrar esses imigrantes aos desígnios da nova pátria. Desse modo, o presente capítulo visa reconstruir a trajetória histórica do imigrante Antônio Ceretta e suas estratégias de sobrevivência no contexto das transformações que se operaram em torno da Primeira República e do Estado Novo (1889 – 1937), contextualizando também a produção de seus cadernos manuscritos. Também se verificará de que modo foi organizado o processo escolar dentro da zona colonial, e como esse processo foi afetado a partir das ações do estado cada vez mais interventor após as mudanças de regime político no Brasil meridional.

---

<sup>113</sup> A categoria “alienígena” — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade. A campanha foi concebida como “guerra” para erradicação de ideias alienígenas, com o objetivo de impor o “espírito nacional” aos patricios que formavam “quistos étnicos” erroneamente tolerados pelo liberalismo da República Velha. Seus idealizadores criticavam, sobretudo, a política de colonização com imigrantes mantida durante a Primeira República, argumentando que a elite não corrigiu os “erros” cometidos no Império, permitindo que estrangeiros formassem núcleos isolados, quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira (SEYFERTH, 1997, p. 95).

### 3.1 ENTRE O “CADERNO” E A “CRUZ”

As impressões de Ceretta acerca do processo de adaptação, indicam as fases que transcorreram até o momento (contexto) da produção dos manuscritos - o Estado Novo, onde o “fanatismo exagerado” contrastava com a realidade das “amplas liberdades” decorrente de um Estado relativamente ausente, que compreendeu ao período que vai desde o Brasil Império em transição para o regime republicano.

O “fanatismo exagerado” do qual Ceretta faz menção, pode ser atribuído ao período em que se processou a chamada “nacionalização”. Empreendida pelo governo autoritário de Getúlio Vargas durante a Ditadura do Estado Novo, a nacionalização compreende

As tentativas governamentais de eliminar aquilo que era chamado de “quistos étnicos”. Estes [quistos étnicos] eram formados pelas comunidades formadas a partir daqueles grupos imigrantistas que preservavam em certa escala o cultivo, consciente ou não, de características étnico-culturais. Pela constelação internacional da época<sup>114</sup>, os grupos mais direta ou expressivamente visados foram os de descendência japonesa, alemã e italiana (GERTZ, 2005, p. 44).

Após o golpe do 15 de novembro que instituiu a República no Brasil, iniciou-se um lento processo, no entanto crescente, do desenvolvimento de um sentimento nacional. Durante toda Primeira República (1889 – 1930), o processo de nacionalização deu-se especialmente por duas vias: por um lado, esteve o processo escolar, com a expansão do ensino público no Rio Grande do Sul; por outro lado, estiveram as relações de aproximação entre a Igreja e o Estado, “tendo integrado, por via de acomodação, todo um processo de conciliação que teve como objetivo a dominação sobretudo das mentalidades, no Rio Grande do Sul” (CORSETTI, 1998, p. 14). O ápice desse projeto nacionalizador, deu-se com a instauração da Ditadura do Estado Novo, e cujo processo acabaria por se tornar caso de polícia, via repressão às manifestações reconhecidamente estrangeiras.

Antes de avançar, é necessário compreender o processo de transição do regime político no Brasil, especialmente em nível Estadual, pois foi nessa realidade que Antônio Ceretta e sua comunidade experienciaram esse contexto de transformações.

A política migratória imperial, esperava, dentre outras coisas, que os imigrantes viessem em famílias, preferencialmente católicas (BOLZAN, 2015), por ser esta a religião oficial do Estado Imperial na época. Apesar de que nem todos professassem a religião

---

<sup>114</sup> Durante a Segunda Guerra, o Brasil entrou no conflito em 1942 em favor dos chamados aliados (EUA, Inglaterra, URSS) contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), o que veio a promover intensa campanha contra imigrantes italianos e descendentes no Brasil durante a ditadura do Estado Novo (1937 – 1945).

católica, ela compunha a religiosidade da grande maioria dos imigrantes, fato que ensejou a grande influência da Igreja Católica nas zonas de colonização italiana no Rio Grande do Sul (CORSETTI, 1998).

Embora tenha sido um projeto do Governo Imperial, foi durante a Primeira República que ingressaram os maiores contingentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (CONSTANTINO, 2007, p. 395). O problema, contudo, radicou no fato da imigração ter sido estimulada através de um projeto de centralização do poder imperial, cujo estímulo da povoação de terras devolutas no Sul do Brasil, “teve a atuação imediata do Deputado Geral Gaspar Silveira Martins, em relação à criação do núcleo colonial de Santa Maria da Boca do Monte<sup>115</sup>” (ROSSATO, 2012, p. 130).

Nesse sentido, a atuação política de Gaspar Silveira Martins em favor da imigração, não só na região central, mas em toda a Província do Rio Grande do Sul, fez com que, de acordo com Corsetti (1998) o crescimento econômico do complexo colonial, no século XIX, fosse acompanhado pela ascensão do Partido Liberal, do qual Silveira Martins fazia parte. Com a permuta de regime político, houve um rearranjo das forças políticas em nível Federal e também Estadual, fazendo com que no Rio Grande do Sul a reversão desse quadro se tornasse interesse premente dos republicanos, que passaram ao governo do Estado através do Partido Republicano Riograndense (PRR), cujo líder era Júlio de Castilhos<sup>116</sup>.

Contudo, a unificação italiana, processo que precedeu a grande migração de italianos, decorreu, como se viu no início do Segundo Capítulo, do avanço dos ideais liberais e republicanos, de modo que o ideal de República<sup>117</sup> fosse visto com desconfiança pela maioria dos colonos italianos no Brasil. Um dos caminhos utilizados pelo PRR, no sentido de cooptação da região colonial para o projeto político, econômico e social republicano, foi um processo de aproximação com a Igreja Católica que gozava de grande prestígio nas zonas

<sup>115</sup> Segundo Rossato “fica evidente que a designação de Silveira Martins à colônia foi em homenagem a Gaspar Silveira Martins, no momento em que este era Ministro da Fazenda do Império, e pelo reconhecimento de sua atuação política em favor da imigração. Assim, sua popularidade junto à Província foi reforçada pelos jornais da época, especialmente pelo jornal *A Reforma* (ROSSATO, 2012, p. 131). Para Marin “a escolha do nome *Silveira Martins* para nomear a colônia foi dos comerciantes, em geral maçons, embora o topônimo fosse submetido à apreciação popular. O nome homenageava Gaspar Silveira Martins, por ser um defensor da imigração europeia, em particular da italiana, e pelo fato de o político lembrar fisicamente José [Giuseppe] Garibaldi (2007, p. 168).

<sup>116</sup> Em nível federal, “durante o Governo Provisório republicano, Deodoro da Fonseca se encarregou de mandar Silveira Martins para o exílio. Portanto os republicanos somente conseguiram vencer os liberais depois do 15 de novembro e com a ajuda do governo republicano” (VÉSCIO, 2001, p. 183).

<sup>117</sup> De acordo com Marin “para os imigrantes católicos, o regime republicano era apoiado pelos maçons, ao contrário do regime imperial. A Monarquia católica contrapunha-se à República agnóstica, que separou o Estado da Igreja e permitiu a liberdade de culto. A República levaria o Brasil à ruína, pois, afastados de Deus e da Igreja, os governantes e os brasileiros mergulhariam numa crise moral que conduziria o país ao caos e à degeneração social. Os colonos afirmavam que a queda da Monarquia teria sido causada pela maçonaria. D. Pedro II era muito popular e respeitado, sendo representado como um rei idoso, católico, caridoso e paternal (2007, p. 170).

coloniais italianas. Desse modo, no Rio Grande do Sul o apoio da Igreja foi elemento importante no processo de dominação republicana no Estado (CORSETTI, 1998).

No Brasil, para a República que nascia e se legitimava tornou-se premente a elaboração de uma ideologia que legitimasse o regime através de símbolos, mitos, ritos e alegorias “cuja finalidade era atingir o imaginário<sup>118</sup> popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos” (1990, p. 10). Segundo José Murilo de Carvalho “havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo” (1990, p. 9). No Brasil instituiu-se o liberalismo à americana, e com isso o pacto federativo, pelo qual garantiu a autonomia dos Estados da União para a elaboração de suas respectivas Constituições Estaduais.

Por razões históricas específicas, o modelo positivista acabou seduzindo os republicanos do Rio Grande do Sul. Liderado por Júlio de Castilhos, as diretrizes políticas do Partido Republicano Riograndense (PRR) se afinavam com a filosofia política de Augusto Comte, influenciando sobremaneira na construção da filosofia política denominada de *castilhismo*<sup>119</sup>. Segundo Corsetti em linhas fundamentais, o positivismo comtiano, se expressou como liberalismo de cunho autoritário e conservador (2007, p. 296).

Ainda assim, apesar de bastante fiel aos preceitos da Política Positiva, Castilhos decurou-se de alguns aspectos do positivismo e “manteve uma clara manifestação venerante para com o Catolicismo” (SOARES, 2007, p. 364). Para Isaia pode-se compreender o padrão desse relacionamento por meio da convergência de aspectos entre o projeto comtista de governo, a prática política castilhista e a proposta da Arquidiocese de Porto Alegre. Segundo ele, a aproximação entre estes dois setores advém de um comum antiliberalismo compartilhado pelo PRR e a Igreja (ISAIA, 2007, p. 24). Tanto o positivismo comtiano incorporado ao PRR como a Igreja Católica valorizavam uma política alicerçada “na conservação da ordem e na perpetuação da autoridade do líder” (ISAIA, 2007, p. 26). Essa aproximação se tornaria mais intensa a partir da morte de Júlio de Castilhos, cujo sucessor,

---

<sup>118</sup> De acordo com Pesavento o imaginário consiste num “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo. A ideia do imaginário como sistema remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação. A referência de que se trata de um sistema de representações coletivas tanto dá a ideia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais que se constrói sobre a realidade, como aponta para o fato de que essa construção é social e histórica” (2008, p. 43).

<sup>119</sup> Conforme Rodríguez, compreende-se o castilhismo como “uma filosofia política que, inspirando-se no positivismo, substitui a ideia liberal do equilíbrio entre as diferentes ordens de interesses, como elemento fundamental na organização da sociedade pela ideia da moralização dos indivíduos através da tutela do Estado” (1980, p. 8), ou seja, uma adaptação que adquiriu “forma definida através de uma prática autocrática”, sendo caracterizada como o “núcleo antidemocrático das ideias de Comte, ajustado a uma experiência concreta” (1980, p. 12).

Borges de Medeiros, ao assumir o governo Estadual em 1898 ao mesmo tempo que intensificou tal aproximação, passou a enaltecer a imagem do imigrante italiano através do trabalho<sup>120</sup>.

Durante a Primeira República “o trabalho passou a ganhar um sentido ético, de legitimação, respeitabilidade, fecundidade e criação” de modo a estabelecer o contraponto “entre trabalho e escravidão”, e assim, a “construção ideológica republicana transformou o trabalho em ato enobrecedor por excelência” (SOARES, 2007, p. 293). A mesma ideologia que tipificava o trabalho como “ato enobrecedor” passará a ser enaltificado durante Varguismo, como uma continuação das políticas castilhistas e borgistas<sup>121</sup>. O trabalho passou a ser um dos elementos centrais dentro da ideologia que orientava o regime do Estado Novo (1937 – 1945).

Em 1891, fortemente pautada no ideário positivista, a Constituição Estadual se apresentava centralizadora, autoritária e dispunha liberdade para o ensino. Assim, durante toda a Primeira República (1889 – 1930) as políticas educacionais sofreram forte influência do positivismo, ao mesmo tempo em que cresceu a intervenção estatal nas escolas das regiões de colonização estrangeira. Porém, essa intervenção não foi imediata, e até que o ensino primário fosse oferecido pelo Estado, surgiriam muitas iniciativas para a formação de escolas comunitárias<sup>122</sup>, geralmente apoiadas por associações culturais italianas, que funcionariam até a primeira década do século XX.

Com relação ao ensino secundário, a Constituição Estadual deixou espaço para a livre iniciativa, de modo que favoreceu à Igreja montar uma rede de ensino no Rio Grande do Sul, o “que lhe facultava influir decisivamente na formação das elites”. Desta maneira “tanto o

---

<sup>120</sup> Talvez a maior expressão da representação do imigrante e do colono italiano como trabalhador árduo e cooperador do desenvolvimento da pátria durante o regime republicano seja a publicação pela editora Globo no ano de 1925 do álbum comemorativo do “Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: la cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud [Quinquagésimo aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul: a cooperação dos italianos com o progresso civil e econômico do Rio Grande do Sul] (1875-1925). Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. A capa do álbum ilustra muito bem a integração entre a representação do imigrante ideal, e trabalhador ao ideal positivista do governo republicano gaúcho. Ao centro da imagem, uma mulher encontra-se em pé sobre livros. À sua esquerda encontram-se vastos campos cultivados e à sua direita inúmeras indústrias e chaminés acompanham grandes centros urbanos. A mulher representa o ideal de pátria [a república], os campos e as indústrias representam o trabalho e, conseqüentemente o progresso. A base que funda a ordem e o progresso da república, são os livros que representam a educação, através da instrução. Todos empenhados pela “Ordem e o Progresso”.

<sup>121</sup> Para Maria Izabel Noll, existe uma “sequência lógica entre Castilhos-Borges-Vargas, sendo o Estado Novo o momento crucial em que o projeto regional adquire sua feição nacional. Um comitismo-castilhismo redivivo tomara forma no pós-1937, principalmente nas suas dimensões autoritárias” (2007, p. 229).

<sup>122</sup> Dentro deste contexto, os modelos de escolas dos imigrantes estiveram relacionados às demandas que se apresentavam a partir da realidade de suas comunidades. Segundo Luchese e Rech a forma como esses imigrantes organizavam suas instituições de ensino podem ser entendidas a partir de três tipos: as escolas étnico-comunitárias rurais, as escolas étnico-comunitárias urbanas, e as escolas ligadas às congregações religiosas (2014, p. 266). A escola de Antônio, caracterizou-se nos primeiros anos como uma escola étnico-comunitária rural. Para Luchese e Rech denominam-se escolas étnicas “porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes” (2014, p. 266).

projeto recristianizador do catolicismo quanto o assumido pelo Estado castilhistas estavam imbuídos de um ideal de regeneração moral da sociedade” (ISAIA, 2007, p.27)

Três etapas podem ser destacadas das memórias de Antônio Ceretta, que indicam a maneira como imigrantes italianos no Sul do Brasil, mais especificamente na região central do interior do Rio Grande do Sul, vivenciaram a organização do ensino e sua relação com a pátria de origem e o novo território - o Brasil Império, a Primeira República e o Estado Novo.

Para Ceretta, conforme seus relatos escritos, mesmo após garantido o futuro religioso da comunidade através da construção da capela, “outra necessidade se apresentava aos pais de família e que se devia prover: não havia escola” (CERETTA, 1941?, p. 34). Segundo Antônio, “todos os pais que tinham filhos em idade, e compreendiam a necessidade da instrução, lastimavam, não houvesse uma escola para onde mandar seus filhos aprender”, de modo que em “São João do Polesine, o que mais se ocupava para resolver o problema da escola, era Luiz Rosso, pois era ele o que mais entendia o valor da instrução” (CERETTA, 1941?, p 36 - 37). Segundo Antônio, o problema contudo, era de que “não havia entre os colonos pessoal preparado para tal ofício”, tendo “resolvido, ser ele mesmo o mestre de seus filhos: e, graças a Deus, o foi de todos” (CERETTA, 1941?, p. 37).

As atividades de Ceretta enquanto professor, conforme seus relatos, teriam iniciado somente por volta de 1897, ano em que havia chegado de São Paulo, a irmã de sua mulher, Thereza<sup>123</sup>, de modo que “começou a ocupar-se uma hora por dia, ao depois de meio dia, sacrificando o seu descanso, e ensinar ler e escrever a duas de suas filhas que estavam em idade<sup>124</sup>, e aos três sobrinhos”. Por saber ler e escrever, Antônio foi indicado por seu amigo Luís Rosso a tornar-se o professor da comunidade, pois até então, já ministrava o catecismo “no altar móvel” na venda da família Rosso. Destarte, “largou da enxada para se tornar mestre escola” e fez “por sua própria mão e com madeira própria uma meia dúzia de toscos bancos em princípio de Outubro de 1898”, quando começou a lecionar na Capela (1941?, p. 38 – 39).

Nesse contexto, para Golfeto, no período das grandes migrações o Brasil ainda não contava com um sistema público de Ensino” fazendo com que “a ausência do Estado neste campo favorecesse o surgimento do ensino particular, as escolas comunitárias” (1994, p. 69).

---

<sup>123</sup> Não foram encontrados registros que indiquem a chegada de alguma irmã de Thereza Antoniazzi de São Paulo para a região de São João do Polêsine. Segue a relação de irmãs de Thereza: Anna Antoniazzi, nasc. 14/4/1852, casou em Chiarano, com Luigi Soldera, Rosa Antoniazzi, nasc. 1/8/1854, casou a 11/11/1883 com Stefano Bocolon, Mariana Antoniazzi, nasc. 29/5/1858, casou a 28/11/1882 em Chiarano, com Vergilio Borin, Agostino Antoniazzi, nascido em 1865, casou em Chiarano com Regina Minetto e Pierina Antoniazzi, nascida 29/6/1868, casou a 29/4/1889 em Novo Treviso com Giacomo Ceolin. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Livro Genealógico 5, p. 47.

<sup>124</sup> Eram suas filhas Maria Orsola e Raphaëlle Ceretta, a primeira com dez e a segunda com oito anos de idade na época.

Desse modo, cada comunidade detinha a autonomia da organização do ensino que era geralmente vinculado a alguma capela, e assim também foi em Polêsine. De acordo com Ceretta

logo se deram inicio a fazerem-se uma casa em madeira pela escola, e em primeiro de Julho do mesmo ano de 1899, começou-se nela lecionar. Não verdadeiramente uma casa, mas sim uma miseravel cabana, coberta de taboinha e fechada de taboas, tendo 4 metros de largo com 6 metros de cumprimento e com a altura de apenas dois metros e vinte centimitros. Esta miseravel cabana, não só servia de escola, mas por uns dez anos, pelos menos, serviu tambem de dormitorio aos Padres nas visitas que faziam do Polesine (1941?, p. 39, caderno II).

Do final do Brasil Império até a primeira década da Primeira República, a ausência de investimentos no setor educacional nas áreas de colonização, pode-se perceber uma maior atuação por parte dos consulados italianos, sob mediação das sociedades de Mútuo Socorro, e que se empenhavam na difusão da “italianidade”, entre os imigrantes italianos no Brasil. De acordo com Luchese (2011) em alguns períodos os colonos receberam material didático do governo italiano, o que pode ser atestado conforme os relatos de Antônio Ceretta:

Antes com as amplas liberdades existentes, cada gupo colonial podia abrir escolas e ensinar na propria lingua de origem. Não era pois de admirar que cada nacionalidade, procurasse cultivar e amar seu idioma porque aprendido da propria mãe e avido continuamente falar na propria familia e entre suas gentes com as quaes se achava continuamente em contato. Estando as cousas nesta altura, cada grupo que se sentia impulsionado pelo dever, de abrir uma escola, escolhia o mestre entre os seus e as lições era dada no idioma a que o grupo pertencia, se italiano, ensinavam o italiano, se alemães, alemão etc. E é preciso notar que cada nação da Europa, que tinham seus filhos espalhados pelo mundo: pois não se deve pensar que isso se desse só com o Brazil: não, por qualquer parte do mundo, uma nação tivesse de seus subditos, acompanhava-os com a instrução afim conservando o proprio idioma, conservassem tambem o amor á sua patria de origem. Assim, por meio dos consules e vice consules, aconselhavam e promoviam escolas entre as colonias, auxiliando-as com dar-lhe os materiaes necessarios, como, livros, cadernos, enfim tudo o necessario, ate tinta e giz e mapas (CERETTA, 19--., p. 35 – 36, caderno II).

Para Constantino, a organização em torno dessas associações demonstra o desenvolvimento de uma consciência nacional italiana, possuindo em Giuseppe Garibaldi e os heróis do Risorgimento as referências da pátria recém unificada. Desse modo as associações tinham como objetivo promover a solidariedade, reforçando traços culturais italianos (CONSTANTINO, 2007, p. 410). No entanto, essas manifestações de nacionalidade eram diferentemente vivenciadas pelos imigrantes italianos na zona colonial, e podem demonstrar, a partir do caso de Ceretta, que os imigrantes vivenciavam sentimentos ambivalentes com relação à oposição binária “católicos” e “garibaldinos”.

Nos relatos de Antônio Ceretta a respeito da comunidade de Vale Vêneto por exemplo, é manifestada uma clara hostilidade com relação à estas Associações. Na antiga Sede colonial, Silveira Martins, por exemplo, a associação de mútuo socorro criada por Luís Mantica, segundo Ceretta, possuía “suas raízes na maçonaria, embora as conservasse bem coberta” de modo que “quem era verdadeiro católico, mantinha-se dela afastado” (1941?, p. 53, caderno II). A despeito dessas afirmações, Ceretta manteria relações com as Associações de Mútuo Socorro, através da intermediação do pároco de Silveira Martins, Antônio Sório, que foi também um agente consular<sup>125</sup> até sua trágica morte nos primeiros dias de 1900.

Segundo Vendrame (2007) muitos colonos nutriam simpatia pelas manifestações de italianidade promovida pelas associações, o que não mudava sua condição de católicos. Para a autora era bastante comum que os imigrantes italianos (no Brasil ou em outras regiões da América) festejassem as datas que lembrassem sua relação com a Itália (p. 136-137). O caso de Antônio Ceretta, pode ser ilustrativo para se pensar nessa ambivalência, e pode ser interpretado a partir de duas hipóteses: primeira é que, Ceretta, enquanto um estrangeiro no Brasil, a aproximação com essas associações pode ser compreendida como uma forma de enaltecer símbolos que estabeleçam referências diacríticas entre o “ser italiano” e o “ser brasileiro”; a segunda, é que esse relacionamento pode ter sido acionado apenas por uma questão econômica doméstica, ou por necessidade profissional. Talvez sejam os dois. Conforme Antônio:

O ensino era dado em italiano, pois ninguém pensavam, como já temos notados, ninguém pensavam, em mandar seus filhos aprender portuguez, e o mesmo mestre-escola, naquele tempo, mal o sabia ler. Demais, a gente era tão pobre naquele tempo, que nem poderiam sustentar com as despesas do necessario para o material necessario na escola. Por conseguinte o mestre fez pedido ao vice-consul, que era naquele tempo o Vigario de Silveira Martins<sup>126</sup>, se dignasse auxiliar esta nova escola, proporcionando-lhe o material necessario. E o vice-consul aquieceu muito complacente, pois mesmo naqueles dias, tinha ele recebido do consul de Porto Alegre, uma grande remessa de material para distribui-lo ás escolas. E assim foi a escola de Polesine, alistada entre a escola italiana subvencionada, o que lhe valeu tambem, para realçar o seu moral, porque diziam: Aí os livros, cadernos e tudo o necessario são dados gratuitamente, por isto convem aproveitar (CERETTA, 19-- , p. 60, caderno II).

<sup>125</sup> De acordo com Sponchiado, o Padre Sório “era no tempo do Império Chefe Político, depois renaturalizado italiano, foi Agente Consular e por algum tempo presidente da Sociedade de Mútuo Socorro” (1996, p. 80). Na região da ex-Colônia Silveira Martins, haviam diversas associações: em Silveira Martins havia sido fundada em 1885 a “Associazione de Mutuo Soccorso Umberto Iº Fra Gli Operai Italiani”, em 1896 foi fundada a associação “Duca Degli Abruzzi” na comunidade de São Marcos e “Vittorio Emanuele III”, fundada em 1908, também na comunidade de São Marcos (DALMOLIN, 2005, p. 93)

<sup>126</sup>O vigário de Silveira Martins até 1899 foi Antônio Sório.

Entretanto, para Luchese “os imigrantes falavam os dialetos maternos de suas respectivas regiões de origem, pois conheciam mal o italiano, o que, de certa forma, dificultava o uso dos livros didáticos” (LUCHESE, 2011, p. 310 - 311). Na falta de escolas na região, Antônio rapidamente passou a atender também os alunos da comunidade próxima, Ribeirão<sup>127</sup>, assim, “embora a escola lhe rendia um bem magro ordenado, via crescer em torno de si, a estima ao seu trabalho” (CERETTA, 1941?, p. 41). Porém, rapidamente Ceretta, enquanto professor de uma escola particular, sentiria os efeitos da expansão do ensino público, tendo que lidar com a concorrência de matrículas dos alunos da região. Segundo suas memórias, no mundo “nada há de estavel, e o que um dia é prometedor, outro dia cáe no nada”, e assim “o foi para o mestre-escola do Polesine”. Para Antônio as coisas correram bem até o “ano de 1906, quando o imigrante Pasini em Ribeirão teria aberto “a sua escola estadual gratuita<sup>128</sup>”, de modo que se fez “grande reclame entre o povo”. Para Antônio, Pasini era “uma pessoa de grande estudo, que tinha sido professor tambem na Italia” e que além disso “tinha prestado seus exames de portuguez” tendo sido “nomeado professor estadual” (1941?, p. 41 – 42).

Decorrente disto, Ceretta passou a lecionar também na comunidade próxima de Faxinal do Soturno até 1912 como uma forma de compensar a perda de matrículas registradas em sua comunidade, até que uma nova escola fosse aberta por Rosa Veronica Michels<sup>129</sup>. No entanto, essas escolas étnico-comunitárias teriam efêmera duração em decorrência do processo de nacionalização. Conforme Corsetti (1998), a expansão do ensino público no Estado se inseriu nas diretrizes da política educacional dos republicanos, cuja nacionalização do ensino foi ingrediente explícito. De acordo com a autora

foi definido como tarefa da educação a formação da consciência nacional. Essa era uma compreensão que devia promover a união dos indivíduos em torno do Estado, tornando-os aptos ao exercício político que lhes permita alcançar o estatuto de cidadania (1998, p. 9).

<sup>127</sup> As comunidades de Vale Vêneto, Ribeirão e São João do Polêsine eram bastante próximas entre si. Porém, elas não foram colonizadas ao mesmo tempo. Conforme Antônio Vale Vêneto foi colonizado no ano de 1878: Ribeirão em 1882, e Polesine, só em 1893 (1941?, p. 4).

<sup>128</sup> De acordo com Grandilia Foletto (1996), na obra “Ribeirão: sua fundação, sua História, seu povo, sua memória”, Guido Carlos Pasini teria chegado ao Brasil em 1892, se estabelecendo definitivamente em Ribeirão em 1904. De acordo com a autora, Pasini teria viajado para Porto Alegre em 1908, quando solicitou junto ao então governador “uma escola estadual gratuita” e que para tanto teria sido “imediatamente atendido” (p.58). Conforme a autora, “a escola foi construída de madeira e muito espaçosa, na propriedade do Sr. Luiz Campagna” (1996, p. 58).

<sup>129</sup> Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul, IM/RP/SF/D 115 ao 140, estante 5, prateleira 3 e 4.

O princípio nacionalizador do processo escolar deu-se especialmente com a introdução da língua portuguesa nas regiões coloniais. Com a expansão do ensino público, rapidamente as escolas comunitárias passariam a ser vinculadas ao Estado e ao seu respectivo programa de ensino, principalmente após o Decreto 1.480 de 27/05/1909<sup>130</sup>, no qual instituía as subvenções sob apoio pecuniário para as escolas que regessem suas aulas em português. Em suas memórias, Ceretta afirma que

Até o ano de 1909 continuou-se lecionar em italiano; mas por esse tempo as autoridades locais, começaram a estimular que se ensinasse português. Então o mestre do Polesine, se poz estudar e tomar conhecimento do português, e la pelo meiado de 1909 foi junto com o sub-intendente, apresentar-se ao intendente, que era então Isidoro Neves, e esponde a este a condições em que andava o ensino na colonia, solicitou dele alguns livros para poder comecar lecionar em português. E de fato o Intendente lhe entregou uma nota para á livraria (Vrahe) e obteve algumas cartilha e alguns segundo livro e assim deu inicio a ensinar português que lhe roubou também o repouso noturno pois de dia não tinha tempo para estudar, sendo ocupado nas duas aula. Em 1910, o intendente decretou o auxilio de 20.000 reis mensais ás escolas particulares que ensinasse português, com o titulo de aula subvencionada, com a obrigação de remeter mapas e ser fiscalizada pelas autoridades locais (CERETTA, 19--., p. 60 - 61, caderno II).

Decorrentes das subvenções escolares e do ensino em português, rapidamente cresceriam o número de escolas na região colonial. Para fins demonstrativos, na região do 5º Distrito de Cachoeira do Sul (Polêsine), em 1911<sup>131</sup> havia apenas uma escola, e pertencente ao imigrante Antônio Ceretta. Somente no 5º distrito no ano de 1914 este número havia subido para quatro escolas subvencionadas<sup>132</sup>. No mesmo período, estariam arroladas junto à subintendência regional ao menos 54 escolas subvencionadas até o ano de 1914 apenas no município de Cachoeira do Sul<sup>133</sup>. A despeito desses números, no ano de 1918, são registradas apenas duas escolas em Polêsine, “uma denominada “escola do Polêsine Maria Ghesti, com 28 meninos e 20 meninas matriculados; e a outra Escola do Polesine Antônio Ceretta, com 40 meninos e 16 meninas matriculados” (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 233). A queda

<sup>130</sup> O Decreto Lei nº 1480 de 27/05/1909 em seu artigo primeiro defendia que “o Estado poderá conceder subvenção pecuniária às escolas primárias que tiveram, durante seis meses, a frequência mínima de 30 alunos, que hajam obtido aproveitamento prático em geografia, história do Brasil e do Estado, e falem todos a língua nacional” (apud CORSETTI, 1998, p. 178)

<sup>131</sup> Em 1911 a escola de Antônio Ceretta possuía apenas 12 matrículas, onde eram ministradas “noções de grammatica e geographia”, “elementos de escriptura”, “escriptura”, “dictado”, “elementos de aritmetica”, “operações aritmeticas” e “problemas de aritmetica”. IM/RP/SF/D, 99, estante 5, prateleira 3. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

<sup>132</sup> Eram as escolas subvencionadas do 5º Distrito pertencentes aos imigrantes Luiz Casali, Regina Verônica Michles, Edmundo Schreiber e o próprio Antônio Ceretta. Intendência Municipal/Recebedora e Pagadoria/Serviços de Finanças/Documentos de Despesa, 99 ao 140. Estante 5, prateleiras 2, 3 e 4. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

<sup>133</sup> Intendência Municipal/Recebedora e Pagadoria/Serviços de Finanças/Documentos de Despesa, Recenseamento de Subvenções Escolares. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

no número de escolas no Polêsine pode ser decorrente da fiscalização realizada pelas subintendências regionais. As escolas, ao não cumprirem as exigências estabelecidas pelo Decreto 1480\1909, perdiam o direito à subvenção escolar. Ao mesmo tempo em que diminuíram as escolas, aumentaram o número de matrículas, pelo menos na escola de Ceretta (Figura 13), partindo de apenas 12 em 1911 para 56 em 1918, como se pôde observar. Em 1921, Antônio Ceretta foi nomeado funcionário público municipal e aposentou-se após prestar 25 anos de serviço<sup>134</sup> no dia 1º de Maio de 1935<sup>135</sup>.

Figura 13- Professor Antônio Ceretta e seus alunos junto a Capela São João Batista (s.d.).



Fonte: Reprodução do autor em 28\08\2015. AHNSC, Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

Este processo de integração de estrangeiros, imigrantes e descendentes das áreas coloniais foi longo e não se deu apenas através da língua. Nesse contexto, o projeto político

<sup>134</sup> Vinte cinco anos de serviços compreendidos desde a subvenção de sua escola em meados de 1910. Contando o tempo de trabalho quando desde sua escola étnico-comunitária rural criada em 1898, interam-se 37 anos de serviços contínuos como professor.

<sup>135</sup> Antônio Ceretta é “nomeado por título de 15 de agosto de 1921, para exercer o cargo de professor municipal no lugar denominado ‘São João do Polesine’ no 5º Districto” sendo “aposentado por contar mais de 25 anos de serviço, com 5 vencimentos anuais de 1:200.000, a contar a 1º de Maio de 1935, o professor Antônio Ceretta”. IM/S/RP/AF – 01, estante 3, prateleira em cima, Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul.

educacional dos governantes positivistas republicanos no Rio Grande do Sul propunha construir nos cidadãos gaúchos, e com isso também os italianos e descendentes nas regiões de colonização, uma mentalidade alicerçada nos valores do trabalho, da disciplina (obediência e hierarquia) e da ordem. Nesse sentido, a legislação estadual possibilitou a execução de um plano político pedagógico, orientando a definição dos currículos escolares, dos regimentos e dos livros didáticos, ao mesmo tempo em que a Igreja contribuía significativamente para a consolidação dos valores que orientavam a política castilhistas (CORSETTI, 1998). Neste sentido, a compreensão de que a representação dos imigrantes italianos como ordeiros, religiosos e engajados ao trabalho, consistiu em uma representação anterior às comemorações do Centenário da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul

De acordo com Luchese (2007) em “*O processo escolar entre imigrantes da zona colonial italiana do RS – 1875 – 1930*”, com a proclamação da República os imigrantes italianos demonstraram preferência pela escola pública. A autora ressalta ainda que a estratégia das famílias na educação de seus filhos caracterizou-se como um processo ambíguo: por um lado promoveram a manutenção dos traços culturais trazidos da Itália, sejam estes religiosos ou familiares, por outro também havia a busca pela cultura nacional. Para a autora essa busca pode ser entendida como um meio de possibilitar uma melhor inserção desses imigrantes no mundo dos negócios. Luchese afirma ainda que a Igreja atuou fortemente nas áreas de colonização através da fundação de seminários, juvenatos, colégios confessionais, que encontraram grande receptividade.

Na região da ex-Colônia Silveira Martins, como Vale Vêneto e São João do Polêsine, a presença de seminários e colégios confessionais deu-se através da atuação da Pia Sociedade das Missões, presente na região desde 1886. A primeira escola confessional “foi fundada em 25 de julho de 1892, sendo denominada de Nossa Senhora de Lurdes” (LUCHESE, 2007, p. 220). A escola era mantida e administrada por freiras palotinas, as Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Em São João do Polêsine também havia sido inaugurado o Noviciado Vicente Palotti em 13\03\1938 (Figura 14), que se transformou mais tarde no Colégio Máximo Palotino e faculdade de Teologia, alçando o Polêsine como uma importante referência regional (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 235).

Figura 14 - Noviciado Vicente Palotti em São João do Polêsine após sua inauguração em 1938.



Fonte: Reprodução feita pelo autor do original em 26/08/2015. AHNSC, Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

A confluência entre ensino e religiosidade encontra-se bastante clara nas memórias de Antônio. Segundo o imigrante, seu desejo era que

sua operosidade encontrasse incitadores especialmente na instrução religiosa, pois foi esta parte [...] mais estimada e predigida. Como catequista aprontava os meninos para a primeira Comunhão que anualmente se fazia. Todos os dias dava na escola uma hora de catecismo, e todos os domingos o ensinava na Capela, e fazia todo o empenho para que as crianças aprendessem e tivessem o verdadeiro conhecimento de Deus e da sua lei. Instruía os meninos que tinha habilidade para servir á Missa e promovia quanto possível as vocações religiosas. Servia de sagristão na Capela e dirigia as funções, quando não tinha Padre. Enquanto o ensino na escola; trabalhava esforçadamente afim as crianças tirasse proveito e adiantamento (1941?, p. 46 – 47).

De fato, influência da religiosidade na comunidade de São João do Polêsine deu-se de maneira expressiva durante toda a vida de Antônio Ceretta. Conforme Righi, Bisognin e Torri, a população do Polêsine no final década de 1920, contava com uma estrutura econômica e religiosa estável, sendo fundada em meados de 1926 a União dos Moços Católicos (Figura 15), em 1931 a Irmandade do Santíssimo e a Pia União das Filhas de Maria,

“todas associações populares em defesa da educação e da fé” (2001, p. 234), além de diversos congressos eucarísticos (Figura 16).

Figura 15 - Realização de congresso decorrente da fundação da Vocação dos Moços Católicos em 1926 em São João do Polêsine.



Fonte: Reprodução do original feita pelo autor em 26\08\2015. AHNSC, Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

Tanto o positivismo comtiano incorporado ao Partido Republicano Rio-grandense, como a Igreja Católica valorizavam uma política alicerçada “na conservação da ordem e na perpetuação da autoridade do líder” (ISAIA, 2007, p. 26). Desse modo, a cooptação política dos imigrantes italianos, em sua grande maioria composta por católicos, se deu através da aproximação do Estado com a Igreja, apesar de sua Constituição laica. Segundo Isaia (2007) “para o governo, o catolicismo era visto como força legitimante, habilitada a manter a paz social, fundamental para a vigência da ordem”, assim, no Rio Grande do Sul, a “experiência política castilhistas era valorizada enquanto projeto assentado no apelo à ordem, no desdém às praxes da democracia liberal e no respeito, prestígio e liberdade desfrutados pelo catolicismo” (ISAIA, 2007, p. 28).

Figura 16 - Congresso Eucarístico realizado em São João do Polêsine em janeiro de 1939. A foto foi retirada da janela do Seminário Maior Vicente Palotti.



Fonte: Reprodução do original feito pelo autor em 28\08\2015. AHNSC, Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

Durante o contexto que compreendeu a Primeira República e o Estado Novo (1889 – 1945), assumiu o bispado no Rio Grande do Sul D. João Becker (1912 – 1946), cujo ministério da fé, passou a organizar e restabelecer a hierarquia entre cleros e leigos, “dentro de parâmetros religiosos norteados pela sacramentalidade romanizada e ultramontana” (VÉSCIO, 2001, p. 184). Segundo Vécio, nesse período D. João Becker teve a “preocupação em salientar as prerrogativas da condição episcopal num meio social em que a Igreja se impunha cada vez mais como instituição enquadradora da opinião pública” (2001, p. 185). Para Marin nesse período

a Igreja negava a representação de uma identidade nacional que valorizasse as diferenças culturais existentes no Brasil. Procurava, sobretudo, estabelecer e valorizar elementos comuns, relevantes para a definição da Nação. Assim, nacionalismo e catolicismo uniam-se no discurso da hierarquia católica na construção da história do Brasil. [...] O catolicismo seria o alicerce da sociedade. Entre um “nós” católico e um “outro” que o negava, estabelecia-se uma linha divisória que demarcava e diferenciava. Renegar o catolicismo significava negar os fundamentos da Nação brasileira, seu caráter e identidade (2007, p. 191).

Quando Vargas ascende ao poder a partir de 1930, a campanha de nacionalização começou a ganhar força, especialmente após a instauração regime do Estado Novo (1937 - 1945). Em linhas fundamentais poderia se dizer que a política centralizadora do governo Vargas, consistiu em uma continuação das políticas castilhistas e borgistas no qual o Rio Grande do Sul foi o local onde se gestou o programa político do Estado Novo. De acordo com Zanini

O processo de nacionalização promovido pelo Estado Novo, em verdade, acelera e intensifica algo que já estava em curso nas elites dominantes brasileiras há algum tempo: a tentativa de formar uma noção de pertencimento nacional, uma identidade nacional. Contudo, será esse Estado, mediante suas legislações e práticas que se empenhará em impor esse objetivo como um desejo dominante (2005, p. 116).

Amparado por uma ampla legislação que visava nacionalizar a imprensa em língua estrangeira e o ensino, a nacionalização

tinha a missão de incorporar os imigrantes e seus descendentes ao amálgama imaginado no mito das três raças formadoras, da nação (o povo brasileiro como resultado da miscigenação de brancos, negros e indígenas) (SEYFERTH, 1997, p. 101).

Em função da religiosidade católica ser a religião oficial do Brasil, conforme os artigos 7º e 8º do Decreto n. 17.212 de 23 de Abril de 1938 instituiu-se o ensino religioso obrigatório em todas as escolas públicas da região colonial (apud RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 235). Além do ensino religioso, através do Decreto-Lei nº 1545 de 25 de Agosto de 1939

O governo federal incumbia os Secretários Estaduais de Educação a construir e a manter escolas em áreas de colonização estrangeira, e estimular o patriotismo por parte dos estudantes, fiscalizar o ensino de línguas estrangeiras, a intensificar o ensino de História e Geografia do Brasil e a proibir expressamente que escolas fossem dirigidas por estrangeiros e que se fizesse uso de alguma língua estrangeira em assembleias e reuniões públicas (apud GOLFETO, 1994, p. 133)

Nesse contexto, o uso da língua estrangeira também havia sido proibido durante as celebrações religiosas. Assim, também em 1939, “o clero, juntamente com o poder público, emitiu circular ordenando que todo o ofício religioso fosse feito em língua portuguesa e não mais em latim (RIGHI; BISOGNIN; TORRI, 2001, p. 235).

Apesar de toda campanha governamental em prol da nacionalização, Ceretta não faz nenhuma menção a qualquer tipo de represália ou constrangimento exercido pelo governo brasileiro em suas memórias. Muito embora, mencione o o “fanatismo exagerado” e se queixe com relação a “falta de instrução cívica”. A sua preocupação constante com a imagem dos

colonos como “bons católicos” acima de qualquer identificação regional ou nacional, demonstra o comprometimento com desenvolvimento religioso de sua comunidade ao longo de sua vida.

Acreditava-se deste modo que uma rígida campanha de nacionalização garantiria o estabelecimento definitivo da unidade e homogeneidade étnico-cultural-religiosa no Brasil. A partir disso, é interessante de se pensar a relação adquirida entre a religiosidade e a identificação dos grupos de imigrantes italianos dentro dos redutos coloniais, onde a negação de sua italianidade se deu concomitante ao reforço de sua espiritualidade, através das ações da Igreja Católica e do poder público. Além da religiosidade, “no governo Vargas, o trabalho relaciona-se com uma maneira de servir à pátria e não apenas um meio de ganhar a vida” (AGOSTINI, 2005, p. 132). A fé e o trabalho passam mais uma vez a serem enaltecidos conforme os princípios positivistas já presentes durante o regime republicano gaúcho.

Na mídia local, em nível regional, na primeira edição da Revista “Cachoeira Histórica e Informativa” do município de Cachoeira do Sul, uma reportagem sobre a comunidade de São João do Polêsine chama a atenção por registrar a inflexão com relação ao modo como são tratados os imigrantes estrangeiro após a entrada no Brasil na segunda Guerra Mundial. Em 1941, um ano antes do Brasil declarar guerra ao eixo (Alemanha, Japão e Itália), uma manchete apresenta a comunidade:

São João do Polêsine, núcleo habitado por *elementos de origem italiana* [...] é este lugar um grande celeiro de trabalho. Tem desenvolvido comércio, fábricas, escolas municipais e estaduais, igrejas, etc. Em Polêsine está o Noviciado Vicente Palotti, Seminário superiormente dirigido pelos padres Palotinos (PORTELA; PORTELA, 1941, p. 256).

O “elemento de origem italiana” ainda parece ser uma identidade explícita da comunidade, que se originou a partir da colonização de imigrantes estrangeiros. Desde a construção do Seminário Palotino na comunidade, esta passou ser a principal referência do lugar. Após a participação do Brasil na guerra em 1942, acirraram-se as animosidades com estrangeiros no Brasil “pois a ação nacionalizadora se intensificou junto aos imigrantes (e descendentes) alemães, italianos e japoneses — transformados, também, em potenciais “inimigos da pátria” (SEYFERTH, 1997, p. 97).

Antônio Ceretta faleceu em 17 de fevereiro de 1943, mesmo ano em que foi publicada a reportagem a respeito da comunidade de São João do Polêsine, ao qual testemunhou por escrito, ao seu amigo, o padre e reitor do Noviciado Vicente Palotti, Agostinho Michelotti. Curiosamente em 1943 diferentemente de 1941, a reportagem sobre o Polêsine não menciona,

explicitamente, a “origem italiana” da comunidade. Na segunda edição da Revista Cachoeira Histórica e Informativa, uma reportagem a respeito da comunidade de Vale Vêneto, parece demonstrar a preocupação com a nacionalização, onde são exaltados os valores do trabalho, do patriotismo e do respeito à ordem (hierarquia) na comunidade. Na reportagem também não são mencionados explicitamente a origem estrangeira da comunidade de Vale Vêneto, demonstrando como eram retratados na mídia local as comunidades de origem estrangeira durante o período de nacionalização:

Vale Vêneto é hoje uma colméia de trabalho e atividade; [...] devemos salientar nessa crônica, que o povo de Vale Vêneto, pela sua contração ao trabalho, disciplinado e honesto, vive também integrado perfeitamente no grande movimento que se opera em todo o Brasil, tendo várias vezes dados demonstração de amor pela pátria, em movimentos de sincero patriotismo e larga visão da hora que atravessamos (PORTELA; PORTELA, 1943, s. p.).

A intensa campanha de nacionalização, especialmente após 1942, nas áreas de colonização, como São João do Polêsine e região da Quarta Colônia, provocou uma repressão sistemática executada pelas autoridades governamentais e civis, fazendo com que muitas famílias de descendentes de italianos e italianos destruíssem objetos e documentos. Zanini descreve esse processo de “varredura cultural” e consiste na destruição das “referências ancestrais” (2006, p. 153).

Assim como as memórias do imigrante Antônio Ceretta, a memória da imigração e da colonização italiana permanecerão silenciados, nos arquivos e nas famílias até que em um novo contexto histórico, passarão a serem revalorizadas e ressemantizadas.

No Rio Grande do Sul ainda passariam pelo menos mais de três décadas até que os festejos do Centenário da Imigração no Estado do Rio Grande do Sul, em 1975, ressignificassem a memória imigrante. Já as memórias escritas de Antônio Ceretta permaneceriam esquecidas no Arquivo Permanente Palotino em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, até que um ex-aluno de sua escola em Polêsine, Genésio Bonfada, padre ordenado palotino, utilizasse pela primeira vez após quase meio século, suas memórias como fonte documental para escrever sobre a ação missionária dos palotinos no Rio Grande do Sul<sup>136</sup>.

---

<sup>136</sup> BONFADA, Genésio. Os palotinos no Rio Grande do Sul: 1886 – 1919: fim da província americana. Porto Alegre, Editora Palotti, 1991.

## 4 CONCLUSÃO

Compreender que a memória, enquanto uma construção permanentemente atualizada no presente acerca do passado, permite, a partir da reconstrução do contexto em que foi produzida, entender quais os interesses que permearam a elaboração da memória imigrante no interior do Rio Grande do Sul. Alicerçada nos ideais relacionados ao trabalho, à fé e à família (ou comunidade), e dependendo do contexto, da pátria, a memória imigrante constituiu-se a partir das ações da Igreja Católica em veicular a imagem de colonos ordeiros, religiosos e dados ao trabalho. A construção dessa imagem não é recente, e já havia sido iniciada a partir de uma intensa atividade missionária, especialmente através da atuação da Pia Sociedade das Missões e da intervenção do próprio Estado brasileiro que se preocupou com a construção de uma identidade nacional brasileira desde a Primeira República, fazendo com que as ações da Igreja se imiscuissem junto aos interesses do Estado em afirmação, orientando-se desta forma até o Estado Novo. A impossibilidade da manutenção de uma identidade estrangeira em um contexto de construção da identidade nacional, acabou por reforçar a religiosidade católica, até a reelaboração de uma identidade regional ancorada na história da imigração e colonização italiana com características marcadamente religiosas na região central do Estado.

Expressão desta reelaboração, foram as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Estado a partir de 1975, que acabaram por reforçar os ideais relacionados à fé, ao trabalho e à família, ao mesmo tempo em que representava a identidade imigrante em torno da *italianidade*, baseada na história da migração em um esforço de renovar a memória da imigração italiana, após um período de esquecimento que se operou a partir da Ditadura Estadonovista.

No Primeiro Capítulo, “O PASSADO COMO REPRESENTAÇÃO DO NÓS”, foram discutidos alguns aspectos teóricos acerca do modo como se configurou a memória acerca da imigração e colonização italiana na região da chamada Quarta Colônia em seus diferentes contextos, demonstrando a importância da religiosidade na consolidação das memórias sobre a imigração e colonização italiana. Como se viu, a forte atuação da Igreja Católica dentro dos redutos coloniais fez com que a religiosidade fornecesse os subsídios para que os colonos pudessem reiniciar sua vida na nova pátria, constituindo-se num dos componentes da identidade cultural regional, sendo transmitida às gerações que se sucederam. A heterogeneidade dos grupos imigrantes fez com que a religiosidade católica possibilitasse, durante os primeiros anos, a organização e a estruturação dos espaços sociais, fazendo com que a religiosidade e as suas expressões, possam ser consideradas como uma das formas mais

significativas para se compreender a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. A intensa atividade missionária, especialmente através da atuação dos padres palotinos dentro da zona colonial, além de sua importância na organização das comunidades, fez com que se produzisse uma vasta documentação decorrente da administração paroquial e dos registros de padres acerca dos acontecimentos regionais. Isso possibilitou, que mais tarde, se pudessem realizar diversos estudos referentes à história da colonização e imigração italiana, e na revalorização da memória imigrante após o Estado Novo. Nesse sentido, a religiosidade católica e a Instituição Igreja, operaram como uma espécie de “repositório protetor” que fez a salvaguarda e ressemantizou a história da imigração e colonização italiana.

Os cadernos manuscritos do imigrante Antônio Ceretta, enquanto documentos, vestígios de historicidade, que compreendidos como *documentos monumentos* são exemplos dessa salvaguarda institucional. Em seus manuscritos, o imigrante demonstrou um claro interesse em demonstrar o esforço dos imigrantes italianos, especialmente aqueles da comunidade do Vale Vêneto, local “fértil em heróis católicos”, para o desenvolvimento religioso de suas comunidades, demonstrando a importância desse desenvolvimento religioso para a prosperidade material das comunidades imigrantes. Segundo o entendimento do imigrante a partir de suas memórias, a religiosidade católica constituía o patrimônio dos imigrantes italianos, sendo, portanto, seus escritos um exemplo para que a “operosidade católica” estimulasse a manutenção do catolicismo nas futuras gerações. Desse modo, foi construída a trajetória histórica do imigrante Antônio Ceretta nos dois capítulos subsequentes de modo a contextualizar os períodos em que viveu de modo a compreender o conteúdo de suas memórias escritas e porque atribuía tanta importância para a religiosidade dos colonos. Escritos no início da década de 1940, as temporalidades que permearam esses documentos se referem ao tempo de vida de Antônio Ceretta como um conjunto de experiências acumuladas após um processo de amplas transformações políticas, econômicas e sociais que se estenderam desde o final do Império (1889), perpassando a Primeira República ao Estado Novo (1889 – 1945) no Brasil.

No segundo capítulo “O BRAZIL GRANDIOZO, RICO PAIZ DA AMERICA MERIDIONAL” abordou-se o espaço temporal relativo ao início do processo migratório da Europa em direção ao Brasil durante o período imperial. O processo de unificação italiana e a crise econômica no norte do país, levaram diversos grupos de camponeses a optarem por migrar em busca de uma vida melhor nas Américas. Após a chegada dos imigrantes ao Brasil, Ceretta narrou as diversas dificuldades por que passaram os colonos italianos, ressaltando o trabalho e a fé dos imigrantes para resistirem às tribulações e ao “abandono” do governo

brasileiro sofrido pelos italianos quando chegaram nas áreas coloniais. Apesar disso, também puderam ser identificadas a presença do governo brasileiro e de seu auxílio em todos os momentos do processo migratório, desde a saída da Itália ao estabelecimento dos colonos nos lotes coloniais, demonstrando o comprometimento pelo próprio Estado brasileiro para o sucesso do empreendimento colonizador. Durante esse processo, aqueles grupos de italianos que se estabeleceram ao Sul do Brasil, acabaram dando segmento aos conflitos desenrolados durante o processo de unificação italiana. Desse modo, foram identificados a partir das memórias de Ceretta, praticamente dois grupos de colonos imigrantes, em que são destacadas duas identidades políticas divergentes: os católicos, na comunidade de Vale Vêneto, e os “liberais”, “indiferentes”, “garibaldinos” ou “maçons” na Sede colonial, Silveira Martins. Para Antônio, o problema residia nas lideranças das duas comunidades, onde na Sede estariam líderes “indiferentes” quanto ao desenvolvimento religioso, e no Vale estariam os “heróis católicos”, destacando os papéis das lideranças do comerciante Paulo Bortoluzzi e do pedreiro Luís Rosso, que todo o esforço fizeram para o estabelecimento da “Santa Religião”.

Essas querelas acabaram se manifestando em torno das organizações espontâneas dos espaços de sociabilidade religiosa e laboral. O esforço das comunidades em conseguir padres residentes, e a vinda dos padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório ilustram a importância dada aos colonos para a organização dos espaços religiosos das comunidades. Essas disputas também revelaram que os interesses, tanto materiais, como espirituais, encontravam-se imiscuídos, de forma que não podem ser compreendidos separadamente. Por isso as disputas em torno da independência religiosa do Vale com relação à Sede, acabou se mostrando em uma luta por hegemonia econômica e cultural na região. A morte dos padres, ambas envoltas em escândalos sexuais, não foram comentadas por Ceretta em suas memórias. Este silenciamento pode ser compreendido como uma forma de se manter imaculadas a memória da trajetória do estabelecimento da religião e dos colonos na região colonial de acordo com os preceitos moralizadores do período republicano e das ações pastorais da Igreja. Em suas memórias também existem indícios que revelam as relações que Ceretta manteve com as lideranças locais, o comerciante Paulo Bortoluzzi e o pedreiro Luís Rosso, os quais lhe permitiram, mais tarde, se inserir na comunidade de Polêsine como professor e catequista.

O fato de grande parte desse contingente imigrante ser católico, facilitou o processo de integração política, econômica e social dos italianos no Brasil. A política imigrantista do governo imperial privilegiou a vinda de imigrantes católicos por esta ser a religião oficial do Estado até 1889. O desenvolvimento dessa religiosidade passou a ser o elemento de assimilação nacional nos redutos coloniais após a proclamação da República e durante o

Estado Novo. Durante este período, as políticas castilhistas influenciadas sobremaneira pelo positivismo comteano, ensejaram uma aproximação entre o novo governo republicano no Rio Grande do Sul e a Igreja Católica, a partir de um antiliberalismo compartilhado, tanto pelas políticas romanizadoras da Igreja Católica a partir da década de 1870, e do governo republicano gaúcho e, cujas culturas políticas foram marcadamente autoritárias.

No terceiro e último capítulo “DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO” foram averiguadas as ações no que dizem respeito ao reforço da religiosidade católica e da intervenção no processo escolar nas áreas coloniais pelo Estado brasileiro no intuito de integrar esses imigrantes aos desígnios da nova pátria. Foi nesse contexto de reordenamento político que a Igreja Católica ganhou mais força dentro das comunidades imigrantes (católicas), apesar de, paradoxalmente, o Estado passar por um processo de laicização. O advento da República e com isso a permuta de poder no Rio Grande do Sul, fez com que Júlio de Castilhos buscasse projetar-se politicamente dentro das zonas coloniais. Como estratégia da política castilhista houve então, uma aproximação do PRR com a Igreja Católica especialmente durante o governo de Borges de Medeiros, como forma de granjear apoio político nas zonas coloniais de imigrantes italianos católicos aumentando as ações pastorais em torno das comunidades imigrantes. Nesse período, foram reforçados os valores relativos ao trabalho e ao respeito à ordem socialmente constituída, de acordo com os preceitos da política castilhista no período republicano, valores esses que levariam a sociedade ao progresso.

No contexto que precedeu a repressão aos “quistos étnicos” durante a ditadura estadonovista, os imigrantes estabelecidos na região central do Rio Grande do Sul já haviam de certa forma, harmonizado as diferenças étnicas. Isso decorreu da atuação da Igreja Católica nos centros coloniais italianos, especialmente na região central do Estado através da presença da Pia Sociedade das Missões. Desse modo, o processo de integração política, social e econômica das zonas coloniais italianas durante a Primeira República, além da aproximação do PRR com a Igreja Católica, houve a expansão da escola pública e com ela o estímulo do ensino em língua portuguesa, amparadas a partir de uma legislação que passou a nacionalizar o ensino e a imprensa.

Foi durante o contexto do Estado Novo, próximo ao final de sua vida, em 1941, que Antônio escreveu, na forma de manuscritos, a trajetória dos colonos que se estabeleceram na Colônia Silveira Martins, especialmente na comunidade de Vale Vêneto e São João do Polêsine, onde viveu até sua morte em 1943. Devido sua aproximação com os padres da Pia Sociedade das Missões e da importância que atribuía à religiosidade católica para os colonos

na nova pátria, suas memórias centram-se no processo do desenvolvimento religioso das comunidades. Embora tenha vivenciado o contexto do que chamou de “um fanatismo exagerado” Ceretta parece ter um discurso bastante conciliatório no que diz respeito ao Estado nacionalizante, reservando-se a comentar apenas a “falta de instrução cívica” durante os regimes anteriores. Uma das explicações, podem ser encontradas a partir do reforço da religiosidade nas zonas coloniais ao mesmo tempo em que se proibiram as manifestações consideradas “alienígenas” durante o contexto da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a religiosidade foi o principal elemento de integração nacional, processo que se deu pela intermediação da Igreja, com o apoio do Estado.

A trajetória de vida e a relação que possuía com a Igreja, fez com que Ceretta dedicasse desse modo, suas memórias aos palotinos, fazendo com que, após sua morte, seus manuscritos permanecessem junto ao arquivo permanente da Pia Sociedade das Missões. Durante o processo de revalorização da memória imigrante através das comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul é que suas memórias passaram a ganhar visibilidade. Esse processo se iniciou com sacerdotes da Igreja Católica que começaram a realizar pesquisas acerca da imigração italiana, e nesse processo, da valorização de elementos já presentes dentro da história dos núcleos coloniais, como a exaltação da fé e do trabalho.

Nesse sentido, compreendeu-se que as memórias do imigrante Antônio Ceretta, elaboradas após um período de amplas transformações, foram influenciadas pelos contextos que marcaram a formação e a consolidação de uma identidade nacional em formação, cuja religiosidade católica foi o principal elemento de assimilação nacional. Os valores da fé e do trabalho exaltados em suas memórias encontram-se condizentes com os discursos políticos em voga durante o contexto da nacionalização. Apesar da valorização da religiosidade dos colonos, Ceretta parece também identificar-se, em suas memórias, como italiano, demonstrando a ambivalência e a complexidade dos processos identitários que marcaram o período em que viveram os imigrantes e descendentes ao longo da Primeira República e do Estado Novo no Brasil. No entanto, a italianidade como um sentimento de pertencimento baseado na história do processo migratório e colonizador, a partir da valorização das coisas do “mundo italiano”, passou a ser reelaborada somente a partir do Centenário da Imigração. Com esta italianidade também passariam a serem ressaltados os valores da fé e do trabalho.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, L. C. Estado Novo e o Trabalhismo. In: DALMOLIN, Cátia (org). **Mordaca Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Palloti, 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe (coord.). Campinas: Editora Unicamp, 2011.

BIASOLI, Vitor O. F. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870 - 1920)**. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Tradução de João Ferreira (coord.) Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Santa Maria: 2015.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

BONFADA, Genésio. **O Palotinos no Rio Grande do Sul (1886-1919): Fim da Província Americana**. Porto Alegre: Editora Palloti, 1991.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CARTROGA, Fernando. **Pátria e nação**. In: Coletânea de Textos da VII Jornada Setecentista. Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Departamento de História da Universidade do Paraná, p. 13-34, 2007. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1triaeNa%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Acesso em: agosto de 2017.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **História, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: andiamo in Merica**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes Italianos: partir, transitar, chegar (1889 – 1930). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930)**. Passo Fundo: Méritos, volume 3, t. 1, 2007.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul**. 1998. 537 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 1998.

DALMOLIN, Cátia (org). **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Palloti, 2005.

DE BONI, L. A.; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: **Cinquentenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875 – 1925)**. 2. ed. Porto Alegre: Pozenato Arte & Cultura, 2000.

GERTZ, René. O Brasil verdadeiro contra o falso Brasil. In: DALMOLIN, Cátia (org). **Mordaça Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Palloti, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo e Castilhismo. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889 a 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.3 t.2.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: VENDRAME ET AL (ORG.) **Micro-História, Trajetórias e Imigração**. E-book. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

KATES, Joshua. **Document and Time**. History and Theory, Wesleyan University, n.55, p. 155 – 174. Maio, 2014.

KEMMERICH, R; POMMER, R. (Org.) **História do São João do Polêsine desde o início de sua colonização até o ano de 1936, escrita pelo Professor Antônio Ceretta**. Santa Maria: EaD/CTISM, 2015.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: LUCHESE, T. A. (Org). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. Tradução de Francesco Santini. In: VENDRAME ET AL (ORG.) **Micro-História, Trajetórias e Imigração**. E-book. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015.

LORENZONI, Julio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCHESE, T. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, 1875-1930 – leggere, scrivere, calcolare per essere alcuno nella vita**. 2008. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MAGRO, Claudino. Os Palotinos, em Silveira Martins e nas colônias italianas. In: DE BONI, L. A. (Org). **A Presença Italiana no Brasil**. Volume III. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.

MANFIO, J. M. **Entre o sacerdócio e a pesquisa histórica: a trajetória de padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de imigração Italiana – RS**. 2015. 146 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2015.

MARIN, J. R. A integração dos imigrantes italianos à política Sul Rio-Grandense na ex-Colônia Silveira Martins. **IMAGINÁRIO**. São Paulo, vol. 13, nº 14, p. 167 – 197. 2007.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e Filosofia da História: contribuições para o Ensino de História**. Curitiba: W & A Editores, 2017.

NOLL, Maria Izabel. O positivismo e as origens do Varguismo. In: TRINDADE, Hélgio (Org.). **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PIASSINI, Carlos. E. **Imigração Alemã e Política: Os deputados provinciais Koseritz, Haensel, Brügggen e Bartholomay**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PISUTTI, M. D. D. **A formação histórica e socioespacial da Cidade de São João do Polesine – RS**. 2005. 112 p. Monografia (Especialização em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Tradução de Dora Rocha Flacksman, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3 – 15. 1989.

POZZOBON, Andréa. **Uma odisséia na América**. In: Z. F. Pozzobon. Uma odisséia na América. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**. Universidad de Barcelona, Madri, n. 27, p. 63-67. 1998.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François (et al). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIGHI, José V.; BISOGNIN, Edir, L.; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**. 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 2001.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma (município da Quarta Colônia de Imigração Italiana)**. 1996. 75 f. Monografia (Trabalho

de Conclusão de Graduação em História) – Curso de História das Faculdades Franciscanas, Santa Maria, RS, 1996.

ROSSATO, Mônica. **Relações de poder na região fronteira platina: Família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. 2014. 163 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SAMARA, Eni de Mesquita; TRUZZI, Ismênia S. S. T. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

SANTIN, Sílvio. Sonhos diferenciados ou desfeitos. In: MARIN, J. R. (Org) **Quarta Colônia: Novos olhares**. 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1999.

SOARES, Mozart Pereira. O positivismo no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Hélió (Org.). **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Nova Palma: Paróquia Santíssima Trindade; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

STEFANELLO, L. Z. **Memórias Familiares: Um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil)**. 2015. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil, 2015/ Università Ca'Foscari di Venezia, Veneza, Itália, 2015.

VENDRAME, Maíra Inês. **Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no Sul do Brasil (1878-1910)**. 2013. 478 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2013.

VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: A organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**. 2007. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2007.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora da UFSM, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. **Dimensões:** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, vol. 18, p. 236 – 250, 2006.

ZANINI, M. C. C. O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. In: DALMOLIN, Cátia (org). **Mordaza Verde e Amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo.** Santa Maria: Palloti, 2005.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana:** Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, vol. 13, p. 521-547, 2007.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

## DOCUMENTAIS

### **Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.**

CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (em vêneto).

CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). 1941?, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (tradução).

CERETTA, Antônio. História de São João do Polesine. 1941?, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria.

### **Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul, Cachoeira do Sul.**

Assentamento de Funcionários Municipaes, Cachoeira do Sul, 1911 – 1935. Intendencia Municipal/Secretaria, Recebedoria e Pagadoria/Assentamento de Funcionários. 01, Estante 3, Prateleira em cima.

Folha de pagamento dos Funcionarios Municipaes, Cachoeira do Sul, 1911-1935. Intendência Municipal/Recebedora e Pagadoria/Serviços de Finanças/Documentos de Despesa 99 ao 140. Estante 5, prateleira 2, 3 e 4.

PORTELA, Manoel de Carvalho; PORTELA, Vitorino de Carvalho. Cachoeira Histórica e Informativa. 1ª Edição. Cachoeira do Sul: Tipografia Portela, 1941.

PORTELA, Manoel de Carvalho; PORTELA, Vitorino de Carvalho. Cachoeira Histórica e Informativa. 2ª Edição. Cachoeira do Sul: Tipografia Portela, 1943.

### **Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, Nova Palma**

Livro Genealógico 5, p. 47, CPG-NP.

Livro Genealógico 6, p. 33 e p. 46, CPG-NP.

Escritos Sponchiado, Caixa São João do Polêsine, CPG-NP.

Escritos Sponchiado, Caixa Vale Vêneto, CPG-NP.

Escritos Sponchiado, Caixa Família Ceretta, CPG-NP.

FOLETO, Granadilia. **Riberião: sua fundação, sua história, seu povo e sua memória.** 1996. Caixa Ribeirão, CPG-NP.

**ANEXO A – MUSEU COLONIAL VERGÍLIO BORIN**

Fonte: Matheus Carginin (2016).

**ANEXO B – ANTÔNIO CERETTA (s.d.)**

Fonte: Reprodução do original pelo autor (2015). CPG-Nova Palma, Caixa Família Ceretta.

## ANEXO C – COMUNIDADE DE VALE VÊNETO



Fonte: Matheus Cargnin (2016).